



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CRISTIAN BARRETO DE MIRANDA

REBULIÇÃO NO CORETO

Conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000)

Salvador – BA

2012

CRISTIAN BARRETO DE MIRANDA

REBULIÇÃO NO CORETO

Conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José Rapassi Mascarenhas

Salvador – BA

2012



PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Cristian Barreto Miranda	210115256	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
Rebulição no Coreto: Conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000).		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Maria José Rapassi Mascarenhas (UFBA) - Orientadora		004900752-68
Dilton Oliveira de Araújo (UFBA)		163550245-49
Cândido da Costa e Silva (UCSAL)		027144645-49

ATA

Aos 28 dias do mês de setembro do ano de 2012 nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Cristian Barreto Miranda, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora, Maria José Rapassi Mascarenhas orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu aprovar o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A dissertação apresentada cumpre os requisitos acadêmicos necessários à produção em nível de Mestrado, devendo por isso ser aprovada

SSA, 28/09/2012: Assinatura do aluno:

SSA, 28/09/2012: Assinatura do professor orientador:

FICHA CATALOGRÁFICA

M395 Miranda, Cristian Barreto de
Rebuliço no Coreto: conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000) / Cristian Barreto de Miranda. – 2012
164f. :il.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria José Rapassi Mascarenhas
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

1. Conceição do Coité (BA) – 1989 - 2000. .2. Conflito social.
3. Poder local. 4. Igreja católica. I. Mascarenhas, Maria José Rapassi
II. Título.

CDD: 981.42

MIRANDA, Cristian Barreto de. *Rebuliço no Coreto: conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000)*. 164 f. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2012.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o conflito ocorrido entre representantes da Igreja Católica e o poder público municipal de Conceição do Coité entre 1989 e 2000. Os religiosos que chegaram a partir de 1989 na instituição religiosa local, especialmente o padre Luiz Rodrigues de Oliveira, influenciados por novas diretrizes de evangelização adotadas pela Igreja no Concílio Ecumênico Vaticano II, contribuíram para a vivência de um catolicismo mais preocupado com dinâmica das relações sociopolíticas e na mobilização contra a política clientelista em Conceição do Coité. A Igreja local por não atender mais aos interesses exclusivos do poder público municipal e interferir no campo político coiteense enfrentou a reação do grupo político dominante, denominado de *Vermelhos*, que exerce há mais de 38 anos a hegemonia no poder local. A atuação política dos representantes católicos na sociedade coiteense é um significativo exemplo para compreender como alguns setores da Igreja Católica no semiárido baiano agiram diante das inovações do Concílio Ecumênico Vaticano II e de como as ações da chamada *Igreja Popular* ainda persistem diante de contextos econômicos e políticos arcaicos.

Palavras-chave: Conceição do Coité; Conflito; Igreja Católica; Poder local.

MIRANDA, Cristian Barreto de. *Rebuliço no Coreto: conflict between father e political in Conceição do Coité (1989-2000)*. 164 f. 2012. Master dissertation – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2012.

ABSTRACT

This work has as object of study the conflict occurred between representatives of Catholic Church and the municipal government of Conceição do Coité between 1989 and 2000. The religious people who arrived in the referred city from 1989 in the local religious institution, mainly father Luiz Rodrigues de Oliveira, influenced by the new guidelines for the evangelization adopted by the Church in The Second Vatican Council, contributed to the experience a Catholicism more concerned with the dynamics of sociopolitical relations and mobilization against clientelist politics in Conceição do Coité. As the local Church no longer met the exclusive interests of the municipal government and also didn't interfere in the political field of the people from Conceição do Coité, it faced the reaction of the ruling political party, called *Vermelhos*, that has been ruling the hegemony in the local government for 38 years. The political actions of the catholic representatives in the society of Conceição do Coité is a significant example to understand how some sectors of the Catholic Church in the semi-arid of Bahia have acted on the innovations of The Second Vatican Council, and how the actions of the called *Popular Church* still persist facing the archaic economic and political contexts.

Keywords: Conceição do Coité; Conflic; Catholic Church; local government.

AGRADECIMENTOS

Ao chegar à conclusão dessa etapa, realizo com alegria a oportunidade de registrar meu reconhecimento às pessoas que de diversas maneiras contribuíram para a concretização desse trabalho. As lembranças daqueles que estiveram comigo nesse percurso fazem-me revisitar, através do exercício da memória, lugares que percorri, amigos queridos, sábios professores, experiências únicas... Vivências responsáveis pelo sujeito ativo da história que sou e, de certa maneira, pelas ações que desempenho no espaço social ao qual pertenço.

Registro com estima o incentivo fundamental de Sinara Carneiro de Oliveira, amiga e colega da graduação, que nos corredores do Departamento de Educação do Campus XIV da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Conceição do Coité, insistiu e apoiou a minha participação na seleção de mestrado. A partir desse ponto inicial, contei com a paciência e colaboração de algumas pessoas no processo de seleção. Agradeço a Joilson Marcus Araújo e a Francisco Carlos Cedraz, funcionários do Cartório de Conceição do Coité; a Priscila Guirra, funcionária do Campus XIV da UNEB; e aos professores do referido campus: Aldo José Moraes Silva, Zuleide Paiva da Silva, Sharyse Piroupo do Amaral, Suzana Maria de Souza Santos Severs, Sheila de Oliveira Ferreira, Eduardo José Santos Borges e Íris Verena Santos de Oliveira. À Tia Lenira Matos e sua irmã Terezinha, pela hospedagem na capital baiana. Sem esses apoios não seria possível realizar esse percurso formativo.

Agradeço com estima aos colegas da graduação do Campus XIV da UNEB, pois juntos enveredamos pelos caminhos da história e pudemos, de certa maneira, contribuir para o conhecimento histórico de nossa região, especialmente aqueles que comigo teceram uma relação sincera de amizade: Samara Suéllen Lima da Silva, Antonia Gislaíne Carneiro, Maurício Santos Souza, Edicarla Silva e Rafaela Capistrano.

A necessidade de deixar o aconchego do meu lar, da minha família, foi um dos momentos mais difíceis nesse processo, agradeço imensamente pelo carinho, disponibilidade, segurança, estímulo e paciência da minha mãe, Margarida Barreto de Miranda, e dos meus amados irmãos, Cristiano, Sílvia, Efigênia e Bruno, além do meu sobrinho querido, Ítalo. Essa distância do meu lugar de pertencimento possibilitou que exercesse uns dos inúmeros ensinamentos adquiridos com a minha mãe: determinação e resiliência. Agradeço ao meu pai, Elizeu Correa de Miranda (*In - memoriam*), que me deixou como herança a honestidade, o respeito e a garra de lutar pelos sonhos de cada dia.

Estendo meus agradecimentos a todos os meus familiares, tios/as e primos/as, tanto aqueles que estão mais próximos, que com um singelo abraço incentivaram minha dedicação aos estudos, quanto os distantes que souberam com sabedoria pronunciar palavras de ânimo pelos meios de comunicação que dispúnhamos.

Durante esse percurso formativo, a companhia de um grupo de colegas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi importante para adaptar-me à realidade soteropolitana e para meu crescimento acadêmico, por isso, agradeço a Carla Côrte, Elisa Moura, Vinícius Mascarenhas, Marcelo Siquara, Rafael Sancho, Luiz Antonio Cruz, Raquel Silva e Renata Ferreira. Sou imensamente grato aos professores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, especialmente àqueles com quem estabeleci contato na banca da seleção do mestrado, nas disciplinas cursadas e no colegiado: George Evergton Sales Souza, Gabriela Reis Sampaio, Maria de Fátima Novais Pires, Antonio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas, Antonio Luigi Negro, Iraneidson Santos Costa, Lina Maria Brandão de Aras, Lúgia Bellini e Edilece Souza Couto.

Em especial, agradeço a minha orientadora, Maria José Rapassi Mascarenhas, pelo acolhimento, orientação, incentivo, compreensão, apoio, carinho, ensinamentos e paciência, sobretudo com os meus textos. De fato, sem a sua dedicação não conseguiria concretizar essa dissertação, jamais esquecerei. Suas experiências de vida e docência ensinaram-me muito. Estendo o meu agradecimento também aos professores das bancas de qualificação e de defesa, Cândido da Costa e Silva e Dilton Oliveira de Araújo, pela disponibilidade, gentileza, sabedoria, generosidade e honestidade.

Sem a contribuição dos funcionários da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité não conseguiria de forma hábil ter acesso à gama de documentação para o desenvolvimento desse trabalho, por isso, sou grato a Lucivan Lopes, a Maria Izabel Azevêdo, a Manoel Simões, como também aos padres Charles Santana Bastos e Alexandre Aquino pela confiança e incentivo. Agradeço a Mário Silva pela disponibilização dos inúmeros jornais. Aos depoentes que partilharam suas memórias, suas experiências, seus sentimentos, seus ideais, suas lutas, enfim, suas histórias de vida para a realização desta pesquisa: Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira, Pe. Antonio Elias Souza Cedraz, Ir. Marina Roseli Santos, Francisco de Assis, Ivonete Balduino, Nilson Oliveira e Adauto Mota.

O compaherismo de José Roberto Miranda e Victor Pinto na paria, no cinema e nos passeios soteropolitanos foi importante para suportar a saudade de casa, enfrentar as dificuldades na capital baiana e vivenciar momentos de entretenimento em meio às pressões acadêmicas. A torcida e telefonemas dos amigos perseverantes, Matheus Santiago, Arthur

Ariston, Victor Paulo, Vamécia Silva, Lucas Costa, Edilene Amâncio, Geisimar Cordeiro, Alddy Sádrak, Hildem Nascimento, Íris Brito, Deivide Marclai, Chantele Cordeiro, Thiago Gordiano, Josiélia Pereira, Thamires Sacramento, Matheus Pinto, Marcus Cedraz, Liliane Brito, Nayra Mila, Margarida Gomes, Tamile Miranda e Daiane Tavares foram essências para “recarregar as baterias” nesse exercício do fazer historiográfico.

Registro a compreensão dos colegas de profissão e dos alunos do Colégio Piaget da cidade de Valente, por entenderem minha saída da instituição devido aos estudos. O apoio dos colegas do ProJovem Campo-Saberes da Terra. Sou grato ao incentivo e confiança dos seminaristas e padres do Seminário Sagrada Família, da Diocese de Serrinha, em especial, ao reitor George Roberto dos Santos e aos alunos da Faculdade Católica de Feira de Santana. Como também dos discentes do curso de Licenciatura em História da Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Polo de Conceição do Coité.

Também não posso esquecer o apoio da CAPES na concretização dessa dissertação, através do financiamento dessa pesquisa durante dois anos.

Agradeço a todas as pessoas que com uma palavra, uma oração ou um gesto amigo incentivaram para que, com perseverança, eu conseguisse finalizar esse árduo percurso acadêmico, como também, por ainda torcerem na minha aventura de alcançar “voos ainda mais altos”.

Por fim, e não menos importante (pelo contrário!), sou imensamente agradecido a Deus, que com seu amor e misericórdia oportunizou que eu vivenciasse uma das mais ricas e gratificantes experiências da minha vida. Muito Obrigado!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 Sisal (agave) e a fibra sisaleira
- Figura 2 Comício dos *Vermelhos* em apoio à candidatura de Josaphat Marinho em 1986
- Figura 3 Capa da matéria jornalística sobre o apoio político de João Durval à Hamilton Rios
- Figura 4 Sérgio Carneiro (filho de João Durval) e Hamilton Rios
- Figura 5 Padre José Reis recebendo a chave do carro doado por Hamilton Rios
- Figura 6 Padre Luiz Rodrigues presidindo a missa na Igreja Matriz de Coité
- Figura 7 Irmã Marina (vestida com a blusa vermelha) reunida com alguns leigos que participavam do Partido dos Trabalhadores de Coité
- Figura 8 Padre Antonio Elias (ao centro) celebrando a missa com lavradores na zona rural de Coité
- Figura 9 Reunião das Irmãs de Gap com mulheres da comunidade do Açudinho
- Figura 10 Grito dos Excluídos mobilizado pelo Padre Luiz Rodrigues em 1996
- Figura 11 Celebração da Missa com o Movimento Sem-Terra em Nova Palmares

LISTAS DE MAPAS

Mapa 1 Localização de Conceição do Coité

Mapa 2 Arquidiocese de Feira de Santana

LISTAS DE TABELAS

- Tabela I Situação do domicílio em Conceição do Coité
- Tabela II Saúde (1974)
- Tabela III Saneamento básico (1974)
- Tabela IV Principais óbitos de residentes segundo causas (1980-1989)
- Tabela V Educação (1974)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – CONCEIÇÃO DO COITÉ NOS “BONS TEMPOS”	25
1.1 O cenário coiteense.....	26
1.2 Economia e sociedade sisaleiras.....	30
1.2.1 A economia.....	31
1.2.2 Empresários do sisal.....	34
1.2.3 Condições de vida na Rainha do Sisal.....	38
1.3 O poder local.....	40
1.3.1 O poder dos Vermelhos.....	40
1.3.2 Uma oposição Azul.....	46
1.3.3 A teia vermelha.....	48
1.4 Um lugar de privilégio.....	56
CAPÍTULO II – “DO ALTAR TAMBÉM SE PENSA”	65
2.1 Um novo pensamento.....	66
2.2 Novos atores sociais.....	74
2.2.1 Padre Luiz Rodrigues Oliveira.....	78
2.2.2 Irmã Marina Roseli.....	83
2.2.3 Padre Antonio Elias Souza Cedraz.....	88
2.3 O discurso da mudança.....	91
CAPÍTULO III – O CONFLITO NO CORETO.....	103
3.1 Além das paredes do templo.....	104
3.2 Motivações do conflito.....	115
3.3 O preço da independência.....	121
3.3.1 A história de um processo.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
LISTA DE FONTES.....	148
REFERÊNCIAS.....	157

INTRODUÇÃO

Era a dor da consciência dos que não sabendo rezar não entenderam a mensagem do amor que se faz viril; da verdade que se torna denúncia; da religião que é profecia.

Jornal *O Mensageiro*, ano III, nº 5, Julho de 1997.

Em uma tarde de fevereiro, sob o sol escaldante, aglomeraram-se na praça do fórum de Conceição do Coité centenas de fiéis com faixas e cartazes para acompanhar mais uma audiência judicial envolvendo o padre da cidade¹. A audiência realizou-se em decorrência da queixa-crime encaminhada por alguns vereadores do município contra o Presbítero Luiz Rodrigues de Oliveira que, em seus pronunciamentos durante a missa dominical, “de forma infeliz, atingiu a comunidade coiteense.”² Cânticos, rezas e súplicas eram entoados por muitos católicos que temerosos pela condenação do “padre polêmico”³ questionavam a razão de tamanha ofensa perante a justiça a “um homem de Deus”.

As declarações do sacerdote, durante as celebrações litúrgicas, sobre a situação sociopolítica do município incomodavam a tal ponto as pessoas pertencentes ao poder político coiteense que elas terminaram por reivindicar a saída do presbítero da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, por não ter “cumprido adequadamente a função de guia espiritual do povo, porque sua lealdade era para com seus amigos políticos”⁴.

O evento citado representou as tensões ocorridas entre as duas principais esferas de poder nesse município, o poder político e o poder religioso. Este trabalho tem por objeto o conflito entre representantes da Igreja Católica e o poder local em Conceição do Coité⁵ entre 1989 e 2000. Os representantes católicos influenciados pelas novas diretrizes de evangelização adotadas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II⁶ contribuíram para a formação de uma nova

¹ Jornal Coiteense nº 15, Conceição do Coité, 07 de fevereiro de 1997, p.3.

² Processo nº 045/92 encontrado no Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité.

³ Ibid.

⁴ Jornal Coiteense, nº 12, 13 de dezembro de 1996, Conceição do Coité. p. 2.

⁵ A sede municipal está indicada com as seguintes coordenadas geográficas: 11 31' Latitude Sul e 39 18' Longitude W Gr., no rumo 28 19' no da capital do Estado, da qual dista em reta 177 km. Situada a 380 metros acima do nível do mar.

⁶ O Vaticano II foi um Concílio realizado na Igreja Católica, com os bispos de todo mundo e de alguns representantes de outras denominadas religiões cristãs, desde 1962 a 1965 em diversas sessões na cidade do Vaticano, sendo convocado pelo papa João XIII e encerrado pelo papa Paulo VI.

visão nas relações políticas locais, marcadas pelas disputas entre os grupos políticos liderados por grandes empresários do sisal.

As posições políticas do padre Luiz Rodrigues de Oliveira e de outros religiosos, padre Antonio Elias Souza Cedraz e a Irmã Marina Roseli Santos, geraram grande descontentamento ao grupo político hegemônico que reagiu provocando intensos embates. Alguns enfrentamentos aconteceram no coreto da Praça da Igreja Matriz, que sob os olhares atentos de inúmeros coiteenses, transformaram-se em um verdadeiro *Rebuliço no Coreto*.

A delimitação espacial deste estudo é a cidade de Conceição do Coité, situada na Região Sisaleira da Bahia⁷, que se configurou durante o século XX como a principal cultivadora e exportadora da lavoura do sisal⁸, chegando a ser considerada na década de 1970 como a “Rainha do Sisal”. Nessa região ocorreu uma rápida expansão da produção sisaleira em áreas de pecuária tradicional e de culturas de subsistência. A cultura do sisal foi incentivada pelo governo federal no combate às secas e como alternativa para o desenvolvimento da região semiárida baiana, sendo que, durante a década de 1970, a Região Sisaleira era considerada uma das mais ricas da Bahia⁹.

A Região Sisaleira da Bahia foi historicamente marcada pelos piores índices de desenvolvimento social, econômico e pelos inúmeros problemas sociais. Os serviços básicos, como saúde e educação, eram oferecidos precariamente, e a inexistência de políticas públicas adequadas deixava que a sua população ficasse à mercê dos grupos políticos dominantes, perpetuadores de uma política paternalista, clientelista e de mando com configurações diversas.¹⁰

Foi nesse contexto que despontaram no cenário político coiteense dois ilustres empresários do sisal, Hamilton Rios de Araújo e Misael Ferreira de Oliveira, que, “colhendo os louros” da década 1970, investiram nas suas carreiras políticas. Ambos pertencentes à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) notabilizaram-se pela prática do clientelismo. Engajados no

⁷ Os municípios que formam a Região Sisaleira são: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

⁸ O Sisal também é conhecido como Agave, planta rústica originária do México, que se desenvolve em regiões semiáridas. O Brasil é o maior produtor de sisal do mundo, cuja receita proveniente da exportação de fibras já foi superior a US\$ 100 milhões. No Nordeste, praticamente na Bahia e Paraíba, os maiores produtores, concentra-se a exploração sisaleira do país, geralmente por pequenos produtores, tornando-se uma alternativa de renda. Sua fibra tem vasta utilização no mercado internacional, sendo empregada nas indústrias de cordas, papel, confecção, indústria automobilística, entre outras. (Fonte: Instituto do Desenvolvimento da Região do Sisal).

⁹ SILVA, Marinélia Souza da. **Padre não deve se meter em política? Conflitos de política e religião em Riachão do Jacuípe/BA nas últimas décadas do século XX**. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2005.

¹⁰ SANTOS, Vilbégina Monteiro. **A construção de uma comunidade imaginada do sisal**. Disponível em: www.cult.ufba.br/enecult. Acessado em 12 de agosto de 2010.

partido de sustentação do Regime Militar implementado pelo Golpe de 1964, estavam ligados aos interesses do grupo político liderado por Antônio Carlos Magalhães. Dessa forma, a política coiteense estava dividida entre dois grupos rivais da mesma base governista e identificados por cores: ARENA 1, chamava-se o grupo dos *Azuis* e ARENA 2, o grupo dos *Vermelhos*.

Com o processo de redemocratização, essa ordem não se alterou. Os dois grupos se organizaram em legendas pró-governo, o ARENA 1 migrou para o Partido Liberal (PL), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); e o ARENA 2, para os Partido de Frente Liberal (PFL) e o Partido Progressista Brasileiro (PPB). Este último exerce há 40 anos a hegemonia no poder local, sendo liderado por Hamilton Rios de Araújo (Mitinho).

A Igreja local, antes de 1989, mantinha um vínculo estreito com o grupo político hegemônico, denominado de *Vermelhos*, numa postura de subserviência a esse poder que atendia suas demandas materiais. Em troca, numa relação de reciprocidade, o prefeito e seus familiares possuíam algumas regalias na instituição religiosa:

Até junho de 1989, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité passava por momentos conturbados, que iam da fantasia, da necessidade de “aparecer”, do muito realizar sem objetivos concretos, até o comprometimento com grupos políticos que impuseram uma dependência estrutural, funcional e financeira, passando a Prefeitura Municipal a custear quase todos os encargos que acreditamos ser da responsabilidade da administração paroquial. Funcionárias da Secretaria Paroquial, doméstica, luz, água e outras despesas passaram a fazer parte do passivo do poder público Municipal. Até aquela data, nunca tomamos conhecimento de balancetes que justificassem receitas e despesas de nossa paróquia. Até mesmo um automóvel que a paróquia possuía não se sabe que fim levou... Existia a paróquia subserviente a um grupo político, que por não encontrarem o mesmo espaço com Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira, desencadearam uma campanha de difamação: calúnias e falsos testemunhos diante da hierarquia diocesana¹¹.

As mudanças desencadeadas pelos padres Luiz Rodrigues de Oliveira e Antonio Elias Souza Cedraz e pela Irmã Marina Roseli Santos na Igreja local favoreceram o rompimento dos laços estabelecidos com o poder local, sendo legitimadas, segundo os religiosos, pelas concepções do Concílio Vaticano II e das conferências promovidas pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), principalmente em Medellín (1968) e Puebla de Los Angeles (1979).

A ação evangelizadora dos novos religiosos promoveu o protagonismo leigo na paróquia e incentivou os fiéis a participarem das discussões sociopolíticas de Conceição do Coité. Por adotarem uma postura diferente das ações religiosas dos antigos padres, ao interferir nas

¹¹ Carta do Conselho Paroquial em 23 de março de 1996.

discussões políticas do município, foram alvos das hostilidades dos *Vermelhos*, que viam na ação política dos religiosos uma contradição evangélica, sendo considerados “comunistas” que almejavam conquistar o poder:

Eu acho que lugar de padre não é aí. O lugar de padre é na igreja. É chamando os fiéis para se aproximarem de Deus e não ficar se envolvendo em política (...). A igreja é lugar de trazer o povo para perto de Deus e pedir a Deus que resolva os problemas nossos e aqui na região e não fazer daí um antro de comunistas aí dentro desta igreja. Porque era um padre que honrava a batina que vestia. Este não está honrando. Este veio pra *qui* fazer política¹².

A delimitação temporal foi escolhida em função das seguintes razões: o ano de 1989 marca a chegada dos novos religiosos à sociedade coiteense, sendo o primeiro o padre Luiz Rodrigues de Oliveira, em seguida, a religiosa Marina Roseli Santos e, logo depois, o padre Antonio Elias Souza Cedraz, que assumiram uma posição de contestação à política clientelista local. A baliza final, ano 2000, refere-se à saída do principal mobilizador da perspectiva de ação social, padre Luiz Rodrigues de Oliveira, a pedido de D. Itamar Vian, bispo da Diocese de Feira de Santana¹³, para assumir outras atividades na Diocese.

Os estudos relacionados ao papel da Igreja Católica nas questões político-sociais na América Latina têm sido uma constante nas Ciências Sociais, de modo particular nas áreas de História, Sociologia e Ciência Política¹⁴, bem como, muitos estudos, dentre eles, estrangeiros, abordam a temática da relação entre Igreja e política no período do Regime Militar no Brasil e o significado político-social da Teologia da Libertação¹⁵.

Diversos trabalhos sob esse prisma utilizam como parâmetro teórico os estudos de Michael Lowy¹⁶, principalmente aqueles que buscam analisar as aproximações entre marxismo e cristianismo nos países da América Latina. Essa dissertação não tem como propósito realizar esse debate, mas comungar das reflexões desse autor no que diz respeito ao engajamento crescente de padres e religiosos(as) nas lutas populares por uma sociedade mais justa e igualitária.

¹² Processo nº 045/92 encontrado no Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité.

¹³ Diocese em que a paróquia estava administrativamente circunscrita.

¹⁴ AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. São Paulo: Rev. Estudos Avançados 18 (52), 2004. p. 109.

¹⁵ AMARAL, Roniere Ribeiro. **Milagre Político: catolicismo da libertação**. Tese de Doutorado, UnB, 2006. p. 33.

¹⁶ LOWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.39).

Luiz Gonzaga de Souza Lima¹⁷, em sua obra “*Evolução Política dos Católicos e da Igreja do Brasil*”, lança algumas hipóteses para a compreensão da participação dos católicos na conquista de liberdades democráticas e na realização de transformações sociais no final dos anos 1950 e começo dos 1960. O autor defende que a ação de dois componentes foi essencial para o deslocamento de alguns setores da Igreja na aproximação ao movimento das classes populares e das forças sociais de transformação: um grupo do episcopado chamado de progressista e a Ação Católica Brasileira.

Segundo Roniere Amaral¹⁸, em sua tese “*O Milagre político: Catolicismo da Libertação*”, a mudança política da Igreja, voltada para um catolicismo comprometido com as classes populares, não foi algo fácil, apesar de a Igreja estar sempre envolvida com a política, mas esse processo foi influenciado pela ideia messiânica, burocratização da Igreja e pela relação entre laicato intelectual e sacerdotes.

Em *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*, Scott Mainwaring¹⁹ analisa as origens, o desenvolvimento e os dilemas dos setores progressistas da Igreja no Brasil. Contextualiza que a divisão fundamental dentro da Igreja brasileira em tradicionais e progressistas não provém de uma oposição entre a base e a hierarquia, como em outros países latino-americanos, mas envolve, antes, diferentes concepções teológicas, pastorais e da missão da Igreja.

A presença da Igreja na política brasileira tem sido ao longo dos anos bastante marcante, principalmente durante as décadas do governo militar, visto que foi “a única instituição com suficiente autonomia política para criticar o regime autoritário e defender os direitos humanos”²⁰. Jeffrey Klaiber²¹, em *Iglesia, dictaduras y democracia em América Latina* analisa que a Igreja não se limitou apenas à proteção aos perseguidos pelos regimes ditatoriais, mas favoreceu e legitimou em muitos países da América Latina, como no Brasil, a configuração de oposições políticas e alternativas para a retomada da democracia.

Em seu recente trabalho *Que papo é esse? Igreja Católica, Movimentos Populares e Política no Brasil (1974-1985)*, Iraneidson Santos Costa²² analisa a relação entre os intelectuais católicos, principalmente os jesuítas integrantes da Pastoral Popular e as classes populares a

¹⁷ LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil**: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

¹⁸ AMARAL, Roniere Ribeiro. **Milagre Político: catolicismo da libertação**. Tese de Doutorado, UnB, 2006.

¹⁹ MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985**. SP: Brasiliense, 2004.

²⁰ Ibid.

²¹ KLAIBER, Jeffrey. Iglesia, poder y legitimidad popular. In: _____ **Iglesia, dictadura y democracia na América Latina**. Lima: PUC-Perú.

²² COSTA, Iraneidson Santos. **Que papo é esse? Igreja Católica, movimentos populares e política no Brasil (1974-1985)**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

partir da formulação gramsciana, a fim de compreender a importância dos intelectuais na organização e na construção da consciência crítica das classes exploradas e marginalizadas dos últimos dez anos da Ditadura Militar no Brasil.

Na perspectiva baiana, Grimaldo Carneiro Zachariadhes²³, em *Os jesuítas e o Apostolado Social durante a Ditadura Militar: A atuação do CEAS* analisa a atuação política dos jesuítas da vice-província da Bahia, fundadores do Centro de Ação Social, em Salvador, uma instituição que no contexto de Ditadura Militar tornou-se um importante espaço das esquerdas e dos movimentos sociais que contestavam o regime. O autor destaca em sua investigação a aproximação desses religiosos com o pensamento marxista e seus conflitos em defesa do regime democrático e por melhores condições de vida.

Célio Roberto de Araújo²⁴, em sua dissertação *O voto, o terço e as armas: a atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964* aborda uma temática pouco explorada pela historiografia que analisa o papel da Igreja Católica durante as décadas da Ditadura Militar. Sua pesquisa é bastante significativa e peculiar ao estudar a atuação legitimadora dos “setores conservadores” do clero baiano em relação do Golpe Civil-Militar de 1964.

A investigação proposta por Célio Araújo apresenta os pronunciamentos e a organização do setor conservador do clero baiano, sobretudo de Dom Augusto Álvaro da Silva, arcebispo de Salvador, em apoio ao golpe e ao regime militar evidenciados em três eventos que mobilizaram a Bahia no contexto estudado e que foram permeados pela produção de um imaginário anticomunista: as eleições gerais de 1962; a realização da Cruzada do Rosário em Família em Salvador; e a efetivação do Golpe de 1964.

A atuação das distintas correntes no contexto do clero baiano, “progressistas e conservadores”, analisadas nos estudos anteriores, revelam uma conjuntura da hierarquia eclesiástica brasileira que não apresentava um pensamento comum em relação ao papel sociopolítico da Igreja na sociedade, cada um representava uma concepção diferente da Igreja, de seu papel na sociedade e de seus interesses²⁵. Mainwaring²⁶ argumenta que os conflitos entre diferentes setores eclesiásticos não são diretamente antagônicos e nem são totalmente conscientes a buscarem por hegemonias, mas ocorrem através das tentativas de cada grupo

²³ ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Os jesuítas e o Apostolado Social durante a Ditadura Militar: A atuação do CEAS**. 2ªed. revisada e ampliada. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2010. v. 1.

²⁴ ARAÚJO, Célio Roberto. **O voto, o terço e as armas: a atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964**. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

²⁵ MAINWARING, 2004, op. cit;

²⁶ Ibid.

estabelecer sua percepção da missão da Igreja como sendo a mais apropriada. Porém, na Igreja brasileira, “o debate crucial não é sobre qual seria a sua missão. Entre os setores politicamente significativos, as questões-chaves são duas: o significado da opção preferencial pelos pobres (...) e quais deveriam ser os limites do envolvimento político da Igreja”²⁷

Retomando o olhar para o contexto baiano, Margarete Pereira da Silva investiga, em *Não tenho paciência histórica: a igreja popular em Juazeiro (Bahia) 1962-1982*²⁸, a atuação de Dom José Rodrigues de Souza, bispo da Diocese de Juazeiro, na mobilização de ações coletivas em defesa dos direitos da população local em detrimento da construção da barragem e usina hidrelétrica de Sobradinho, empreendimento da Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

A autora realiza um estudo pioneiro sobre a experiência da chamada *Igreja Popular* no interior baiano, evidenciando que a trajetória pastoral de Dom José gerou incômodo ao poder oligárquico da região ao interferir na disputa de projetos desenvolvimentistas do país e ao questionar às relações de poder das oligarquias regionais. Margarete Silva salienta que a trajetória de Dom José “é exemplo de como determinados setores no Brasil agiram diante das mudanças da própria instituição e de um novo olhar sobre a realidade terrena, interferindo no cotidiano da sociedade brasileira”.²⁹

A obra de Cândido da Costa e Silva *Roteiros da Vida e da Morte*³⁰, apesar de não abordar as relações conflituosas entre Igreja e poder local, é uma importante contribuição e um marco sobre a história da Igreja Católica no sertão baiano. O autor analisa o catolicismo praticado nessa região revelando as práticas religiosas populares da gente sertaneja e a dinâmica das missões católicas que impressionavam a população do sertão devido ao acentuado rigor penitencial.

Contudo os estudos sobre o envolvimento de padres baianos ou membros da Igreja Católica no que se refere às questões políticas e sua participação no processo conflituoso de contestação à administração pública na Bahia, sobretudo no interior baiano sisaleiro, durante o século XX, são incipientes. E no caso da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité tais estudos são inexistentes.

²⁷ Ibid.

²⁸ SILVA, Margarete Pereira. **Não tenho paciência histórica: a igreja popular em Juazeiro (Bahia) 1962-1982**. 173 p. Dissertação (Mestrado em História) UFBA. Salvador, 2002.

²⁹ SILVA, Margarete Pereira. O bispo de Juazeiro e a ditadura militar. In:___ ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009. v. 1. p. 257.

³⁰ SILVA, Cândido da Costa e. **Roteiros da Vida e da Morte (um estudo do catolicismo no sertão da Bahia)**. São Paulo, Editora Ática, 1982.

Marinélia Souza da Silva³¹, em “*Padre não deve se meter em política? Conflitos de política e religião em Riachão do Jacuípe/BA nas últimas décadas do século XX*”, é uma das pioneiras do tema em questão ao estudar as posições políticas dos jacuipenses durante o conflito marcado pelos desentendimentos entre o padre José Silvino do Santos, os políticos e grande parte da população, traduzidas na frase: “Padre não deve se meter em política”. Sua pesquisa adquire importância dentro da historiografia específica por servir de exemplo de abordagem sobre as relações entre religião e política numa perspectiva de cunho social no século XX.

No caso específico, sobre as relações entre padres e políticos em Conceição do Coité, alguns autores que estudaram a história política e religiosa coiteense, como Iara Nanci Rios³², Francisco de Assis Alves dos Santos³³ e Vanilson Lopes de Oliveira³⁴, tangenciaram essa temática, mas não se dedicaram à análise das relações entre a Igreja e o poder local. Dessa maneira, a presente pesquisa tem grande relevância, pois vem preencher uma lacuna da história político-religiosa da Bahia durante a segunda metade do século XX e contribuir para a compreensão da história política e social do Brasil.

Essa dissertação tem como eixo as seguintes questões: Como pode ser caracterizada a atuação da instituição religiosa, representada pelo seu clero, nos conflitos estabelecidos com o poder político dominante em Conceição do Coité no período de 1989 a 2000? Quais as influências das diretrizes do Vaticano II e da Teologia da Libertação no processo que mudou o cenário da política de Conceição do Coité? Por que a Igreja se colocou contra a hegemonia dos *Vermelhos* na política local? Quais os mecanismos utilizados pelo clero atuante no período para difundir as críticas ao poder estabelecido? De que modo o poder dominante reagiu frente às ações político-sociais da Igreja?

Na busca por respostas a essas perguntas, a pesquisa e análise desenvolveram-se a partir do levantamento de informações e cruzamento de várias fontes, complementadas por uma historiografia específica sobre a atuação da Igreja Católica no século XX. Grande parte das fontes integram o acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, são elas: o Livro de Tombo, fotografias, correspondências, registros de batismo, atas de reuniões dos Conselhos Paroquiais, vídeos e recortes de jornais. Outros dois arquivos, também localizados

³¹ SILVA, Marinélia Souza. **Padre não deve se meter em política? Conflitos de política e religião em Riachão do Jacuípe/BA nas últimas décadas do século XX**. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2005.

³² RIOS, Iara Nancy A. **Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

³³ SANTOS, Francisco de Assis Alves. **Na mira dos coronéis: cartas a um professor coiteense**. Dissertação de Pós-Graduação *Latu Sensu*, Especialização em Estudos Literários, UNEB – Campus XIV, 2000.

³⁴ OLIVEIRA, Vanilson Lopes. **Conceição do Coité: Os Sertões dos Tocós**. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2002.

em Conceição do Coité, foram fundamentais nesta pesquisa, especialmente para compreender o contexto sociopolítico do município e a repercussão do conflito no âmbito judicial: Centro de Documentação do Departamento de História do Campus XIV da UNEB e o Arquivo do Jornal *O Sertão*, de propriedade de Mário Silva.

Para alcançar o primeiro objetivo específico: analisar a conjuntura socioeconômica que propiciou a formação do grupo político hegemônico e perceber suas relações com os representantes da Igreja Católica local, foi fundamental a leitura das obras dos memorialistas e trabalhos acadêmicos referentes à História de Conceição do Coité dos discentes formados pela Universidade do Estado da Bahia-Campus XIV, como também as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os jornais *A Tarde*, *Tribuna Coiteense* e *Coiteense*.

As entrevistas abertas realizadas com os religiosos e com alguns leigos que compunham o Conselho Pastoral e Administrativo da Paróquia, durante o período estudado e os discursos proferidos pelos religiosos através das mídias locais, possibilitaram desenvolver os seguintes objetivos: analisar as características políticas de alguns membros da instituição religiosa local que levaram à formação de uma oposição ao grupo político-partidário liderado pelo empresário do sisal, Hamilton Rios de Araújo, a partir do ano de 1989, e perceber as influências do Vaticano II e da corrente libertária na atuação desses membros católicos.

Na análise das reações dos políticos frente à oposição política dos representantes da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, os informativos e os vídeos produzidos pela instituição; os pronunciamentos de Hamilton Rios e outros membros ligados ao seu grupo político, feitos na Rádio Sisal e publicadas nos jornais locais, foram fundamentais para compreender a perseguição e as ameaças sofridas pelos religiosos, principalmente pelo padre Luiz Rodrigues de Oliveira.

Esta dissertação estrutura-se em três capítulos. No primeiro, intitulado “**Conceição do Coité nos Bons Tempos**”, trataremos das características do espaço geográfico de Conceição do Coité, dos principais aspectos do contexto socioeconômico e, sobretudo, da conjuntura política e religiosa dessa sociedade antes dos embates entre padres e políticos. Conjuntura que propiciara a formação do grupo político denominado de *Vermelhos*, sob a liderança de Hamilton Rios de Araújo, as bases de sustentação e da manutenção de sua hegemonia política por um longo tempo.

Assim como mostraremos as ações religiosas da Igreja Católica local, antes da chegada do padre Luiz Rodrigues de Oliveira, principal contestador do poder dos *Vermelhos*, e dos importantes religiosos, Pe. Antonio Elias Souza Cedraz e Ir^a. Marina Roseli Santos,

participantes ativos nesse processo. Analisaremos as relações tecidas entre padres e políticos antes do conflito estudado, nos chamados “bons tempos”³⁵, quando esses atores sociais estavam juntos nos “altares e palanques”, manifestações que aconteciam no coreto, um lugar simbólico do encontro entre as duas esferas de poder.

“**Do altar também se pensa**” é o segundo capítulo. Concentra a discussão sobre as ações pastorais realizadas pelos novos religiosos na Igreja local, os motivos que os levaram a romper as relações com o grupo político dominante e as mobilizações empreendidas para favorecer o protagonismo leigo na paróquia. Apresentaremos uma breve trajetória de vida desses religiosos, destacando seu processo formativo e suas experiências pastorais em outras localidades. Analisaremos alguns documentos da Igreja que nortearam as atitudes dos religiosos estudados e que serviram de legitimação para as mudanças desencadeadas por eles na Igreja local.

Por conseguinte, o terceiro capítulo, “**O conflito no coreto**”, abordaremos os principais embates entre o Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira e o grupo político hegemônico, destacando as mobilizações de cunho político realizadas pelos representantes católicos. Analisaremos a participação dos padres durante as campanhas eleitorais para a escolha do chefe do executivo do município de Conceição do Coité, nos seguintes anos: 1992 e 1996. Como também, as reações do grupo hegemônico local, liderados por Hamilton Rios de Araújo, frente a ação pastoral dos representantes da Igreja Católica local. Além disso, mostraremos as principais manifestações de apoio às ações do sacerdote Luiz Rodrigues, e as instituições sociais que o defenderam no conflito e no processo judicial movido contra ele pelos vereadores.

Apesar de que, por muito tempo, as ligações íntimas entre religião e política foram desprezadas pela história do político, as forças religiosas são levadas em consideração como um fator de explicação política em numerosos domínios e elas fazem parte do tecido político, no qual o religioso informa, em grande medida, o político e também o político estrutura o religioso³⁶. Portanto, a pretensão desse estudo sobre o conflito ocorrido entre representantes da Igreja Católica e o poder público municipal de Conceição do Coité não é de estruturar respostas, mas demonstrar o quanto a relação entre religião e política mostra-se importante para o

³⁵ Os “Bons Tempos” refere-se ao título de um artigo publicado no *Jornal Coiteense* em 24 de janeiro de 1997, escrito por Naércio Passos, cunhado de Hamilton Rios, fazendo memória aos tempos em que todos os coiteenses participavam das missas da Igreja Matriz num ambiente de tranquilidade e paz onde todos estavam unidos a Cristo e a Nossa Senhora. Ele foi escrito no período do conflito entre o padre Luiz Rodrigues e o grupo político denominado de *Vermelhos*, servido de elemento para deslegitimar a ação política desse religioso que estava quebrando essa paz e união que anteriormente existiam.

³⁶ CF. COUTROT, Aline. *Religião e política*. In: ___ RÉMOND, René (org.); ROCHA, Dora (trad.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 330; 335.

conhecimento histórico, como também impulsionar, para que outras questões sejam desenvolvidas no desejo de elaborar e reelaborar outros caminhos na compreensão das relações entre essas duas esferas de poder no contexto coiteense e, sobretudo, baiano.

CAPÍTULO I

CONCEIÇÃO DO COITÉ NOS “BONS TEMPOS”

Na época podia-se observar as ruas completamente desertas estavam pois todos ali, na igreja ao coreto, a praça em si completamente lotada de cristãos, com um único objetivo: com os pensamentos contritos a Deus e em Nossa Senhora da Conceição. (...). Como era belo, como era bonito toda a população unida à igreja num só pensamento. Na crença, na fé e na paz”.

Jornal Coiteense nº 14, Conceição do Coité, 24 de janeiro de 1997.p. 4.

No período de estiagem de 1962, certo viajante, percorrendo os trajetos do semiárido baiano, encantou-se com a pacata e hospitaleira Conceição do Coité que, “apesar de sofrer os amargores das secas (...) cresce com o dinamismo e o labor de sua gente”³⁷. Seu olhar contemplativo sob as características geográficas e ambientais desse município, sobretudo na dinâmica da vida da população, expressada nas feiras livres, no labor do sisal e na devoção a Nossa Senhora da Conceição, levou-o a descrever a cidadina como um lugar onde “reinam a paz e a poesia, a compreensão e o amor”³⁸.

Com efeito, no decorrer dos anos, muitos outros visitantes que se encantaram com a gente coiteense e o seu principal marco histórico e religioso, a Igreja Matriz, não imaginaram que esse cenário bucólico seria palco de intensos embates, sobretudo, durante a década de 1990, entre representantes da Igreja Católica local e os principais membros do grupo político hegemônico, os *Vermelhos*³⁹.

Para melhor compreender o conflito, este capítulo visa apresentar de modo específico características do espaço geográfico de Conceição do Coité, da conjuntura socioeconômica e, principalmente, da conjuntura política e religiosa dessa sociedade nos chamados “Bons Tempos”⁴⁰ em que padres e políticos estavam juntos nos “altares e palanques”, manifestações que aconteciam no coreto, um lugar simbólico do encontro entre as duas esferas de poder.

³⁷ Matéria do Jornal A Tarde de 1962, cuja manchete é “Uma cidade que cresce com o dinamismo de seu povo”, não é assinada.

³⁸ Ibid.

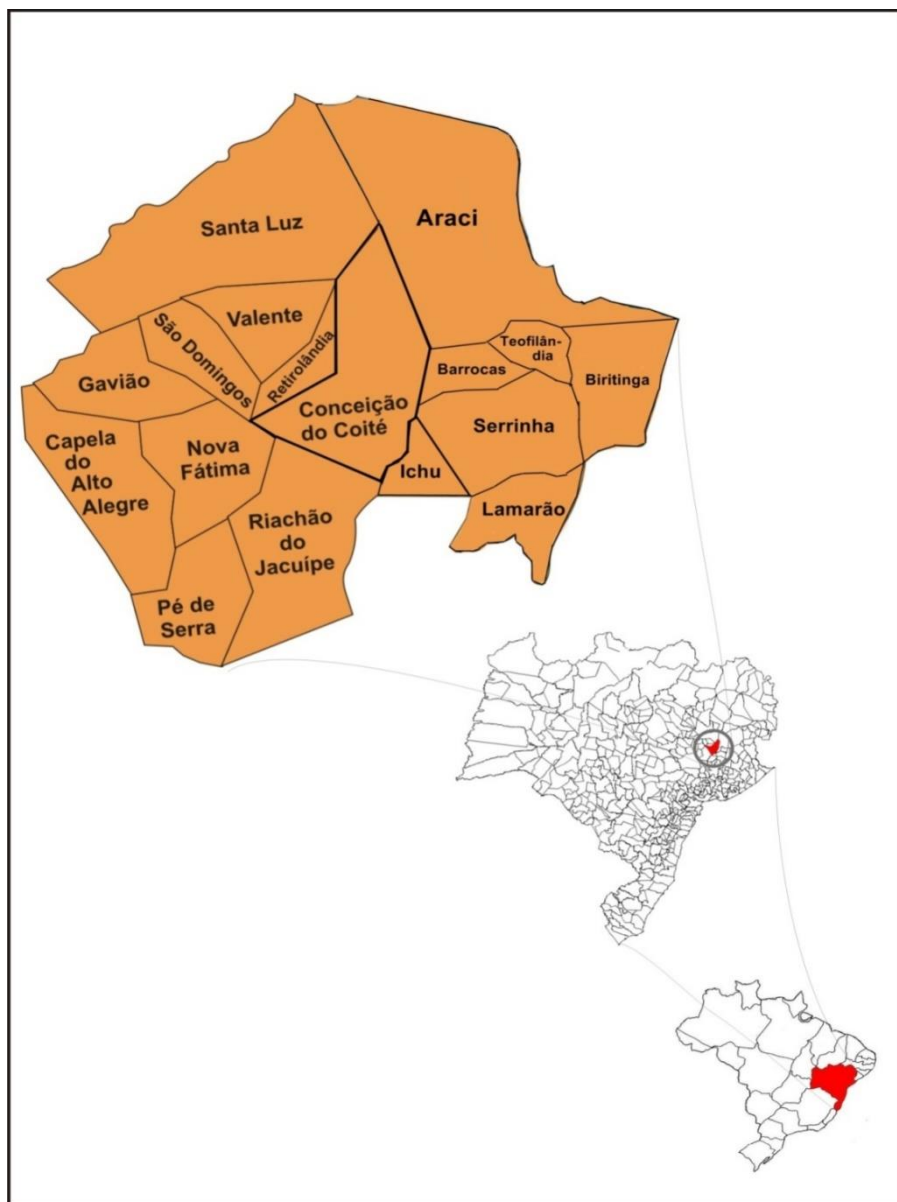
³⁹ A política coiteense a partir de 1970 até os anos finais do século XX esteve polarizada entre dois grupos políticos denominados de *Azuis* e *Vermelhos*, ambos liderados por empresários do sisal ligados a partidos da situação, da direita brasileira, todavia os *Vermelhos* se constituíram como principal poder hegemônico no campo político da história coiteense.

⁴⁰ Os “Bons Tempos” refere-se ao título de um artigo publicado no *Jornal Coiteense* em 24 de janeiro de 1997, escrito por Naércio Passos no período do conflito entre o Pe. Luiz Rodrigues e os *Vermelhos*, fazendo memória

1. O CENÁRIO COITEENSE

Com uma extensão territorial equivalente a 1.015,984 km², situada na região do semiárido baiano e distante 210 km de Salvador, Conceição do Coité estabelece seus limites político-administrativos ao norte com o município de Retiroândia, ao sul com Serrinha e Barrocas, a leste com o município de Araci, e a oeste com Riachão do Jacuípe, e ainda a noroeste com o município de Santa Luz e ao sudeste com Ichú, como se pode observar a seguir:

MAPA I - Localização de Conceição do Coité⁴¹



aos tempos em que todos os coiteenses participavam das missas da Igreja Matriz, num ambiente de tranquilidade e paz, sem desentendimentos políticos.

⁴¹ Fonte: Anuário da Diocese de Serrinha 2011 (Adaptado pelo autor).

Conceição do Coité insere-se numa paisagem definida pela predominância da caatinga e por uma vegetação rarefeita, composta de pequenas árvores, comumente espinhosas, que perdem as folhas no curso da longa estação seca, característica da zona semiárida do Nordeste. Associam-se a esse cenário solos pouco desenvolvidos, muito arenosos, suscetíveis à erosão e “empobrecidos pelos seixos que o recobrem, refratário ao amanho, desafiando a pertinácia do homem”⁴². A maior parte do seu território é composta por uma topografia plana com pequenos declives, sendo sua principal elevação o Morro do Mucambo.

O território coiteense é recortado pelos rios Jacuípe, que banha o extremo oeste; Tocós⁴³, banha o extremo sul e o extremo leste, além de Boqueirão e Pau-de-Colher, afluentes do rio Jacuípe, à margem esquerda. O corrimento nos leitos desses rios é acentuado nos períodos de fortes chuvas, conservando algumas várzeas e alagadiços d’águas salobras nos tempos de estiagem⁴⁴.

Apesar de ser banhada por esses rios, Conceição do Coité está incluída no Polígono das Secas⁴⁵, sendo permeada por um clima bastante árido, quente no verão, atingindo altas temperaturas, passando por longos períodos de estiagem. Possui baixa pluviosidade média anual, chuvas mal distribuídas e irregulares que favorecem uma imagem de tom ocre e seco dessas terras.

Ao redor da capela, fundada por volta de 1756, dedicada a Nossa Senhora da Conceição originou-se o núcleo urbano de Coité. Foi construída num amplo terreno doado por João Benevides aos missionários franciscanos, parte de sua grande fazenda de gado⁴⁶.

⁴² SILVA, Cândido da Costa e. **Roteiros da Vida e da Morte (um estudo do catolicismo no sertão da Bahia)** São Paulo, Editora Ática, 1982. p. 03.

⁴³ O rio denomina-se Tocós devido à presença dos índios que supostamente habitavam essa região (os Cariocas, os Sapoias e os Carapaus) chamados pelos bandeirantes que adentravam esse território de Tocós, topônimo que também caracterizou a região em que se localiza Conceição do Coité, o Sertão dos Tocós. (OLIVEIRA, Vanilson Lopes. **Conceição do Coité: a capital do sisal**. Conceição do Coité, BA: Clip, 1993).

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ A área do Polígono das Secas foi delimitada pela Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936 e posteriormente teve seu traçado pelo Decreto-Lei nº 9. 857, de 13 de setembro de 1946, Art. 198, Parágrafos 1º e 2º, foi regulamentada e disciplinada a execução de um plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste. A Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949 regulamentou as alterações constantes na Lei Maior, entretanto não foi alterada a área do Polígono. Durante o ano de 1951 em 10 de fevereiro a área do Polígono sofreu revisões dos seus limites e posteriormente em 27 de julho de 1963, instituiu-se que o município criado com os desdobramentos de área de município incluindo no Polígono das Secas, seria considerado como pertencente a este para todos os efeitos legais e administrativos, através da Lei nº 4.239. (RICCI, Elcio Aparecido. **Região Sisaleira da Bahia: a reorganização do espaço geográfico da sisalândia a partir da criação da APAEB**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, São Paulo, 2007).

⁴⁶ SAMPAIO. Antonio Thiago Gordiano. **Construção do catolicismo em Conceição do Coité: da colonização ao primeiro centenário da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

A ocupação das terras que hoje constituem Conceição do Coité deve-se ao povoamento e à expansão das fazendas de gado e à procura de ouro, prata e pedras preciosas. A expansão pecuária dinamizou a região com abertura de estradas boiadeiras que visavam a atender as demandas do mercado, sobretudo da capital e das regiões litorâneas no século XVIII. Nelas andaram o gado vindo do sertão do Piauí e de outras localidades. Foi famosa a “Estrada Real do Gado”⁴⁷, via de comunicação entre o recôncavo e o interior baiano. Assim, refere-se Luiz Cleber Freire⁴⁸:

Essa estrada partia de Cachoeira em direção ao povoado de Capoeiruçu, seguindo a Oeste e Noroeste para a “comarca de Jacobina”, passando por Conceição da Feira – onde a sua “caravana foi objeto de viva curiosidade, por parte dos habitantes pardos e pretos, acostumados a só verem passar na estrada as boiadas do Piauí” –, pelos arraiais de “Feira de Sant’Ana” e São José, e as fazendas Formigas, Santa Bárbara e Gravatá, até chegarem ao arraial de Coité, de onde se tomavam dois rumos: um, em direção a Jacobina, outro, para Itiúba, até chegar em Juazeiro⁴⁹.

A “Estrada Real do Gado” e o Tanque Coité⁵⁰ foram de fundamental importância no século XVIII para a formação da região coiteense, visto que seus trajetos interligavam comerciantes de outras regiões do país ao interior baiano por volta de 1730. Contribuíram para o aparecimento e permanência de pequenas feiras livres às sextas-feiras “ao redor da capela, havendo trocas de mantimentos e produtos de fazendas da região, tendo ocorrido, posteriormente, a fixação da feira livre neste dia, o que perdura até hoje”⁵¹.

As estradas foram meios e símbolos de crescimento para Conceição do Coité. No século XIX, Estado e comerciantes, visando-a articular um porto marítimo ao Vale do São Francisco, propiciaram a construção da primeira estrada de ferro Bahia-São Francisco entre os anos de 1855 e 1896, seguindo a mesma direção da “Estrada Real do Gado”. A presença dessa via férrea no município coiteense, apesar de situar-se no Distrito de Salgadália, distante 16 km da sede, possibilitou novas perspectivas de desenvolvimento e ares de progresso, visto que

⁴⁷ A “Estrada Real do Gado” foi aberta por Garcia D’Ávila entre 1654 e 1698, um dos grandes “curradores” baiano desde o século XVI, sendo posteriormente, melhoradas pelo Coronel Pedro Barbosa Leal, com a fundação da vila de Jacobina em 1720. (RIOS, Iara Nancy A. **Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003. p. 22.

⁴⁸ FREIRE, Luiz Cleber Morais. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira De Santana, 1850-1888**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 35.

⁵⁰ Uma nascente que propiciou a fixação de diversos tropeiros aqui nas terras coiteenses. O Tanque Coité aparece no roteiro que Joaquin Quaresma Delgado fez sobre as estradas da Bahia em 1731 e nas viagens de Von Spix e Von Martius em 1819.

⁵¹ RIOS, 2003, op. cit., p. 22.

contribuiu para a geração de empregos, crescimento e ampliação da atividade comercial, como diz Vanilson Oliveira⁵²:

Com o surgimento da estrada-de-ferro, novas perspectivas de desenvolvimento começaram a surgir em Coité, principalmente no arraial de Salgada, pois o colocava em contato direto e permanente com as localidades distantes de difícil acesso, inclusive a capital do Estado, passando a ser frequentada pelas pessoas mais ricas. A estrada-de-ferro tornou-se um elo de ligação entre os pequenos lugarejos e as grandes cidades e, também, uma fonte geradora de empregos. Muitas pessoas foram aproveitadas para trabalharem como: maquinistas, foguistas, telegrafistas, conferistas, agentes, ajustadores e mestres-de-linha. Com isso, lucrava o comércio. Começaram a surgir vendedores ambulantes, que, ao lado da estação, estendiam os tabuleiros e ofereciam: café com leite, mingau, doce, mamão, pão, e diversos outros produtos⁵³.

No mesmo ano em que iniciou a construção da estrada de ferro, o Arraial do Coité foi elevado à categoria de Freguesia, a qual demarcou seu espaço político-administrativo e consolidou o sentimento católico nesse recorte do sertão baiano, expresso no seu topônimo que também se refere à presença de uma planta chamada “cuitezeira”, de cujos frutos fazem as cuias, por isso a derivação Coité⁵⁴. Em 18 de dezembro de 1890, tornou-se Vila, desmembrando-se da Vila de Riachão do Jacuípe, instituída em 1 de agosto de 1878.

Todavia, devido à promulgação da Lei de Organização Municipal, realizada por Arthur Neiva em 1931, que suprimia os municípios com menos de 20 mil habitantes e com arrecadação insuficiente, Conceição do Coité voltou a ser subordinada ao município de Riachão do Jacuípe pelo Decreto Estadual n.º 7.455 de 23 de junho de 1931 e, pelo mesmo decreto, recebeu o topônimo de Jacuípe. Mas, a partir do Decreto nº 8.528 de 7 de julho de 1933, o município de Conceição do Coité foi restabelecido em definitivo e através do Decreto de 30 de maio de 1938 foi elevado à categoria de cidade⁵⁵.

A população coiteense, predominantemente e historicamente rural, tem sofrido há séculos as agruras do flagelo das secas. Fonte constante de insegurança e angústia, as secas periódicas têm posto à prova a fragilidade das defesas culturais de sua população⁵⁶, que foram vivenciadas pelos coiteenses em diferentes momentos da história desse município como as registradas nos anos de 1819, 1845, 1897, 1899, 1932, 1951, 1960, 1970, 1977 e 1993.

⁵² OLIVEIRA, V., 1993, op. cit;

⁵³ Ibid., p.44.

⁵⁴ Orlando Barreto argumenta que a derivação Coité, não advém da suposta árvore, pois a mesma não é nativa dessa região, além de ser bastante difícil encontrá-la por esses roçados, mas estaria ligada ao Tanque do Coité, registrado nos escritos de alguns viajantes dessa região desde 1600. (BARRETO, Orlando Matos. **Conceição do Coité da colonização à emancipação: 1730 – 1890**. Conceição do Coité/Ba: Nossa Editora Gráfica, 2007).

⁵⁵ OLIVEIRA, V., 1993, op. cit;

⁵⁶ SILVA, C. 1982 op. cit., p. 04.

Na década de 1950, a população de Conceição do Coité correspondia a 38.864 habitantes, sendo que 94% moravam no campo⁵⁷, e ao longo das décadas ainda esteve concentrada na zona rural do município, como podemos observar na Tabela I:

TABELA I - Situação do domicílio em Conceição do Coité⁵⁸

	1970	1980	1991	2000
Total	35.111	41.436	52.338	56.317
Urbana	7.770	11.770	20.002	28.026
Rural	27.341	29.666	32.336	28.291

Portanto, a maior parcela vivia da produção da terra, seja como pequenos e médios proprietários produtores de sisal, ou como trabalhadores, em sua maioria, empregados na produção sisaleira; e a outra parcela, na produção de alguns gêneros agrícolas, como feijão, mandioca e milho, e na pecuária.

Essa população rural, habitante de um território com características desérticas e desprovidas de reservas d'água, assistia sem reagir à dizimação de suas lavouras e animais acreditando ser um fenômeno somente natural. Evidente que não eram apenas as condições da natureza as únicas causadoras da situação de carência em que viviam. Não percebiam que outros motivos eram responsáveis pela situação de pobreza e abandono.

Conceição do Coité, a partir dos meados do século XX, experimentou o apogeu da cultura sisaleira, galgando uma posição de liderança no semiárido baiano, visto que o sisal se adaptou perfeitamente às condições climáticas dessa região. Todavia a economia sisaleira reforçou ainda mais o discurso coiteense fatalista de que as desigualdades e a exclusão social presentes nesse município, acentuadas pelo seu clima, foram prescritas pela ordem divina.

2. A ECONOMIA E SOCIEDADE SISALEIRAS

A partir da década 1940, o cultivo do sisal se tornou a principal atividade econômica de Conceição do Coité, um dos municípios mais destacados na exploração dessa fibra⁵⁹ onde reuniu inúmeros trabalhadores, mas gerou riqueza apenas para uma pequena parcela de

⁵⁷ Enciclopédia dos Municípios, 1956. op. cit.

⁵⁸ Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br>

⁵⁹ Ibid.

indivíduos, grandes latifundiários, que iniciaram o processo de comercialização e industrialização do *ouro verde* do sertão.

2.1. A ECONOMIA

O cultivo do sisal⁶⁰ foi introduzido nessa região como uma iniciativa de combate à seca por incentivo da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia, no governo de Landolfo Alves de Almeida⁶¹ que, a partir de 1939, para intensificar a produção do sisal como uma alternativa econômica, instituiu campos de experimentação e produção de mudas para serem distribuídas gratuitamente a diversos municípios do Estado.

O sisal, chamado popularmente, o *ouro verde* ou *ouro branco*⁶² do sertão, começou a brotar no mesmo território que atualmente pertence a Conceição do Coité na década de 1940, precisamente na Fazenda Boa Vista, cujo proprietário era Ernesto Calixto da Cunha. Entretanto quem se dedicou ao cultivo do sisal foi seu filho de 21 anos, Theócrita Calixto da Cunha, que plantou o equivalente a 100 tarefas de bulbos de sisal incentivado pela Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia, como apresenta o seguinte relato:

A Secretaria facilitou-lhe o transporte e concedeu-lhe dez contos de réis, como prêmio, pelo fato dele ter plantado cem tarefas, requisito mínimo para se conseguir o prêmio. A partir daí, incentivados pelo prêmio que Teó recebeu, vários agricultores começaram a plantar as sementes: Maroto, de Queimadas do Curral. Antonio Egidio e Agripino Rodrigues⁶³.

⁶⁰ O sisal ou *agave sisalana* é originário do México, precisamente da Península de Yucatán, que aproveitava as propriedades do vegetal para fins têxteis e domésticos desde tempos remotos. Segundo Ecio Ricci, op. cit., o México era o único produtor de sisal e monopolizava o mercado dessa fibra que possuía ampla utilização na indústria de cordas e fios. Porém, essa sua hegemonia sobre o sisal foi rompida quando o Dr. Henry Perrine, que era cônsul dos Estados Unidos no México, introduziu durante a década de 1830 na Flórida, através de uma empresa norte-americana, as primeiras mudas do sisal que a partir daí se expandiram para a África e o Brasil. O agave sisalana foi introduzida no solo brasileiro pelo Comendador da Santa Casa de Misericórdia e um dos primeiros fundadores do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), Horácio Uripia Junior, por volta de 1903.

⁶¹ O governo de Landolfo Alves, o segundo interventor do Estado Novo na Bahia, foi marcado pela sua dedicação à agricultura e à educação. Sendo convocado por Getúlio Vargas para assumir a administração do Estado baiano em 23 de março de 1938, quando ocupava o cargo de diretor do Departamento de Indústria Animal, órgão do Ministério da Agricultura. Na área da Agricultura, Landolfo Alves, investiu na implementação de fazendas experimentais de diversas culturas, uma delas o sisal, sob o comando do seu amigo e agrônomo, Joaquim Medeiros, Secretário de Agricultura durante seu governo. (TAVARES, op. cit., p. 424-427).

⁶² Devido à grande concentração de riqueza que o sisal gerou para os grandes produtores e exportadores dessa fibra, além da grande massa de trabalhadores que sobreviviam dessa fibra, o sisal passou a ser popularmente chamado por essa região como o ouro verde ou o ouro branco do sertão.

⁶³ OLIVEIRA. Vanilson Lopes. **Conceição do Coité: Os Sertões dos Tocós**. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2002. 62.

Figura 1 – Sisal (agave) e a fibra sisaleira ⁶⁴



Beneficiado pela economia do sisal, Theócrita Calixto adquiriu importantes fazendas nessa região, como a Fazenda Piranguí⁶⁵, e constituiu uma firma de terraplanagem (Tecal Construção Ltda), que prestava serviços em todo o Estado na construção de açudes, estradas, pontes e etc.⁶⁶ O sisal tornou-se um importante produto no mercado internacional, devido ao contexto mundial e à grande destruição que a Segunda Guerra Mundial causou nos países produtores de fibras naturais, aumentando as possibilidades de o Brasil absorver esse mercado.

O cultivo do sisal serviu de “trampolim” para alguns homens conquistarem poder econômico e político, além de sucesso na carreira empresarial. O *ouro verde* possibilitou a Theócrita e seu irmão Theógenes Antônio Calixto uma promissora trajetória política. Com o enriquecimento alcançado pela produção sisaleira, Theócrita e Theógenes conseguiram recursos econômicos para sustentar a política clientelista, principal característica das relações políticas do cenário coiteense, que envolvia concessão de benefícios públicos em troca de apoio político⁶⁷. Theócrita assumiu uma cadeira do legislativo local em 1941, tornou-se prefeito em 1947 e 1954, e deputado estadual em 1958 e 1962, sendo todos os mandatos pelo Partido Social Democrático (PSD). Seu irmão assumiu a chefia do poder executivo de Conceição do Coité em 1966, também pelo PSD.

⁶⁴ Fonte: <http://jardelnews.blogspot.com.br>

⁶⁵ A Fazenda Piranguí no final da década de 1980 tornou-se a “maior fazenda de toda a região sisaleira baiana com 3.125 hectares, com mais de 50 escrituras” (Revista Geográfica Universal, janeiro de 1987).

⁶⁶ OLIVEIRA, V., 1993, op. cit., p. 183.

⁶⁷ Segundo José Murilo de Carvalho, há imprecisão e inconsistência no uso do conceito de clientelismo, mas essa dificuldade não é privilégio brasileiro, uma vez que o conceito é reconhecido também pela literatura internacional. Cavalho evidencia que, de modo geral, o clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos na forma de empregos, benefícios fiscais ou isenções em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto (PASSE; MÜLLER; MORAIS. O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros. In: ____ **Pensamento Plural**. Ano 5, nº10. Pelotas: UFPE, janeiro/junho 2012, p. 182)

Além dos benefícios que o sisal proporcionou aos irmãos Calixto, outro fator foi primordial para o sucesso político, a influência do seu tio Wercelêncio Calixto da Mota, importante líder político local que manteve durante mais de 40 anos, de 1930 a 1972, a hegemonia do seu grupo político. Houve, também, influência do seu cunhado, Pe. Urbano Dhom, eleito deputado estadual em 1954, fato bastante significativo para que os irmãos Calixto alcançassem prestígio social e político na sociedade coiteense.

Muitos fazendeiros decidiram seguir passos semelhantes ao de Théocrito Calixto, “um homem de visão”⁶⁸, e se tornaram verdadeiros empresários do *ouro verde*, pois o seu sucesso, naquele período de desenvolvimento inicial, já havia sido legitimado pelo rápido enriquecimento e pela concretização da profecia de João Batata⁶⁹: “Téo será muito rico”⁷⁰.

A literatura memorialista, que retrata o processo histórico desse município, revela que o desenvolvimento da economia do sisal em Conceição do Coité esteve atrelado ao discurso visionário de João Batata, que considerava o sisal destinado por Deus para sanar os sofrimentos gerados pela seca e trazer riqueza e progresso a essa região.

Essa memória construída em torno do sisal reproduziu ao longo dos anos um discurso regionalista tecido pelo poder público e por inúmeros empresários desse setor, que defende o sisal como a grande solução econômica para os problemas regionais, mas que escamoteia a exploração e a violência que muitos trabalhadores rurais ainda vivenciam no cultivo dessa lavoura.

A obra *Conceição do Coité, a Capital do Sisal*, de Vanilson Oliveira, evidencia esse discurso escamoteador e “profético”, ao destacar a figura de João Batata, autor da frase, ou melhor, de uma das suas profecias a respeito da cidade: “O povo de Coité vai viver de uma planta com um espinho na ponta. Ganhará bastante dinheiro com essa planta, que até as crianças irão brincar [com] dinheiro à beira da estrada”⁷¹. As profecias do “profeta coiteense” serviram de elemento para reforçar o discurso em torno do sisal e favoreceu para que ele fosse conhecido nessa região:

⁶⁸ Ibid., p. 182.

⁶⁹ O “Profeta” como denomina Vanilson Oliveira, 1993, op. cit., se chamava João Batista Cardoso nascido em 23 de junho de 1849 em Valente, município a 28 km de Coité. Fazia parte de uma família grande e pobre que ainda na adolescência resolveu buscar novos caminhos pelo sertão. Ao chegar a Conceição do Coité viveu por muito tempo como indigente, porém apossou-se da Fazenda Simão, a 2 km da sede do município, onde fixou moradia e casou-se com dona Isabel. Após a morte de sua esposa e sem filhos tornou-se alcoólico passando a viver fazendo favores e vendendo garrafadas, com ajuda de amigos, já bastante velho, residiu na cidade até a sua morte em 24 de junho de 1931.

⁷⁰ Ibid., p. 183.

⁷¹ Ibid., p. 179.

João Batata tornou-se conhecido dos coiteenses pelo grande poder de prever o futuro. Indagado sobre determinado assunto, ele respondia naturalmente através da pureza e simplicidade, como se fosse o caso mais normal da vida. Não sabia ler, nem escrever, e as grandes invenções na comunicação (rádio, telefone, televisão) não tinha chegado ainda ao nosso conhecimento. Estranhamente é que todas as profecias aconteceram⁷².

Apesar de muitas vezes ser encontrado maltrapilho e caído pelas ruas da cidade, devido à embriaguez, os discursos visionários de João Batata forjaram a imagem do “Profeta Coiteense”, honesto, prestativo e, de certa maneira, necessária à vida cotidiana da cidade. Muitos o procuravam ora para a cura dos males, ora como conselheiro nos momentos de incertezas, principalmente nas secas, e, sobretudo por prever o futuro.

Assim, sua imagem consolidou-se na memória de muitos coiteenses que, ao constatarem que ao longo dos anos, *estranhamente*, o percurso de muitos deles e da própria cidade se entrelaçava com os fios da fibra do sisal gerando riqueza para uma pequena parcela da população, acreditaram na *veracidade* dos prenúncios de Batata. Esta parcela, ao enriquecer com o *ouro verde*, apropriou-se do discurso de Batata e de suas profecias para legitimar seu poder e riqueza. A rejeição dessa realidade era vista como um confronto com a própria natureza.

2.2 EMPRESÁRIOS DO SISAL

Os homens que enriqueceram com o *ouro verde* constituíram uma poderosa elite econômica nessa região e parte dela assumiu o poder político como mais um mecanismo de favorecimento aos seus interesses. Valeram-se do grande número de trabalhadores, presente em toda cadeia produtiva do sisal⁷³, como seus verdadeiros fiéis nos pleitos eleitorais.

Do universo dos donos e comerciantes do sisal, selecionamos para essa dissertação: Agnaldo Ramos Gomes, Misael Ferreira Oliveira, Gilberto Gonçalves Araújo e Hamilton Rios de Araújo, por serem os maiores proprietários, negociantes e industriais do sisal e, principalmente, por serem importantes políticos de Conceição do Coité durante o século XX. Todos eles iniciaram suas atividades econômicas no decorrer dos anos 1960/70 e nessas mesmas décadas despontaram e se consolidaram como líderes na esfera política.

Todavia o empresário sisaleiro que conseguiu alcançar maior poder econômico, a ponto de construir uma grande estrutura política em Conceição do Coité, e que mantém a hegemonia no poder local há mais de 38 anos, é Hamilton Rios de Araújo. Ele é o grande líder político do

⁷² Ibid.

⁷³ São identificados três processos nessa cadeia produtiva do sisal que são: o cultivo, o de desfibramento e a fase industrial. Dentro desses processos são realizadas inúmeras funções por vários trabalhadores cerca de 700 mil se inserem nessa produção no Estado da Bahia.

grupo conhecido popularmente como *Vermelhos*, grupo que controla decisões políticas locais e assume majoritariamente os cargos do legislativo e do executivo desse município.

Pertencia a uma família que ocupava uma distinta posição social na sociedade coiteense. Seu avô, Antonio Felix de Araújo, possuía patente de coronel da Guarda Nacional. Para adquirir tal patente “tinha que ter recursos financeiros e prestígio político na Província da Bahia”⁷⁴ e, em 1894, já havia sido Intendente Municipal. Mas, apesar dessa distinção social, passou por algumas dificuldades. Hamilton, quando era criança, foi trabalhador, pois mesmo sendo de família tradicional, seu pai herdou poucos recursos do seu avô, este não livrando seus filhos do trabalho na roça para complementar a renda familiar⁷⁵.

Hamilton Rios iniciou sua carreira como importante empresário do sisal quando seu irmão, Almir Rios, cultivador dessa planta, convidou-o para trabalhar, presenteando-o com um motor que desfibrava a palma do sisal. Com a ajuda de seu outro irmão, Everton Rios, investiu na manufatura sisaleira. Tornou-se, portanto, produtor, comerciante e industrial do sisal. Essas atividades lhe renderam muito lucro, possibilitando-lhe comprar outras fazendas e motores para o cultivo e manufatura do sisal. Com isso, alcançou o controle dos negócios no ramo sisaleiro em Conceição do Coité e na região.

Com os lucros obtidos e com o aumento do controle do processo de produção do sisal, Hamilton Rios conseguiu, no ano de 1967, instituir sua empresa, Hamilton Rios Indústria, Comércio e Exportações Ltda, que, inicialmente, comercializava sua produção no mercado local e regional, mas que conseguiu rapidamente exportar grande parte da produção sisaleira para diversos países europeus. Seu irmão, Everton Rios, com o crescimento da sua produção, fundou a empresa Sisaex Indústria, Comércio e Exportação Ltda em 1986.

Devido ao rápido crescimento de sua empresa, Hamilton Rios, ao longo dos anos, tornou-se “o maior exportador de fibra de sisal no Brasil, com uma parte de mercado superior em toda a cadeia produtiva da companhia, para 50%, líder no mercado, com uma produção anual de 30.000 toneladas”⁷⁶.

Percebendo o crescimento econômico que seus irmãos alcançaram com a produção do sisal, José Hamilton Passos de Araújo, envereda por esse caminho e no ano de 1979 fundou a Fibraex, Indústria, Comércio e Exportação Ltda, outra indústria dedicada à manufatura do sisal

⁷⁴ OLIVEIRA, Vanilson Lopes. **Sisal, suor e poder**. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2003. p. 75.

⁷⁵ SANTIAGO, Felipe. de L. A. **A História do coronelismo em Conceição do Coité: uma análise das permanências e rupturas políticas do poder local entre 1930-1990**. 2010. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

⁷⁶ Disponível em <http://www.hamiltonrios.com.br>. Acesso realizado em 23 de março de 2010.

em Conceição do Coité. Dessa forma, a Família Rios tornou-se a principal comerciante da produção sisaleira no mercado interno e externo, porém apenas Hamilton Rios, economicamente bem sucedido e líder dessa atividade, decidiu percorrer o campo da política partidária:

Este diferencial comercial fez com que ele [Hamilton Rios] e seu irmão enriquecessem rapidamente com o sisal. Mesmo antes de tornar-se um político, ele já “batia” o sisal dos outros comerciantes de Coité e região, além de já ser um exportador do produto. Quando entra para política já estava com uma renda alta suficiente para sustentar a estrutura coronelística já existente e que ele desenvolveria ainda mais em torno de sua imagem pública⁷⁷.

O contexto socioeconômico que propiciou a alavancada desses pequenos produtores para grandes exportadores ocorreu durante o início da década de 1970, período em que a produção do sisal alcançava uma grande expansão por todo o município, o que levou muitos produtores a plantarem somente sisal, transformando algumas regiões em áreas especificamente voltadas para a monocultura sisaleira.

A fase áurea do sisal foi marcada pela elevação dos preços da fibra no mercado externo “devido à crise do petróleo, que elevou os preços das fibras sintéticas, fazendo a demanda das fibras naturais aumentarem”.⁷⁸ Como também, possivelmente pelos incentivos do “milagre econômico brasileiro” que permitiu a ampliação do crédito ao setor agrário, “fazendo o uso de amplo leque de isenções fiscais para reduzir seus custos”⁷⁹.

Essa conjuntura contribuiu para a criação de muitas indústrias voltadas para os manufaturados do sisal na região. As principais situam-se no município de Conceição do Coité, a Rainha do Sisal⁸⁰, empregam muitos funcionários e se destacam no comércio interno e externo da fibra. Atualmente são responsáveis por grande parte da exportação de fibras e produtos derivados do sisal no país.

O desenvolvimento industrial do sisal insere-se na conjuntura vivida pela Bahia na década de 1970, quando esta foi palco da implementação de projetos nacionais responsáveis pela “modernização” do território baiano, como o Centro Industrial de Aratu, o Pólo

⁷⁷ SANTIAGO, 2010, op. cit., p.27.

⁷⁸ RICCI, 2007, op. cit., p. 59.

⁷⁹ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGAGO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. 2. ed. vol. 4. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 225.

⁸⁰ Devido à importância econômica que o cultivo do sisal possui para Conceição do Coité, sendo este município um dos grandes exportadores dessa cultura, a denominação “A Rainha do Sisal” encontra-se atualmente localizada abaixo do brasão oficial do município e reflete bem a importância desta cidade para a Região Sisaleira da Bahia.

Petroquímico de Camaçari e os projetos de irrigação do São Francisco. Nelson Oliveira⁸¹ salienta que esse processo ocorreu durante a Ditadura Militar, em que a utilização da força e da violência foram elementos essenciais para que o “novo” se estabelecesse. Um “novo” que estava bastante assentado no antigo sistema latifundiário e oligárquico que não sofreu nenhuma reformulação.

Segundo Nelson Oliveira, nesse período, a Bahia apresentou elevadas taxas de crescimento econômico e um alto grau de concentração da renda e da riqueza regional, uma violenta “desigualdade social decorrente da integração da região ao espaço nacional, sob a égide de um capitalismo selvagem e, por decorrência, repressivo”⁸². Evidencia, assim, que o “milagre econômico brasileiro” não favoreceu igualmente toda a sociedade, como relata Oscar Pilagallo⁸³:

Enquanto o país crescia, a renda se concentrava. A imagem favorita para descrever a situação era a do bolo: primeiro precisava crescer para depois ser dividido. As classes de maior poder aquisitivo ficaram com os maiores pedaços. Os lucros, os rendimentos das aplicações financeiras e os salários da classe média ganharam com a política econômica⁸⁴.

Na região de Conceição do Coité, também ocorreu essa dinâmica econômica. Apesar de a cultura do sisal ter reunido maiores condições de produção, clima, solo e mão de obra, impulsionando a economia do semiárido, os municípios dessa região foram historicamente marcados com um dos piores índices de desenvolvimento social e econômico, revelando, assim, os problemas sociais e serviços básicos, como, saúde e educação, oferecidos precariamente a uma população carente de políticas públicas adequadas, ficando à mercê de grupos políticos dominantes, como apresentou Vilbégina Santos⁸⁵. As precárias condições de trabalho a que estava submetida a mão de obra da monocultura do sisal evidenciam esse deprimente quadro social, como se pode observar na citação abaixo:

Os trabalhadores vinculados ao setor sisaleiro da Bahia estão sujeitos aos seguintes riscos: biológicos (problemas respiratórios e auditivos); ergonômicos (doenças do aparelho locomotor e tenossinovite); físicos (exposição as intempéries, picadas de animais peçonhentos e ferimentos decorrentes da ponta da folha do sisal e de

⁸¹ OLIVEIRA, Nelson. Sob o manto da concórdia: Bahia como contrafação do moderno. In: **___A outra face da Moeda**. Salvador, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000.

⁸² Ibid., p. 13.

⁸³ PILAGALLO, Oscar. **A história do Brasil no século 20: (1960-1980)**. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2009.

⁸⁴ Ibid., p. 78.

⁸⁵ SANTOS, Vilbégina Monteiro. **A construção de uma comunidade imaginada do sisal**. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 27 a 29 de maio de 2009. Disponível em www.cult.ufba.br. Acesso em 10/04/2011.

instrumentos cortantes – foices e facões). Mas, nada é mais grave do que as constantes mutilações causadas pelas máquinas desfibradoras, conhecidas como “paraibanas”⁸⁶.

2.3 CONDIÇÕES DE VIDA NA RAINHA DO SISAL

Nos anos 1970, década de prosperidade e apogeu da economia sisaleira, as condições de vida da população coiteense, contraditoriamente, apresentavam extrema precariedade nos serviços básicos de assistência à saúde, à educação e à inexistência de abastecimento de água e esgotamento sanitário, evidenciados nas tabelas II e III:

TABELA II – Saúde (1974)⁸⁷

Espécie	Entid. Mant.	Total	Número de estabelecimentos			
			Federal	Estadual	Municipal	Particular
Postos		O2	—	01	01	—
Hospitais		O2	—	—	—	02
Leitos		18	*	*	*	12

TABELA III – Saneamento Básico (1974)⁸⁸

Número de ligações	ABASTECIMENTO	
	Água	Esgoto
	—	—

Esse quadro de escasso atendimento à saúde acentuava a propagação de inúmeras doenças infecciosas e parasitárias, sendo estas as principais causas de óbitos nesse município no decorrer da década de 1980. Todavia, apesar de os registros apontarem a maioria dos óbitos ocorridos sem a causa declarada, a incidência de óbitos indefinidos está associada às “doenças infecciosas e parasitárias, e que os mesmos ocorrem em localidades onde a oferta de serviços de saúde é incipiente”⁸⁹.

⁸⁶ ALVES, Maria Odete; SANTIAGO, Eduardo Girão. **Tecnologia e relações sociais de produção no setor sisaleiro nordestino**. XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, ocorrido em Ribeirão Preto (SP), dias 24 a 27 de julho e 2005. p. 15. Disponível em <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em 15/04/2011.

⁸⁷ Fonte: CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA

⁸⁸ Fonte: CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA

⁸⁹ JÚNIOR, Davi Félix Martins. **Óbitos classificados como Sinais, sintomas e afecções mal definidas na Região Nordeste do Brasil, 1980-2003**. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br. Acesso em 15/06/2012.

TABELA IV – Principais óbitos de residentes segundo as causas, 1980-1989⁹⁰

CAUSAS	1980		1985		1987		1989	
	Óbitos	%	Óbitos	%	Óbitos	%	Óbitos	%
Doenças infecciosas e parasitárias	3	1,08	30	10,75	41	13,99	32	13,68
Sinais, sintomas e afecções mal definidas	252	90,30	198	70,96	165	56,31	125	53,43

Quanto à educação, as escolas não contavam com condições materiais adequadas e também com pessoal capacitado à altura da função, particularmente, fora dos centros urbanos, onde a figura da chamada professora leiga era constante.⁹¹ O principal nível de escolaridade oferecido pelo poder público era o ensino de 1º grau, como pode ser analisada na Tabela V:

TABELA V – EDUCAÇÃO (1974)⁹²

Entid. Mant.	Total (Nº)		Federal(Nº)		Estadual(Nº)		Municipal(Nº)		Particular(Nº)	
	Estab.	Mat.	Estab.	Mat.	Estab.	Mat.	Estab.	Mat.	Estab.	Mat.
Educação 1º grau	141	6.825	—	—	7	1.478	133	5.328	1	19
2º grau	01	137	—	—	—	—	—	—	1	137
3º grau	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Uma significativa parcela da população economicamente ativa em 1980, segundo o IBGE, sobrevivia com rendimentos abaixo de meio salário mínimo, aqueles que formavam uma mão de obra concentrada nos setores da agricultura (9881), indústrias (1607) e serviços (1200) recebiam um rendimento médio mensal inferior a um salário mínimo⁹³.

Ao longo das décadas 1980 e 1990, a mudança desse quadro não é tão expressiva. Nesses anos, a população coiteense ainda continuou submetida ao atendimento precário de serviços, como, saúde e saneamento básico, apesar do abastecimento de água potável ser inaugurado em 1982. Ainda mais, as carências de estabelecimentos de ensino e de profissionais

⁹⁰ Fonte: CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA).

⁹¹ Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR (BA). **Alternativas para o desenvolvimento da Região Sisaleira**. Salvador: CAR, 1994, p. 36.

⁹² Fonte: CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA

⁹³ CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). **Informações básicas dos municípios baianos: Região Nordeste**. Salvador, BA: CEI, 1994, p.281

capacitados revelam o descaso, a falta de recursos e a má qualidade da educação dessa população.

Na década 1980, apesar de existir uma expressiva indústria de transformação nos gêneros de produtos minerais não metálicos, têxtil e produtos alimentares, em que reuniam cerca de 771 operários, e contar com 695 estabelecimentos comerciais, que empregavam 1096⁹⁴, números bastante elevados para Conceição do Coité, se analisados os dados dos municípios que compõem a Região Sisaleira, a agricultura representava a principal atividade econômica e reunia a maior mão de obra disponível.

Essa predominância da atividade agrícola consolidou a dinâmica da sociedade coiteense ao mundo rural, legitimou o apelo das autoridades públicas e o grupo dominante às condições climáticas como causadoras do sofrimento dos sertanejos.

A seca virou sinônimo de pobreza e atraso nessa região, sendo a principal responsável pela miséria, fome, analfabetismo e baixo nível econômico “deixando (...) as autoridades competentes, que constantemente se colocavam em sinal de alerta à procura de soluções para sanarem o impasse da seca devastadora”⁹⁵. Todavia as pretendidas soluções não passaram de paliativos, principalmente em momentos eleitorais, visto que a água era um importante componente para reforçar a lealdade política e pessoal.

Com as frequentes e longas estiagens, as relações de base clientelista tiveram amplo espaço nessa sociedade, tornando-se uma das principais práticas políticas exercidas pelo grupo dominante, visto que a água potável distribuída em carros pipas, financiados por emergentes comerciantes sisaleiros, era uma importante moeda de troca para apoio político, sobretudo o voto.

3. O PODER LOCAL

As relações tecidas entre grupos hegemônicos e diversos indivíduos na sociedade coiteense estiveram calcadas sob a égide de grandes líderes políticos, esses que através de manobras e estratégias realizadas pelo seu grupo, principalmente práticas de clientela e compadrio, garantiam a manutenção de sua hegemonia e das estruturas políticas, econômicas e sociais.

3.1 O PODER DOS VERMELHOS

⁹⁴ Ibid., p. 294.

⁹⁵ OLIVEIRA, op. cit., p. 42.

“Praça superlotada, a multidão com as mãos levantadas, faixas e fogos de artifícios”⁹⁶ anunciavam o pronunciamento do líder dos *Vermelhos*, Hamilton Rios de Araújo. Do coreto da Praça Matriz, acompanhado por Antonio Carlos Magalhães (ACM), Ministro das Comunicações (1985-1990), e por 150 autoridades políticas, prefeitos, vereadores e outros políticos da região, Hamilton Rios discursou fervorosamente perante uma multidão e, desse discurso, o *Jornal Correio da Bahia* publicou o seguinte trecho:

Este evento é a realização de um sonho. Não posso deixar de agradecer ao Ministro Antonio Carlos Magalhães que, mesmo de Brasília, não esquece o povo da Bahia, o sertanejo que está passando fome pela total inoperância do **governo da mudança** [Governo de Waldir Pires]⁹⁷(grifo do autor).

A realização desse evento na Praça 8 de Dezembro, cujo “palanque” era o coreto, dirigia-se, segundo o periódico, à inauguração de algumas obras no município promovidas por Antonio Carlos Magalhães. O coreto era o lugar onde sempre se pronunciavam importantes discursos e comícios políticos em Conceição do Coité. Entre eles, destacavam-se os comícios realizados pelos *Vermelhos*, pois reuniam o maior número de pessoas na praça e contava com a presença de muitos líderes políticos da região e do Estado, o que demonstra a força política e econômica de Hamilton Rios, que conquistou uma posição de liderança entre os importantes chefes políticos da região.

Figura 2 – Comício dos Vermelhos em apoio à candidatura de Josaphat Marinho em 1986⁹⁸



⁹⁶ *Jornal Correio da Bahia*, Salvador, 14 de maio de 1988, p. 3

⁹⁷ *Ibid.*, p. 3

⁹⁸ *Jornal Panorama da Bahia*, 15 de agosto de 1986.

Os caminhos que levaram Hamilton Rios à política, segundo estudos que analisam a sua trajetória, foram marcados pela sua indignação contra a dominação exercida pelo grupo dos dissidentes de Wercelêncio Calixto da Mota, há 40 anos na administração municipal. Domínio tão longo que levou a Hamilton declarar em 1970, aos seus familiares e amigos, que “daquele dia em diante seria o próximo candidato a prefeito, apoiado pelo grupo de Evódio Ducas Resedá”⁹⁹, inimigo político de Wercelêncio Mota.

Sua projeção aconteceu num cenário marcado pela rivalidade desses dois chefes políticos. A política local estava bipolarizada entre o PSD, que reunia os membros de Wercelêncio, e o PR, de Evódio, como apresenta o relato do padre Antonio Tarashi em 1965, registrado no Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité¹⁰⁰:

Desde a minha chegada nessa freguesia, notei que o povo está dividido em dois partidos: o PR, a maioria desse partido constitui o povo mau da cidade, inclusive os maçons pertencem a esse partido, e o PSD que representa o povo bêm [sic] dessa cidade. O PR, povo sagais [sic], se apodera dos pontos chaves da cidade como: ginásio, correio, clube, cooperativa, delegacia de polícia, da companhia telefônica e etc. para torná-los instrumentos políticos, mas nunca conseguiu ganhar a Prefeitura, apesar que luta com todos os meios, inclusive a violência durante a política, a mais de trinta anos¹⁰¹.

Esse depoimento sintetiza de forma bastante esclarecedora a estrutura profunda e complexa de relações de forças que permeava o campo político dessa cidade. Uma conjuntura marcada pelas contendas entre esses dois partidos, à qual a participação política da sociedade coiteense estava atrelada, apesar da mudança do contexto político nacional provocado pelo golpe civil-militar em 1964, que estabeleceu novas diretrizes para a condução política do Brasil marcado pela centralização político-administrativa, perseguições políticas, censura e controle das oposições.

⁹⁹ OLIVEIRA, V. 2003, op. cit., p. 79.

¹⁰⁰ O registro do padre Tarashi foi realizado depois das eleições de 1963, ano em que o mesmo chegou à cidade e assumiu a administração da paróquia. Naquela ocasião o padre havia se desentendido com Evódio Resedá, líder do PR e presidente local da Companhia Nacional de Educação Comunitária (CENEC), devido a não demissão de uma professora que estava “amaziada” com um homem casado, situação bastante grave para a moral católica. Diante disso, o Pe. Tarashi deixou de prestar serviços ao Colégio Wercelêncio Calixto da Mota, que estava sob a direção provisória de Evódio Resedá, e criou a Escola Santa Teresinha, levando consigo alguns padres e professores que lecionavam no Colégio Wercelêncio. Mas, além desse episódio, o padre Tarashi relata no Livro de Tombo, que foi processado pelos membros do PR, por rapto de crianças, segundo o vigário, por motivo de vingança, queriam “desmoralizar o padre e expulsá-lo da cidade” (Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, p.69).

¹⁰¹ Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, 1965 p. 68

“Por conta da importância de garantir legitimidade no âmbito municipal, o Estado procurou dialogar e formular laços de intimidade com as elites locais”¹⁰². Cabendo aos chefes locais a adequação ao discurso de crescimento econômico e modernização, promovido pelo Regime Ditatorial.

A instalação do Regime Militar delimitou o debate político nos limites de dois partidos, na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que reuniu os políticos governistas, e no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os políticos, supostamente, de oposição. Introduzia, assim, o bipartidarismo através do Ato Institucional nº 2 (AI2) executado pelo general-presidente Castelo Branco, que excluiu a liberdade partidária até 1979, dessa forma, restringindo as possibilidades de questionamentos ao regime.

Segundo André Jacobina¹⁰³, a criação desses dois partidos de sustentação à Ditadura Militar foi acompanhada de uma série de particularidades institucionais, como a fidelidade partidária, o voto de liderança e a sublegenda, instrumentos úteis para a consolidação da ARENA, fortalecendo, assim, a conservação do poder ditatorial e prejudicando a organização da oposição:

O advento das sublegendas impedia que o MDB explorasse divisões na Arena, já que essa se mantinha aglutinada e a possibilidade de governar atraía os políticos mais influentes, em sua maioria, para a Arena. Principalmente porque os governadores e os prefeitos das capitais e cidades consideradas importantes para o regime eram todos indicados. As sublegendas criaram o advento da Arena-1 e Arena-2, além de outras eventuais divisões¹⁰⁴.

No ambiente local, as duas tendências, o PSD (Wercelêncio) e o PR (Evódio), utilizaram-se do instrumento das sublegendas promovido pelo AI2 para a disputa pelo poder municipal, confirmando, assim, que ambas partilhavam da mesma posição ideológica. A única diferença seria o protagonista que conduziria essa esfera de poder. Os remanescentes do grupo de Wercelêncio Calixto da Mota definiram-se ARENA 1 e os que estavam sob a liderança de Evódio Ducas Resedá, ARENA 2.

Mas, apesar de terem abraçado a facção dos militares, as práticas políticas desses dois grupos seguiram as estratégias políticas advindas do período da Primeira República, que foram

¹⁰²LIMA, Márcio Carneiro de. **A Atuação política da Associação do Desenvolvimento Comunitário de Aroeira (ADECAR) entre 1987 e 2008**: o desenvolvimento comunitário nos trilhos do clientelismo e do partidarismo. 2010. 91f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010. p.31.

¹⁰³ JACOBINA, André Teixeira. **Clivagens partidárias: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

¹⁰⁴ Ibid., p.12.

conduzidas como os principais elementos para a garantia do poder por parte desses grupos políticos locais, como argumenta Lima¹⁰⁵:

Burocratização do poder e personalidade não se contradiziam localmente, completavam-se e geraram uma coexistência estabilizada e profícua. Os juízos ditatoriais não tiveram reprodução *ipsis litteris* pelas políticas municipais, o que não desfazia o vínculo servil. Parecia, bem mais, uma harmonização vantajosa do que parecia incompatível; as lideranças políticas de Coité vincularam-se à ARENA enquanto sobreviviam de práticas políticas como a intimidação, a manipulação e o apadrinhamento¹⁰⁶.

O relato do padre Tarashi, apresentado anteriormente, exemplifica, de certa maneira, como as relações clientelísticas persistiram nesse contexto em que as duas tendências políticas possuíam o controle de instituições políticas concedidas pelo Estado, sendo importante moeda política na relação de troca e na manutenção das condições de governabilidade entre as esferas de poder¹⁰⁷. Ainda mais, ao indicar um tipo de relação pela qual os atores políticos que possuíam a decisão sobre a concessão dos serviços públicos, ofertados por tais instituições, em troca de apoio político, sobretudo o voto¹⁰⁸. Estabelecendo, dessa maneira, “uma relação desigual de fidelidade entre o cliente que busca bens e favores, e o político que detém os recursos estatais e civis voltados para a promoção dos bens individuais”.¹⁰⁹

Segundo Vanilson Oliveira¹¹⁰, com a mudança na política nacional provocada pelo golpe em 64, as duas tendências políticas de Conceição do Coité realizaram o seguinte acordo: a partir daquele ano os dois grupos reservariam “a cadeira do prefeito municipal” e a presença no coreto para festejar e discursar suas conquistas políticas. Todavia os grupos se desentenderam devido a choques de interesses, não concretizando o acordo firmado e, assim, “bagunçaram a ordem no coreto”.

Nas eleições de 1972, a “sólida” hegemonia do grupo de Wercelêncio no poder local foi ruída pela vitória de Hamilton Rios, apoiado pelo grupo de Evódio, com uma diferença de 1.730 votos para o seu adversário, Misael Ferreira de Oliveira, que contava com o apoio do grupo de Wercelêncio. Hamilton Rios obteve também a maioria dos seus correligionários na Câmara Municipal, com oito representantes.

¹⁰⁵ LIMA, op. cit;

¹⁰⁶ Ibidem, p.31.

¹⁰⁷ PASSE; MÜLLER; MORAIS, op. cit;

¹⁰⁸ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados-Revista de Ciências sociais**. Rio de Janeiro: IUPERJ, V.40 N. 2, 1997.

¹⁰⁹ PASSE; MULLER. MORAIS, op. cit, p.188.

¹¹⁰ OLIVEIRA, op. cit;

Essa conquista foi favorecida por alguns motivos que fragilizaram o grupo de Wercelêncio, tais como: a ausência do próprio líder, pois Wercelêncio já havia falecido; os desinteresses pela política partidária dos seus sobrinhos, Theócritos e Theógenes Calixto, importantes figuras políticas do grupo, e dissidências provocadas internamente, visto que alguns correligionários de Wercelêncio apoiaram Hamilton, como Antonio Nunes Gordiano, seu cunhado, ex-vereador e ex-prefeito interino de Coité¹¹¹.

Outro motivo preponderante para o sucesso de Hamilton Rios na disputa eleitoral foi sua riqueza, adquirida através da produção do sisal, com sua privilegiada condição financeira, conseguiu sustentar a prática assistencialista na política local e concretizar os objetivos políticos que lhe garantiram um longo período no poder.

Hamilton Rios assumiu o cargo de chefe do executivo do município sob o emblema da renovação: o “sangue novo para o progresso de Conceição do Coité”¹¹². Todavia manteve a mesma estrutura de dominação da máquina pública empreendida por Wercelêncio Mota. Hamilton aprendeu as malícias do jogo político, “soube impor-se ao eleitorado, realizando favores pessoais e participando de festas, bingos, rezas e leilões onde arrematava todas as ofertas”¹¹³.

Sua administração foi concomitante ao processo de intensas alterações no ambiente político e econômico nacional promovidas pelas facções que dirigiam a Ditadura Militar no Brasil. Hamilton Rios assumiu o cargo de prefeito no período do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) marcado pelo crescimento acentuado do Produto Interno Bruto (PIB) do país, promovido pelo “milagre econômico brasileiro”, e pela violentíssima repressão, os “Anos de Chumbo” do Regime Ditatorial, em que “os direitos fundamentais do cidadão foram constantemente violados, a tortura tornou-se prática corrente contra os opositores do governo”¹¹⁴.

A maior parte do seu mandato ocorreu na fase dos primeiros passos de abertura do Regime em 1974, conduzido pelo general Ernesto Geisel que possuía a intenção de promover mudanças políticas buscando “estabelecer os limites destas mudanças, entendendo-as como gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático”¹¹⁵.

¹¹¹ OLIVEIRA, op. cit, p. 76.

¹¹² Jornal Feira Hoje, 01/02/1973.

¹¹³ LOPES, Roberto. **Vitórias de Amor e paixão por Coité**. Conceição do Coité: Nossa Gráfica, 2006. p. 109.

¹¹⁴ ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Os jesuítas e o Apostolado Social durante a Ditadura Militar: A atuação do CEAS**. 2ªed. revisada e ampliada. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2010. v. 1. P. 81.

¹¹⁵ CARVALHO, Alessandra. Características da transição no Brasil. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, p. 376.

A estratégia de Geisel, como apresenta Alessandra Carvalho¹¹⁶, consistia na revalorização da esfera político-partidária expressada no surgimento das eleições legislativas e executivas nos Estados em 1974 e na permissão de campanhas eleitorais com a participação popular no pleito. Os maiores vitoriosos nessa disputa foram as oposições, reunidas no MDB. Apesar disso, Geisel não abriu mão dos mecanismos de controle criados pelo grupo considerado de *linha dura* do regime, “em parte porque enfrentou uma oposição mais forte após a eleição de 1974 e também porque os limites da abertura não estavam bem definidos, o que incentivava as críticas e reivindicações”¹¹⁷.

3.2 UMA OPOSIÇÃO AZUL

A eleição de 1972 marcou o início da trajetória política de Hamilton Rios e a partir dela o debate eleitoral em Conceição do Coité esteve polarizado entre *Vermelhos* e *Azuis*.

Os *Azuis* representavam outra facção da ARENA no município e reunia dissidentes do grupo liderado por Wercelêncio. Era um dos seus líderes, Misael Ferreira de Oliveira¹¹⁸. Assim como Hamilton, ele possuía uma vantajosa posição econômica conquistada através da produção e exportação do sisal e gozava de prestígio social perante a população coiteense.

As semelhanças nos perfis político-ideológico desses empresários do sisal evidenciavam que “as disputas se davam dentro de um mesmo campo ideológico, só havendo uma separação dos candidatos em seu âmbito pessoal”¹¹⁹.

Dessa forma, como salienta Lemenhe¹²⁰, devido à ausência de polarização ideológica entre os partidos e nas circunstâncias de interesses pouco diferenciados, ocorre um agravamento

¹¹⁶ Ibid.

¹¹⁷ QUADRAT, Samantha Viz. Os militares, a comunidade de informações e a abertura. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 381.

¹¹⁸ Nos anos 70 foi premiado em Madri por produzir o melhor sisal do Brasil através da sua empresa SINOR (Sisaleira do Nordeste Ltda.), nessa mesma década despontou-se como importante empresário, desportista e político. Principal representante dos *Azuis*, grupo político local rival dos *Vermelhos*. Misael teve dois mandatos como vereador, sendo o mais votado do município, exerceu a função de líder do governo na Câmara Municipal entre 1962/66 e 1967/71. Em 1972 foi candidato a prefeito pela primeira vez, tornou-se a se lançar em 1982, perdendo as duas eleições, ganhando em 1992, como vice-prefeito na chapa com Diovando Carneiro. Em 1987 foi eleito deputado estadual para o mandato de 1987/91. Atualmente não exerce nenhum cargo político, mas ainda continua participando da política partidária local seja pleiteando o cargo de vice do representante do poder executivo ou apoiando publicamente algum candidato a prefeito da cidade. (LOPES, 1996, op. cit; OLIVEIRA, V. 2002 op. cit.)

¹¹⁹ ALMEIDA, B. C. de. **Partido dos Trabalhadores: rupturas e permanências de um projeto político em Conceição do Coité (1986-2008)**. 2010. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010. p. 10.

¹²⁰ LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo:ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

da condição personalística no poder. Santos¹²¹ evidencia essa ausência de polarização ideológica ao analisar a trajetória política desses dois empresários do sisal:

Desde 1972 os empresários do ramo do sisal Hamilton Rios de Araújo e Misael Ferreira de Oliveira, cada um de seu lado, têm tocado seus projetos políticos pessoais, desprovidos de quaisquer propostas de interesse público, e, em torno deles, reunindo muitos defensores fiéis, alguns fanáticos. Ambos se notabilizaram pela prática do clientelismo e fisiologismo políticos¹²².

A simbologia das cores constituiu um elemento de diferenciação entre esses líderes políticos, “símbolos que constituem uma marca na política local, um verdadeiro folclore eleitoral, cujas origens permeiam por variadas versões entre os memorialistas da cidade”¹²³. A mais verossímil é apresentada por Roberto Lopes¹²⁴:

Evódio Resedá era Maçom, e Maçom na época era coisa do demônio, bode preto, vermelho, comunista. Começava aí a divisão de águas coloridas. A situação da qual Evódio era opositor passou a chamá-lo de bode preto, maçom, demônio, vermelho, comunista “Ele é vermelho, cor do diabo. Nós somos azuis, cor do céu” – diziam os futuros “azuis”. Na campanha de Hamilton Rios (Mitinho), uma reunião de mulheres (a ala feminina do grupo), aprovou a cor vermelha [...] surgindo nos comícios bandeiras vermelhas [...]¹²⁵.

Segundo Francisco Santos¹²⁶, a bipolarização dos grupos locais envolvidos na simbologia das cores limitou violentamente as discussões e reflexões sobre a política e seu verdadeiro significado, servindo para estabelecer uma confusão e impedir um debate sério sobre os verdadeiros problemas da cidade: “não se discute problemas sociais, programas de governo ou ideais políticos; nada se investiga, nada se comenta, a ninguém é dado o direito de ter opinião sem esbarrar no patrulhamento das cores”¹²⁷.

Além de essas cores serem mais fortes do que as siglas partidárias e atrapalharem uma reflexão acerca da política, elas também significaram na sociedade coiteense um elemento de distinção; ser *vermelho* ou *azul* implicava um comportamento e um ordenamento dos espaços políticos e sociais dessa cidade.

A rivalidade desses grupos incitava a violência física e moral entre a população, principalmente entre seus defensores fiéis e fanáticos que se enfrentavam durante a campanha

¹²¹ SANTOS, Francisco de Assis Alves. **Na mira dos coronéis**: cartas a um professor coiteense. Dissertação de Pós-Graduação *Latu Sensu*, Especialização em Estudos Literários, UNEB – Campus XIV, 2000.

¹²² *Ibid.*, p. 34.

¹²³ *Ibid.*, p. 14.

¹²⁴ LOPES, 1996, *op. cit.*

¹²⁵ *Ibid.*, p. 103.

¹²⁶ SANTOS, 2000, *op. cit.*

¹²⁷ *Ibidem*, p. 40.

eleitoral, período em que tais agressividades se acentuavam, sendo necessário demarcar lugares e estipular os horários para a realização dos comícios na Praça 8 de Dezembro, como relata Roberto Lopes¹²⁸:

Na chegada dos comícios invariavelmente rolava briga. Mesmo com a presença de um Delegado Especial, controlando a ordem, os ânimos eram muito acirrados, extensivo a toda a multidão [...] Numa chegada tumultuada, tivemos uma discussão, eu e Hamilton Rios, versus Antonio Ferreira e seu irmão João. Maliciosamente provoqueei-os e recebi o murro que precisávamos. No outro dia um panfleto, contundente como devem ser os panfletos, sob o título ‘*Êta murro besta, meu Deus!*’, produziu o tiro de misericórdia. O panfleto desmerecia o murro e aterrorizava o eleitorado, impingindo periculosidade aos agressores. No último dia de campanha ficou determinado pela Justiça Eleitoral que faríamos o comício primeiro, na Praça da Matriz e eles [os azuis] depois. Terminado o comício, seria preciso evacuar a praça o mais rápido possível para o povo não se misturar e superdimensionar o comício adversário, que vinha de Salgadália, exatamente, o maior reduto eleitoral dos nossos adversários. Como de lado a lado, em surdina, se praticava golpes baixos, foi instruído a um companheiro a colocar “miguelitos” (grampos constituídos de uma peça de plástico atravessada por dois preguinhos usados para fixar fios de eletricidade em paredes), na estrada de Salgadália, para os primeiros carros furarem os pneus e atrasarem a chegada¹²⁹.

Com o processo de redemocratização, os grupos políticos identificados pelas cores organizaram-se em partidos da base governista estadual, apesar de no âmbito local estarem em constantes disputas: ARENA 1 (*Azuis*) migrou para os Partido Liberal (PL), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); o ARENA 2 (*Vermelhos*) para o Partido de Frente Liberal (PFL) e o Partido Progressista (PP). Mas a simbologia das cores continuou sendo o principal elemento de distinção entre esses grupos. Nesse período, adentra no cenário político o *minúsculo* Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por membros ligados a movimentos da Igreja Católica.

3.5 A TEIA VERMELHA

Os *Vermelhos*, através do seu líder, Hamilton Rios, mantêm uma hegemonia de 40 anos no poder local, aspecto que foi fortalecido devido às relações tecidas com importantes políticos do cenário baiano, como Antonio Carlos Magalhães (ACM), numa “relação política em que eram negociados os apoios em eleições estaduais e os recursos e obras que seriam investidos em Conceição do Coité pelo governo estadual”¹³⁰. Uma reprodução de práticas políticas típicas

¹²⁸ LOPES, 1996, op. cit;

¹²⁹ Ibid., p. 111-112.

¹³⁰ SANTIAGO, 2010, op. cit., p.33.

do coronelismo, sendo Hamilton Rios um intermediário entre o governo e a população, e o detentor dos encargos dos órgãos burocráticos do estado no município.

Um significativo exemplo dessa aliança entre esses dois políticos foi a concessão da transmissão da emissora pertencente a Hamilton Rios, a Rádio Sisal AM, pelo então Ministro das Comunicações, ACM, em 1986, um importante instrumento de manipulação e disseminação de ideologia sociopolítica. Ainda mais, uma influente ferramenta de propaganda política que promovia a mitificação da figura de Hamilton e a perseguição política aos seus adversários.

Além de ACM, Hamilton Rios estabeleceu laços pessoais e afetivos com o governador João Durval Carneiro, apoiado por ACM na década de 1980. Tais laços foram reforçados pelo apadrinhamento. O seu filho Wellington Passos de Araújo é afilhado de João Durval e se elegeu prefeito em 2000, atualmente exercendo o cargo de deputado estadual (2011-2014).

Tanto ACM quanto João Durval e outros importantes políticos do cenário baiano nas décadas finais do século XX, como Josaphat Marinho, Roberto Santos, César Borges e Paulo Souto, estavam frequentemente presentes nos comícios realizados por Hamilton Rios na conhecida Praça 8 de Dezembro e, do coreto, discursavam suas propostas e atacavam seus adversários políticos.

Jornais e revistas da época publicaram discursos proferidos em eventos realizados pela Prefeitura Municipal, como inaugurações de obras e comemorações da emancipação de Conceição do Coité, que evidenciam a recorrência a valores afetivos e às relações de compadrio, como práticas políticas utilizadas por Hamilton Rios, João Durval e seu filho Sérgio Carneiro¹³¹. Estas práticas mostram uma estratégia de barganha para conseguir investimentos e recursos públicos para o município, meios que podem ser percebidos nos trechos a seguir:

Novamente Sérgio Carneiro falou: “Peço permissão a todos vocês, para tratá-los com uma certa intimidade e o faço não por demagogia, mas porque temos um prefeito que sempre foi amigo de nossa família e compadre de João Durval. Aqui foi um grande reduto eleitoral do governador e para agradecer ele pretende fazer de Coité um brinco de cidade, e até agora tem cumprido este plano”¹³².

João Durval que iniciou o seu discurso fazendo um retrospecto de quando veio a Coité, pela primeira vez, através de Hamilton Rios, pessoa que ele muito estima e admira. [...] concluiu dizendo: “Jamais falhei a Conceição do Coité, e como Governador tenho certeza de que continuarei a ser o mesmo amigo de todos vocês, e já dei demonstração disso nesses nove meses de mandato. Continuarei APOIANDO INTEGRALMENTE A ADMINISTRAÇÃO HAMILTON RIOS DE ARAÚJO E HAMILTON SÓ NÃO REALIZA EM CONCEIÇÃO DO COITÉ O QUE FOR VERDADEIRAMENTE

¹³¹ Na época presidente da Instituto de Desenvolvimento Urbano e Articulação Municipal, órgão criado pelo governo de João Durval - Interurb

¹³² Revista Estados e Municípios, 1983, p.07.

IMPOSSIVEL [sic]" [...] Finalizou seu discurso, dizendo que voltará sempre a essa terra, agradecendo ao compadre Hamilton Rios por ter colocado o seu nome no parque de Exposição de ovinos e caprinos e dando a todos até logo.¹³³ (grifo do autor).

Falou o prefeito Hamilton Rios: “São João está em festa, festa esta prometida por mim, quando aqui passei para pedir voto para nosso grande governador. Tinha certeza que ele voltaria para fazer essa festa pois eu confio cegamente nesse homem, nesse irmão que ganhou o Governo da Bahia. Esta obra foi feita graças a ajuda do nosso Governador e graças a Sérgio Carneiro, e tenho a certeza que ele instalar o ginásio, pois ele é amigo de vocês assim como eu sou e se ele prometeu ele irá cumprir¹³⁴.

Figura 3 – Capa da matéria jornalística sobre o apoio político de João Durval à Hamilton Rios¹³⁵



Figura 4 – Sérgio Carneiro (filho de João Durval) e Hamilton Rios¹³⁶



¹³³ Ibid, p. 07-08

¹³⁴ Ibid, p. 07.

¹³⁵ Ibid., p. 06

¹³⁶ Ibid., p. 07

Maria Auxiliadora Lemenhe¹³⁷ mostra a recorrência a valores afetivos e às relações de compadrio como meios principais de dominação política a permearem as estruturas formais de poder de tipo tradicional no Ceará, ao estudar as práticas políticas da Família Bezerra, baseadas em redes de parentescos, de amizades e de identidades territoriais.

Essa análise proposta pela autora encaixa-se perfeitamente na realidade da estrutura montada por Hamilton Rios e o seu grupo político para a monopolização do poder em torno de convivências personalísticas, visto que ele envolveu a participação ativa de sua parentela e amigos, concedendo vantagens materiais e simbólicas. Além disso, estabeleceu alianças políticas com outras importantes famílias do cenário político e social de Coité, como os Resedá e os Ramos, os suportes do seu poder de característica tradicional, que constituem os *Vermelhos*. Foi dentro dessa parentela que o líder escolhia seus aliados para ocupar cargos nos órgãos burocráticos estatais e municipais, estes que garantiam a política de “ajuda” e “proteção” aos que se mantinham fiéis a Hamilton nos pleitos eleitorais.

Esse comportamento político, por parte de Hamilton Rios, demonstra como a garantia de favores individuais e, principalmente o acesso a serviços públicos foi moeda corrente entre ele e a população local, sendo essa ação de troca uma das principais bases de manutenção do seu poder, perpetuando, dessa maneira, uma cultura política¹³⁸ de caráter clientelista, pois como afirma Carvalho: “De modo geral, [clientelismo] indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”¹³⁹.

Dessa forma, Hamilton Rios teve a sua liderança também alicerçada numa estrutura de dominação com características da política de tipo tradicional¹⁴⁰, mesmo exercendo um domínio

¹³⁷ LEMENHE, 1995, op. cit;

¹³⁸ Cultura política é um conceito amplo e plural, em sua acepção clássica, é identificada como o “conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (SANI, 1998: 306). Cabe também a noção de Sege Berstein, que entende por cultura política “um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução (...) da natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento de sua história” (BERSTEIN, 2009: 31).

¹³⁹ CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.” In. **Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997, pp. 229-250.

¹⁴⁰ Segundo Weber a dominação tradicional se constitui a partir da crença na santidade das tradições e daqueles que exercem o poder, estando esses vinculados à tradição, sendo que a piedade à tradição e a pessoa do senhor são os elementos fundamentais da autoridade. A dominação tradicional possui como tipo mais puro, o poder patriarcal, na qual o “senhor” ordena e seus súditos, indivíduos totalmente dependentes, obedecem, além disso, possui uma estrutura de dominação denominada por Weber de patrimonialismo. O domínio patrimonial é constituído dentro dessa estrutura patriarcal com um quadro administrativo puramente pessoal do senhor ligado por vínculos afetivos, de lealdade, familiares ou de clientela, dessa forma, o corpo de funcionários é formado por pessoas sem qualificação profissional passando os mesmos a terem uma relação de submissão ao senhor que exige sua obediência ilimitada no cargo. “Pois a fidelidade ao cargo do funcionário patrimonial não é uma fidelidade objetiva

econômico calcado na indústria do sisal que seguia uma lógica capitalista. O seu apoio aos candidatos da situação ligados a ACM nos pleitos estaduais expressava a rede de troca de favores, pois a garantia dos votos do seu reduto eleitoral a tais candidatos era retribuída através de barganhas e recursos políticos para a manutenção de seu poder no âmbito municipal.

Hamilton Rios legitimou o seu poder e autoridade através das relações assistencialistas e clientelistas por todo o município, ampliando, dessa maneira, a sua rede de fidelidade. Quanto mais eleitores tivesse, “fiéis” e gratos pelos favores prestados, mais ele garantia a legitimidade do seu poder e assim se firmava como um verdadeiro líder político perante essa comunidade, pois atendia às “necessidades do povo”, na medida em que recorria a valores afetivos e de compadrio nesse jogo pelo poder.

Ao analisar os registros de batismo da paróquia de Coité da década de 1970, nota-se um gradual aumento do número de afilhados de Hamilton Rios e sua esposa, Ana Maria Passos Araújo, o que comprova o uso das relações de compadrio para monopolizar o poder em torno de sua pessoa e para expandir suas bases eleitorais.

Além disso, lançava mão de outros recursos para se manter no poder, a exemplo do empreguismo. Admitia eleitores para o serviço público, como também empregava eleitores, principalmente da zona rural e das áreas mais carentes do município, em suas empresas do ramo do sisal, seja em suas fazendas ou nas diversas bateadeiras do sisal de sua família, situadas no espaço urbano, principalmente nas zonas mais carentes da cidade.

Em agradecimento a esses “benefícios” ofertados por Hamilton, muitas famílias mantinham-se, no decorrer dos anos, fiéis a esse chefe político, ensinando seus filhos a admirá-lo e, quando eleitores, a não romperem com esses “laços de amizade e gratidão” estabelecidos por eles. Esses laços são fundamentais para a adesão de eleitores, como analisa Maria Lemenhe¹⁴¹:

Adesões de eleitores são conquistadas com concessão de emprego no serviço público ou apenas com gestos de simpatia e informalidade que tipificam as relações entre os chefes políticos interioranos e o eleitor. Instituindo a “máquina estatal” como um comitê eleitoral, impedem-se migrações de adesões para outros agrupamentos políticos.¹⁴²

do servidor perante tarefas objetivas, [...] mas, sim uma fidelidade de criado que se refere de forma rigorosamente pessoal ao senhor” (WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991. p.255) configurando assim os elementos constitutivos que asseguram o poder e o processo de reprodução do mando tradicional.

¹⁴¹ LEMENHE, 1995, op. cit;

¹⁴² Ibid, p. 139.

Nessa perspectiva, as relações entre o âmbito público e privado se fundiram de tal forma através dessas práticas clientelistas, que dentro dessa estrutura de poder era difícil distinguir o público do privado. A base dessa conexão estava centrada nas relações de clientela, o que levou muitos servidores a realizarem atividades independentes da administração pública para a concretização dos próprios interesses políticos de quem os fornecia o cargo, nesse caso Hamilton Rios.

A distribuição de cargos públicos exemplifica bastante essas conexões, como evidencia Carneiro¹⁴³, ao analisar o sistema de ensino de Conceição do Coité nas últimas décadas do século XX. A admissão de funcionários para ocupar os cargos de Direção e Coordenação nos estabelecimentos de ensino público municipal tinha como maior critério a confiança pessoal e a fidelidade ao grupo político, que deveriam ser comprovadas no momento das eleições:

Os diretores escolhidos precisam dessa maneira, demonstrar a cada quatro anos seu interesse e disponibilidade para continuar em seu cargo de confiança, e, para isso, dedicar-se quase que exclusivamente a uma incansável busca por votos¹⁴⁴.

Hamilton Rios estabeleceu as relações de poder com os diversos sujeitos na sociedade coiteense, adotando sempre uma política de favores e vantagens pessoais para ele e aqueles que decidiram ficar sob o seu mando. Esses favores concedidos forjaram uma imagem prestativa e benevolente de Hamilton Rios junto ao eleitorado, sendo aquele que atendia aos clamores dos mais necessitados.

Esse líder político, ao estabelecer uma relação mais próxima com seus “súditos” que o consideravam como o “servidor” dos mais pobres, julgava-se no direito de ter como gratidão ou retribuição a obediência e, principalmente, o voto dos seus subalternos e suas parentelas. E, ainda, deveriam exprimir certa devoção e estima por esse “senhor”, o que daria ao seu poder de mando uma aparência muito modesta e personalista.¹⁴⁵

A sobrevivência desse mando personalista através da prática clientelista no campo político coiteense e de outras localidades, no período do Regime Ditatorial, pode ser explicada

¹⁴³ CARNEIRO, Antonia Gislaine Costa. **À Sombra de velhas práticas: o exercício da docência numa sociedade de clientelas**. 2010. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 28.

¹⁴⁵ WEBER, 1991, op. cit., p. 193.

pelos argumentos de Bursztyn¹⁴⁶ e Carvalho¹⁴⁷ apresentados por Lemenhe¹⁴⁸ em seus estudos. Segundo eles, as oligarquias locais representaram uma garantia de legitimidade ao poder central, pois ofereciam fidelidade ao poder maior em troca da preservação de seus interesses, sendo provas evidentes disso “as vitórias eleitorais sucessivas e ampliadas ao longo da ditadura dos candidatos da ARENA”¹⁴⁹.

Lemenhe¹⁵⁰ considera, ao analisar a dominação da política cearense pelos “coronéis” da família Bezerra de Menezes, que existiram outros elementos fundamentais nesse processo. Os líderes personalistas representam um conjunto de interesses de grupos hegemônicos, principalmente dos setores que se modernizaram e da burguesia industrial, e encontram diferentes meios para exercitar a política de favores:

Tem seu poder fortalecido como representantes diretos do poder central e encontram na ampliação da burocracia (federal e estadual) espaços mais extensos e diversificados para contemplar demandas e assegurar fidelidades, ou seja, de reproduzir o seu poder de forma tradicional.¹⁵¹

José Murilo de Carvalho¹⁵² afirma que o mandonismo seria uma das principais características do poder tradicional. Neste, o poder caberia ao chefe local que, por meio das estruturas oligárquicas e do controle de recursos e estratégias, abriria espaço para sua influência e domínio. Contudo, na medida em que a cidadania fosse plenamente exercida, esse mandonismo seria combatido. Para ele, tanto o clientelismo quanto o mandonismo são mais amplos que o coronelismo, pois a “relação clientelística envolve uma troca de favores entre dois lados, podendo ser mudados tanto os objetos de barganha como seus atores; também não seria um sistema, mas uma rede de práticas variável no tempo”¹⁵³:

As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o

¹⁴⁶ BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos. Planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis, Vozes/CNPq, 1984.

¹⁴⁷ CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. **O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional**. São Paulo, HUCITEC/SUDENE, 1987.

¹⁴⁸ LEMENHE, 1995, op. cit;

¹⁴⁹ Ibid., p. 29.

¹⁵⁰ Ibid,

¹⁵¹ Ibid., p. 36.

¹⁵² CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados-Revista de Ciências sociais**. Rio de Janeiro: IUPERJ, V.40 N. 2, 1997.

¹⁵³ LIMA, op. cit., p. 6.

decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística¹⁵⁴.

Hamilton Rios soube tirar proveito do cargo de chefe do executivo, da sua posição afinada com as propostas da Ditadura e de ser representante da ARENA local, organizando, estrategicamente, importantes bases políticas na esfera local e estadual. Isto lhe assegurou a obtenção de bons resultados eleitorais, derrotando, na maioria das eleições, Misael Ferreira e seu grupo, os *Azuis*. Os dois últimos mandatos de Hamilton Rios (1983-1985; 1985-1989) inseriram-se no contexto da transição democrática no país, sendo que o último esteve ligado especialmente ao processo de redemocratização promovido pela pressão dos movimentos populares através das “Diretas Já”.

Sua liderança e seu prestígio político foram legitimados por suas vitórias nos pleitos eleitorais, como também pela vitória de candidatos indicados por ele e que pertenciam ao seu grupo político, como, por exemplo, o comerciante do sisal, Walter Ramos Guimarães (1977-1982) pelo PSD, sogro do sobrinho de Hamilton, importante figura do poder legislativo do município e dos *Vermelhos*, considerado o “prefeito expressão nacional” pelo *Correio de Recife* devido a sua administração:

No seu governo de 6 anos [Walter Ramos] privilegiou reforma de estradas e construção de represas na zona rural (apesar de muitas serem ofertadas como propriedades privadas em todo município). Seu governo destacou-se também pela pavimentação de ruas em Coité e em povoados, a construção do Hospital Nossa Senhora da Conceição (hoje Almir Passos) na Sede e postos médicos em alguns povoados, a implantação de uma torre repetidora de TV e a construção do Centro de Abastecimento em Coité¹⁵⁵.

Walter Ramos, todavia, não alcançou “voos mais altos” no poder executivo local, devido à interferência política de Hamilton Rios que não queria perder sua autoridade na política municipal. Diante disso, Walter Ramos se desentendeu com ele, rompeu com os *Vermelhos* e apoiou a candidatura de Misael Ferreira, líder dos *Azuis*, para sua sucessão em 1983:

A revista *Estados e Municípios*¹⁵⁶ publicou o evento de 10 de junho 1982, na Associação Cultural Castro Alves, no qual Walter Ramos foi premiado com o título de “Prefeito Expressão Nacional 81/82” pelo jornal *Correio de Recife* (cujas tendências, expressa pelo seu representante Viriato Rodrigues, sinaliza uma completa afinidade com a Ditadura). Todas as autoridades presentes (municipais, estaduais e federais)

¹⁵⁴ CARVALHO, 1997 op. cit., P. 4-5.

¹⁵⁵ LIMA, 2010, op. cit., p. 36.

¹⁵⁶ Revista da Associação Brasileira de Municípios, Ano VII – Nº. 58 – 1982, s/p.

reafirmaram a necessidade de eleger Misael Ferreira como sucessor para o executivo, e o próprio Walter encerra seu pronunciamento com um apelo aos fiéis eleitores: “A única retribuição que quero de todos vocês é a escolha de Misael Ferreira, em 15 de novembro para prefeito da cidade. Assim procedendo, vocês terão a minha eterna gratidão”. Como História não é Ciência Exata, Hamilton venceu nas urnas e ficou no Executivo até 1988¹⁵⁷.

Outro importante candidato indicado por Hamilton Rios e que também alcançou prestígio político exercendo três mandatos sob a legenda do PFL e do PP entre 1989-1992, 1997-2000 e 2005-2008 foi seu sobrinho e genro de Walter Ramos, Érwerton Rios D´Araújo Filho (Vertinho). Contudo Hamilton Rios foi derrotado nas eleições de 1992, quando pleiteava novamente o cargo do executivo, por Diovando Carneiro, fato que será analisado no terceiro capítulo.

Apesar de Hamilton Rios ter alcançado também a vitória eleitoral do seu filho, Wellington Passos de Araújo (Tom) sob a legenda do PP, no ano de 2000, não conseguiu transformar seu principal herdeiro em um importante líder político em razão dos inúmeros escândalos sobre desvios de verbas públicas para financiamento de suas próprias empresas, marcando o seu mandato como o pior da política coiteense¹⁵⁸. Porém, recentemente, conseguiu elegê-lo deputado estadual, sendo o candidato mais votado do Partido dos Democratas (DEM), reafirmando mais uma vez a autoridade política do pai que ainda mantém “um dos seus”, Renato Souza, na gestão municipal de 2009 a 2012.

As práticas de relações pessoais e clientelistas, como principais recursos para a manutenção do poder tradicional, utilizados pelos *Vermelhos*, como foi analisado, estenderam-se para outras instituições e espaços sociais, como por exemplo, a Igreja Católica local. Esta instituição religiosa manteve durante as décadas de 1970 e 1980 estreitos laços de dependência econômica com Hamilton Rios, considerado grande benfeitor da instituição religiosa e que diversas vezes do coreto anunciou seus feitos políticos, atacou seus adversários e festejou suas sucessivas vitórias nas eleições municipais.

4. UM LUGAR DE PRESTÍGIO

¹⁵⁷ LIMA, 2010, op. cit., p. 35.

¹⁵⁸ Jornal *A Estrela*, julho de 2003. s/p.

Em meio aos foguetórios, às rezas e às badaladas do sino da torre da Igreja descortinava-se, sob os olhares dos fiéis, o véu¹⁵⁹ do Santíssimo Sacramento¹⁶⁰ que, pelas mãos do sacerdote, abençoava solenemente, do coreto, os inúmeros devotos presentes na Praça da Matriz a 8 de Dezembro¹⁶¹.

Esse rito realizado no final das festas da Padroeira é uma tradição que se perpetua até os dias atuais. Teve seu primeiro registro no Livro de Tombo no ano de 1882. Tornou-se uma das festas mais populares da cidade¹⁶² e essencial para a vida da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. No período do objeto de nosso estudo, essa paróquia pertencia à Diocese de Feira de Santana, criada em 21 de julho de 1962 e, em 16 de janeiro de 2002, foi elevada à categoria de Arquidiocese pelo Papa João Paulo II. Atualmente, a paróquia de Coité faz parte da Diocese de Serrinha, erigida em 21 de setembro de 2005.

A festa dedicada à Nossa Senhora da Conceição, expressão máxima da fé de inúmeros devotos presentes nessas terras coiteenses, ganhou destaque após a proclamação do Dogma da Imaculada Conceição de Maria, ocorrida em 8 de dezembro de 1854, pela bula *Ineffabilis Deus*, de Pio IX. A devoção contribuiu, de certa maneira, para a criação da Freguesia do Coité e de outras freguesias da região, visto que “a Igreja baiana identificava-se com o traço comum do ser devota, qualquer que fosse a hierarquia religiosa ou o lugar social”¹⁶³. O ritmo da devoção mariana na Igreja local era percebido em dois momentos: no mês de maio, dedicado a Nossa Senhora, e em dezembro, na Festa da Padroeira.

Essa dimensão devocional extrapolava os limites de âmbito doméstico, sendo revelada no espaço público através da multiplicidade de capelas construídas, das práticas de piedade em agradecimento à graça alcançada e nas procissões, especialmente nas festas da padroeira, elementos que eram identificados a partir da presença da imagem da/o santa/o venerada/o¹⁶⁴.

A presença do clero legitimou o espaço institucional da Igreja local, que intensificou o controle das práticas religiosas dos fiéis através dos ritos sacramentais. O pároco, ao controlar e determinar as práticas religiosas oficiais aos olhos dos fiéis, ganhava destaque e prestígio, uma função “não só advindas de delegação eclesiástica, mas no Brasil Império, oriundas

¹⁵⁹ Segundo a fé católica, como não se pode ver a presença do Cristo no Santíssimo Sacramento da Eucaristia, pois sua presença é substancial, o rosto de Jesus Cristo está velado aos fiéis através do véu do sacramento.

¹⁶⁰ A fé católica professa que no Santíssimo Sacramento da Eucaristia ou do Altar estão contidos verdadeiramente, realmente e substancialmente o Corpo e o Sangue juntamente com a alma e a divindade de Jesus Cristo (Fonte: Catecismo da Igreja Católica, edição típica vaticana).

¹⁶¹ Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, p. 66v-78.

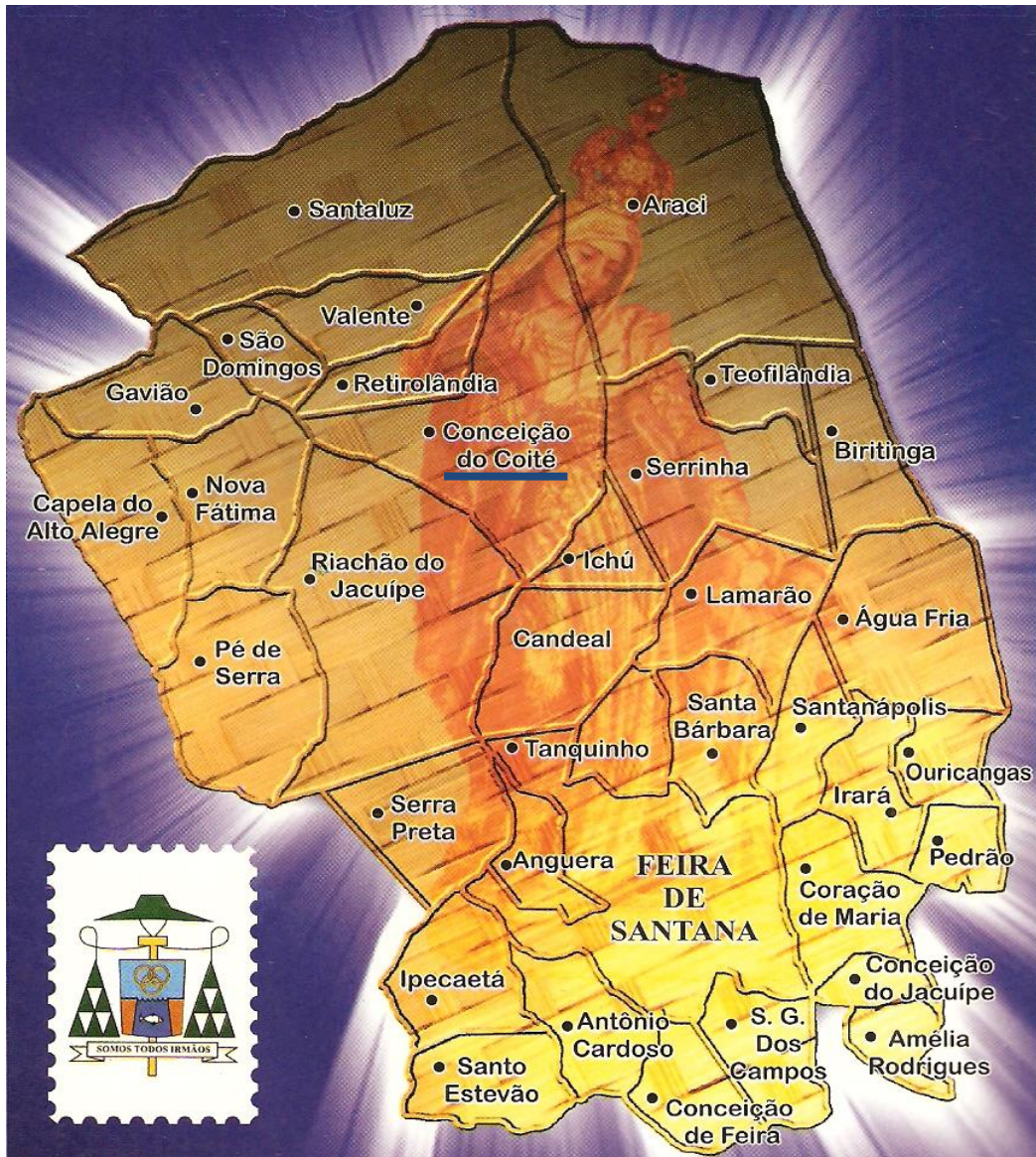
¹⁶² OLIVEIRA. V. 1993, op. cit., p.68

¹⁶³ SILVA, Cândido da Costa e. **Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia**. Salvador: EDUFBA., 2000. p. 86.

¹⁶⁴ Ibid.

também da instância política, por deputação provincial ou liderança articuladora”¹⁶⁵, constituindo-se, dessa maneira, um agente legitimador da organização social do Estado.

Mapa II - Arquidiocese de Feira de Santana¹⁶⁶



Um grande expoente a exercer essa função prestigiosa foi o Pe. Marculino Francisco de Souza Madureira¹⁶⁷, que durante sessenta e quatro anos administrou a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Nela implementou a devoção ao Sagrado Coração de Jesus,

¹⁶⁵ Ibid., p. 50

¹⁶⁶ Fonte: Plano de Pastoral da Arquidiocese de Feira de Santana. 2002.

¹⁶⁷ Nascido em 3 de janeiro de 1833, em Jequiricá –BA. Foi ordenado em 3 de janeiro de 1864 e tomou posse da Freguesia do Coité em 17 de agosto de 1869, só deixando o cargo devido a seu falecimento, em 9 de março de 1933, aos cem anos de idade.

motivou as celebrações marianas no mês de maio e as novenas dedicadas à padroeira em dezembro, como também promoveu as Santas Missões, que possuíam o objetivo de esclarecer a Doutrina da Igreja, fortalecer as consideradas devoções oficiais da instituição e a distribuição dos sacramentos como batismo, confissão, eucaristia, crisma e matrimônio.

Além disso, foi responsável pela construção do cemitério com capela em 1876; pela reforma e ampliação da Igreja Matriz que contou com o apoio do Cel. João Manoel Amâncio¹⁶⁸ e pela construção de importantes capelas no território da freguesia. As ações do padre Marculino Madureira asseguraram uma intervenção mais direta do clero na vida religiosa da população e reforçaram o sentimento de pertencimento dos fiéis à Igreja ritualista, dogmática e devocional.

Importante eleitor, padre Marculino Madureira fez parte do Conselho Municipal e assumiu o cargo de Intendente do município no final da década de 1890. Foi um dos principais articuladores políticos nessa freguesia, teceu importantes redes políticas e sociais com ilustres personalidades da política coiteense, como o Coronel João Manoel Amâncio no século XIX e com Wercelêncio Calixto da Mota na primeira metade do século XX. Essas relações eram moldadas e movidas pela troca de favores e laços de amizade e reforçavam a consolidação de um grupo social dominante sob o mando desses chefes.

As relações de poder estabelecidas entre pároco e políticos inicialmente estavam legitimadas pelo padroado¹⁶⁹, “pelo qual a instituição dependia do Estado para sua subsistência e para sua expansão. O Estado, por sua vez, dependia do clero para manter a ‘sacralidade legitimadora’ de seu poder”¹⁷⁰, e permaneceu ao longo do século XX, mesmo com o advento da República, momento em que oficializa a separação entre Igreja e Estado.

A Igreja local seguia afinada com a postura da Igreja Católica em âmbito nacional de manter aliança com setores dominantes, representados nas cidades pelas figuras dos coronéis, após a Proclamação da República para que, assim, ela continuasse influenciando politicamente

¹⁶⁸ Cel. João Amâncio Carneiro da Motta era filho do Capitão Antonio Manoel Amâncio, que foi o primeiro Juiz de Paz da Freguesia do Coité e um dos principais proprietários de terra e escravos nessa região. João Amâncio assumiu importantes cargos da esfera local no advento da República Brasileira.

¹⁶⁹ O padroado unia poder eclesiástico com o poder civil, cujas origens remontam à Ordem dos Templários e à Ordem de Cristo no período das Cruzadas. Sendo retomado num tratado entre a Igreja Católica e os Reinos Ibéricos através da bula papal *Super Specula Militantis Ecclesiae*, em 1551, que concedeu o direito de autoridade da Coroa Portuguesa a Igreja Católica nos territórios de domínio Lusitano. Esse sistema continuou sendo vivenciado no Período Imperial do Brasil, sob o regime conhecido de *regalismo*, em que todos os assuntos eclesiásticos eram tratados e resolvidos por órgãos do Governo, principalmente pela Mesa de Consciência e Ordem.

¹⁷⁰ MATOS, H. C. J. **Nossa história: 500 anos da presença da Igreja católica no Brasil**. 1º vol. São Paulo: Paulinas, 2001.

a sociedade, essa ação “de fato se traduz numa estratégia muito importante para a sustentação da Igreja no campo político-institucional”¹⁷¹.

Essas relações se consolidaram de tal maneira na sociedade coiteense que o próprio pároco, padre Madureira, indicou Wercelêncio Calixto da Mota para assumir importantes cargos da esfera municipal: o cargo de delegado de polícia na década de 1920 e o cargo de Intendente Municipal, entre os anos de 1927 e 1930¹⁷². Ainda mais, pelo fato de permanecer durante 64 anos como representante do poder eclesiástico nessa sociedade, contribuiu para a continuação dos interesses que os poderes temporal e eclesiástico partilhavam na teia política do município.

As relações de poder tecidas por esses atores sociais podem também ser percebidas durante o itinerário político traçado pelo Pe. Urbano Galvão Dhom¹⁷³, quando foi pároco entre 1937 e 1955. Em decorrência dos laços estabelecidos com Wercelêncio Mota, líder do PSD local, pleiteou nas eleições gerais da Bahia uma vaga na assembleia legislativa pelo PSD. Eleito, assumiu o cargo entre 1955 e 1959, sem o apoio da hierarquia eclesiástica, foi afastado das atividades sacerdotais.

Outro momento em que aparece uma vinculação estreita entre a instituição religiosa e os grupos hegemônicos locais foi o período em que a Igreja esteve sob a administração dos Padres Vocacionistas¹⁷⁴ (1959-1989), pois, numa posição de subserviência com o poder local, estes padres contribuíram para que essa instituição se tornasse um dos instrumentos de afirmação da autoridade e prestígio político de importantes chefes políticos. Ainda mais, por possuir um forte poder de influência na vida de inúmeros fiéis, muitos políticos atentos a esse expressivo poder da Igreja teciam importantes redes de relações com o clero local.

O ponto mais expressivo da ação religiosa desses padres, envolvendo a sociedade coiteense, era a preparação do novenário em louvor à padroeira do município, que em muitos anos culminava com a Visita Pastoral do Bispo da Diocese e que reunia inúmeros fiéis vindos

¹⁷¹ SANTOS, Israel Silva dos. **Igreja Católica na Bahia na Reestruturação do Arcebispado Primaz (1890-1930)**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

¹⁷² OLIVEIRA, V., 1993, op. cit;

¹⁷³ Nascido em Salvador em 6 de maio de 1913 e ordenado sacerdote em 1937.

¹⁷⁴ A Congregação "Sociedade das Divinas Vocações"(Vocacionistas), nascida aos 30 de abril de 1914, em Pianura, pequena cidade do subúrbio de Nápoles (Itália), permaneceu durante muito tempo apenas nos limites territoriais da Itália. Mas no dia 18 de abril de 1950 começava uma nova fase da sua história. Pela primeira vez ela iria transpor as fronteiras italianas e chegar a outros lugares. De fato, naquele histórico 18 de abril de 1950, depois de serem abençoados pelo Fundador, Pe. Justino Russolillo, partiam para o Brasil os três primeiros missionários vocacionistas: Irmão Prisco, Pe. Ugo Fraraccio e o Pe. Franco Torromacco. Hoje, encontram-se presentes em três dioceses da Bahia: Salvador, Serrinha e Vitória da Conquista; Além de Rio de Janeiro (RJ) e Aracaju (SE). Disponível em <http://www.vocacionistas.org.br>. Acesso em 10/09/2011.

de todos os arredores da paróquia e de outros municípios, muitos em busca de sacramentos. O Pe. Belisário Campanile, primeiro vigário vocacionista da paróquia, registrou uma grande quantidade de sacramentos realizados em uma única visita pastoral realizada nos dias 4 a 8 de dezembro de 1959: “1224 crismas, 3.000 comunhões, 52 casamentos (sendo 6 de reparação), e 115 batizados”.¹⁷⁵

A festa, com as novenas e celebrações dos sacramentos, dava oportunidade para estreitarem-se laços familiares e sociais entre a Igreja e a comunidade. Aproveitando-se desses eventos, muitos políticos da cidade se tornavam presidentes da festa, participavam da comissão organizadora, eram responsáveis pela organização, doação e coleta de donativos para os festejos paroquianos, para assim conquistarem prestígio perante a sociedade.

Nesse sentido, a festa ganhava conotações políticas, pois seus benfeitores ganhavam autoridade e asseguravam posições de poder. Relatos da festa mostram que os presidentes de muitas festas foram Wercelêncio Calixto da Mota, Teógenes Antonio Calixto, Manoel Carneiro Rios e Misael Ferreira de Oliveira. Todos ocuparam importantes cargos políticos no município.

Ao analisar os documentos do Livro de Tombo pertencente à Paróquia, precisamente nos relatos da década de 1970, percebe-se que aconteciam inúmeros eventos em que participavam conjuntamente administradores municipais e a instituição religiosa, desde as missas em ação de graças à posse dos prefeitos e outras autoridades políticas do município, o treinamento dos professores municipais realizados pela paróquia, até os almoços oferecidos pelo prefeito ao governador do Estado da Bahia e de sua comitiva quando visitavam o chefe do executivo.

Essas práticas parecem ser insignificantes, mas perante a população, elas adquirem significados importantes, ao perceber que padres e políticos partilhavam dos mesmos interesses na teia política da comunidade.

A relação de clientela entre o pároco e o grupo dominante tornava-se visível aos olhares dos fiéis durante a festa da padroeira. Em várias procissões, no decorrer da festa de 1970, o padre solicitava ao prefeito, nesse período pertencente aos *Vermelhos*, que permanecesse perto do andor da Imaculada Conceição, um lugar de destaque e privilégio, e pedia à população que saudasse a presença do ilustre político e sua família em meio a esse evento.

Esse modo de proceder fica patente no seguinte relato: “o prefeito na época quando chegava pra participar, ele [o padre] parava o evento e mandava o povo ter a atenção

¹⁷⁵ Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, p. 62.

parabenizando a chegada do tal prefeito que tava chegando.”¹⁷⁶ Com esses gestos, aparentemente simples, os padres contribuíam para reforçar a autoridade do líder dos *Vermelhos*, Hamilton Rios, perante a sociedade coiteense. Assim, “nessa dinâmica simbólica, rica em gestos, que os mecanismos de poder e exploração geravam mais suavemente.”¹⁷⁷

A presença, tanto do poder político nos atos religiosos quanto da Igreja em atos públicos, se tornou uma estratégia muito importante para a influência da Igreja no campo político-institucional e uma forma de o poder civil garantir a manutenção de seu mando, aquilo que Sérgio Miceli chamou de “espaço de encenações”¹⁷⁸.

Esse “espaço de encenações” na sociedade coiteense tornou-se, a partir da década de 1970, um dos principais instrumentos de afirmação da autoridade e prestígio político de Hamilton Rios de Araújo e do seu grupo político-partidário que garantia, através da prefeitura, a subsistência da paróquia:

Até junho de 1989, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité passava por momentos conturbados, que iam da fantasia, da necessidade de “aparecer”, do muito realizar sem objetivos concretos, até o comprometimento com grupos políticos que impuseram uma dependência estrutural, funcional e financeira, passando a Prefeitura Municipal a custear quase todos os encargos que acreditamos ser da responsabilidade da administração paroquial. Funcionárias da Secretaria Paroquial, doméstica, luz, água e outras despesas passaram a fazer parte do passivo do poder público municipal. Até aquela data, nunca tomamos conhecimento de balancetes que justificassem receitas e despesas de nossa paróquia. Até mesmo um automóvel que a paróquia possuía, não se sabe que fim levou ... existia a paróquia subserviente a um grupo político que, por não encontrarem o mesmo espaço com Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira, desencadearam uma campanha de difamação: calúnias e falsos testemunhos diante da hierarquia diocesana¹⁷⁹.

Em troca, numa relação de reciprocidade, o prefeito e seus familiares possuíam algumas regalias na instituição religiosa, como relata Nilson Silva Carneiro, leigo convidado pelo pároco, padre José Antonio Reis (1973-1989), para auxiliar na formação das comunidades da zona rural:

Quando o prefeito era eleito, o prefeito porque ajudava muito a paróquia, contribuía com alguma coisa, mandava e ele ficava sem vez, eu me lembro que uma certa vez tinha um curso de pais e padrinhos (...) e diversas pessoas que participavam do grupo político era isentas não precisava tomar o curso de pais e padrinhos onde umas pessoas criticavam o padre Reis e falava que não gostava dessas atitudes. E ai continuou quando, por exemplo, quando tomavam posse a igreja era enfeitada de flores, de

¹⁷⁶ Entrevista concedida por Nilson Carneiro, 60 anos de idade, no dia 18 de setembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

¹⁷⁷ THOMPSON, E. P. Patrícios e Plebeus. In: _____ **Costumes em Comum**. São Paulo, Cia das Letras, 2002, p.49

¹⁷⁸ SANTOS, I. 2006, op. cit., p. 59.

¹⁷⁹ Carta do Conselho Paroquial, Conceição do Coité, em 23 de março de 1996.

faixas, de ‘vermelhou’ de grupo tal e ele fazia com toda a felicidade como que nem tava se lixando pras pessoas que não gostavam de tais atitudes, né, mas tinha um grupo que se afastava que não gostava disso que era católico que acompanhava todos os movimentos da igreja, mas que nesses momentos não participava, a gente ficava de fora¹⁸⁰.

Nilson Silva Carneiro afirma que, na época em que o Pe. Reis chegou a Coité, a paróquia era muito precária, “as condições da casa paroquial eram horríveis”¹⁸¹ e que enfrentou muita resistência de alguns paroquianos pela saída do antigo padre, Nicola Corandente, chegando ao ponto de algumas pessoas retirarem toda a comida da casa paroquial. O depoente atribuiu à falta de condições para a paróquia se auto-sustentar a carência de dízimo, pois é um elemento importante para mantê-la independente do poder local.

Diante desse cenário em que a devoção à Imaculada Conceição reunia em seus festejos grandes empresários do sisal, comerciantes, homens e mulheres pobres, analfabetos e trabalhadores do campo, e os igualava em uma mesma crença, ocorria uma sensação de tranquilidade e harmonia nesse município que, a cada dia, crescia aparentemente livre de conflitos sociais e contradições político-sociais entre sua população.

O sentimento de conformidade presente nessa sociedade levava a crer que os problemas sociais que permeavam a vida cotidiana eram frutos de uma fatalidade, de uma ordem divina responsável pelas desigualdades e exclusão social. Era uma sociedade que não promovia questionamentos aos modelos impostos e cristalizados e nem propunha novas soluções, pois “o acontecer é benção ou castigo, em que pese a distinção significativa e o posicionamento submisso ou rebelado, entre o mundo de Deus como natureza e o mundo dos homens como sociedade e história.”¹⁸²

A estrutura sociopolítica de Conceição do Coité, fundamentada nas relações de poder tradicionais, impelia a Igreja a uma condição de subserviência ao poder local. Tal estrutura impossibilitou-a de difundir as novas concepções de evangelização adotadas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II¹⁸³, principalmente no que diz respeito à ação social em defesa dos direitos humanos e dos menos favorecidos. Nas décadas de 1970/80, alguns setores da hierarquia da Igreja Católica na América Latina assumiram um importante papel de liderança

¹⁸⁰ Entrevista concedida por Nilson Carneiro, 60 anos de idade, no dia 18 de setembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

¹⁸¹ Ibid.

¹⁸² SILVA, C. 1982, op. cit., p. 14.

¹⁸³ O Vaticano II foi um concílio realizado na Igreja Católica, com os bispos de todo mundo e de alguns representantes de outras denominadas religiões cristãs, desde 1962 a 1965 em diversas sessões na cidade do Vaticano, sendo convocado pelo papa João XXIII e encerrado pelo papa Paulo VI.

contra os regimes ditatoriais e incentivavam ações políticas para a redemocratização dos países latino-americanos.

Apesar de os padres vocacionistas se afinarem com algumas propostas do Vaticano II, não conseguiram romper a relação de clientela entre a Igreja e o poder local, provavelmente devido à condição econômica e de ser provida financeiramente pelo governo local. A condição de dependência material e financeira fez com que a Igreja mantivesse por muito tempo uma relação de troca de favores com o poder municipal e, ao mesmo tempo, legitimava a autoridade de vários políticos que, ao redor das celebrações religiosas, reforçavam seu poder e suas posições de privilégio na sociedade.

Quando essa relação de clientela entre padres e políticos, nos chamados “Bons Tempos”, começou a ruir com a chegada do novo pároco, o padre Luiz Rodrigues Oliveira, em 30 de julho de 1989, a hierarquia eclesiástica local tornou-se alvo de perseguição e hostilidades pelo poder político local.

Dessa maneira, antes de 1989, a Festa da Imaculada Conceição era encerrada com muita emoção, devoção e fé pela população que atentamente direcionava seus olhares ao coreto e ouvia os pronunciamentos de vários sacerdotes agradecendo o sucesso dos festejos e os discursos de compromisso das autoridades políticas de não medirem esforços para o brilhantismo da próxima Festa da Padroeira. No final, diversos devotos acompanhavam as bênçãos vindas do Santíssimo Sacramento que sob o véu era levado para o interior do templo, cortinando-se sob seus olhares as contradições e conflitos sociais existentes na “Feliz Conceição do Coité”¹⁸⁴.

Figura 5- Padre José Reis recebendo a chave do carro doado por Hamilton Rios¹⁸⁵



¹⁸⁴ Verso final do Hino à Padroeira Nossa Senhora da Conceição do Coité.

¹⁸⁵ Foto cedida por Marciel Mascarenhas.

CAPÍTULO II

“DO ALTAR TAMBÉM SE PENSA”¹⁸⁶

A Igreja que se move na força do Espírito não pode não ser dinâmica, política, questionadora, formadora de consciência porquanto, o Verbo de Deus ao fazer-se carne (homem), tornou-se solidário com todos os homens, elevando e engrandecendo a nossa natureza de modo que assim, pudéssemos refletir a sua imagem e semelhança.

Jornal O Mensageiro, novembro de 1998.

O silêncio presente no interior do edifício sagrado na manhã do dia 30 de julho de 1989 revelava a expectativa e a atenção dos fiéis católicos, reunidos em torno do “Altar do Sacrifício”¹⁸⁷, à leitura da “Provisão de Nomeação”¹⁸⁸ do padre Luiz Rodrigues de Oliveira como pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, realizada por D. Silvério de Albuquerque.

Essa celebração religiosa, além de conferir ao novo pároco “a missão de orar, ensinar, santificar e dirigir o rebanho que lhe foi confiado”¹⁸⁹, representou para a Igreja Católica local um marco da nova ação pastoral empreendida por religiosos que chegaram a esse município a partir de 1989.

A atuação dos padres Luiz Rodrigues de Oliveira e Antonio Elias Souza Cedraz e das Irmãs da Providencia de Gap¹⁹⁰, especialmente a Ir^a. Marina Roseli Santos, foi fundamental para a difusão e implementação das diretrizes do Concílio Ecumênico Vaticano II na sociedade coiteense e contribuiu para a alteração das relações sociopolíticas marcadas pelas disputas políticas dos “homens do sisal”, distinguidos entre *Vermelhos e Azuis*.

¹⁸⁶ Entrevista concedida por Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira, 64 anos de idade, no dia 17 de julho de 2012, na cidade de Feira de Santana.

¹⁸⁷ O “Altar do Sacrifício” refere-se ao altar principal dos templos católicos. O altar representa dois aspectos na liturgia católica: o altar do sacrifício e a mesa do Senhor, e isto tanto mais porque o altar cristão é símbolo do próprio Cristo, presente no meio da assembleia dos fiéis, e ao mesmo tempo o lugar onde acontece o banquete pascal. (Cf. Catecismo da Igreja Católica).

¹⁸⁸ Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, p. 81v.

¹⁸⁹ Ibid.

¹⁹⁰ Congregação Feminina fundada pelo padre João Martinho Moye no ano de 1762 em GAP, região situada no sudeste da França. As Irmãs chegaram ao Brasil em 28 de junho de 1904.

Nesse sentido, este capítulo objetiva analisar as principais ações geridas por esses religiosos na Igreja Católica local e nas relações sociopolíticas da sociedade coiteense, além de apresentar uma breve trajetória de vida desses novos religiosos.

2.1 UM NOVO PENSAMENTO

Ao analisarmos a ação pastoral dos religiosos Luiz Rodrigues, Antonio Elias e Marina Roseli, não podemos dissociá-los do contexto fundamental que orienta e estimula a atuação desses representantes católicos no município de Conceição do Coité.

O contexto refere-se a um novo paradigma fomentado no seio da Igreja Católica a partir da década de 1960. Sob a influência do Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII¹⁹¹, a Igreja reformou as suas estruturas internas, suas relações com a cultura e a sociedade modernas e o mundo em geral, consolidou um compromisso na defesa dos direitos humanos e dos pobres¹⁹².

José Oscar Beozzo afirma que João XXIII foi “a figura maior para a virada de uma Igreja menos focada em si mesma e mais nas necessidades e angústias de toda a humanidade”¹⁹³, sendo o responsável pela inserção da Igreja Católica no amplo movimento ecumênico do século XX e possuidor de uma decidida atuação em favor da paz¹⁹⁴. Os pronunciamentos de João XXIII, em duas das suas principais encíclicas, *Mater et Magistra*¹⁹⁵ e *Pacem in Terris*¹⁹⁶, revelam a sua preocupação em relação à questão social e indicam a nova postura que a Igreja Católica estava assumindo frente aos desafios socioeconômicos e políticos do mundo moderno.

O Concílio Vaticano II permitiu o surgimento de um *novo pensamento* sobre a Igreja e sua missão, “minimizando a força de uma Igreja profundamente dogmática, sacramentalista, ritualizada, devocionista e rigidamente hierarquizada; e privilegiando um modelo de Igreja

¹⁹¹ Seu nome de batismo Angelo Giuseppe Roncalli, natural da Itália, assumiu o pontificado em 1958 tendo fim em 1963 devido a sua morte.

¹⁹² BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II 1959-1965**. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: EDUCAM, 2005, p. 61.

¹⁹³ BEOZZO, José Oscar. 50 anos da Mater et Magistra. In: **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. 360º ed. Ano X. São Leopoldo, RS. 9 de maio de 2011, p. 10. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/texto_ihu_mater_et_magistra_50.pdf. Acesso em 20/08/2012.

¹⁹⁴ Ibid.

¹⁹⁵ Foi publicada em 15 de maio de 1961, no septuagésimo aniversário da Encíclica Rerum Novarum e no terceiro ano do pontificado de João XXIII.

¹⁹⁶ Foi publicada no dia 11 de Abril de 1963, dois meses antes da morte de João XXIII, dois anos depois da construção do Muro de Berlim e alguns meses depois da Crise dos Mísseis em Cuba.

comunhão e serviço no mundo”¹⁹⁷. O Vaticano II proporcionou mudanças nos mais diferentes aspectos da vida dos católicos, como relata Terezinha Zanlochi¹⁹⁸:

O Concílio debateu, organizou instituições, decretos e declarações sobre as suas relações hierárquicas, trabalhando suas ligações cristãs entre si e o mundo secularizado por meio do diálogo, pela via da colegialidade e do ecumenismo. Enfatizou a missão social da Igreja, evidenciou a co-responsabilidade entre o papa, os bispos, os padres e os leigos, tornou a liturgia mais acessível pelo uso da língua vernácula e declarou a importância da interação do leigo na evangelização da Igreja. Enfim, promoveu uma revisão da cosmovisão teológica sobre a ação da Igreja no mundo, sobre suas estruturas orgânicas hierárquicas e institucionais¹⁹⁹.

Nas documentações conciliares do Vaticano II, o anseio pela promoção da vida, especialmente na comunidade política, é notado, pois analisam as profundas transformações ocorridas no início da segunda metade do século XX, revelam um aumento na consciência em favor das minorias e condenam os regimes governamentais que utilizam o exercício da autoridade em benefício de seus próprios interesses, ameaçando, dessa maneira, o bem comum, como apresenta o seguinte trecho da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*:

Mas quando a autoridade pública, excedendo os limites da própria competência, oprime os cidadãos, estes não se recusem às exigências objectivas do bem comum; mas é-lhes lícito, dentro dos limites traçados pela lei natural e pelo Evangelho, defender os próprios direitos e dos seus concidadãos, contra o abuso desta autoridade²⁰⁰.

Dentre os decretos, declarações e constituições conciliares aprovadas no decorrer das quatro sessões do Vaticano II durante os anos de 1962 a 1965, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* foi a que mais exprimiu a dimensão do programa conciliar de *aggiornamento*²⁰¹ proposta por João XXIII e se estabeleceu como “um instrumento de grande valor na viabilização do objetivo dialogante com o mundo assumido pelo Vaticano II”²⁰², pois inaugurou um novo paradigma de compreensão da relação da Igreja com o mundo, numa postura de diálogo com a

¹⁹⁷ ZANLOCHI, Terezinha. **Mulheres Leigas na Igreja de Cristo**. Bauru, SP, EDUSC, 2001. p. 42.

¹⁹⁸ Ibid.

¹⁹⁹ Ibid., p. 42

²⁰⁰ JOÃO XXII. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo atual. Roma, em 7 de dezembro de 1965.

²⁰¹ *Aggiornamento* é um termo italiano utilizado durante o Concílio Vaticano II e que o Papa João XXIII popularizou como expressão do desejo de que a Igreja Católica saísse atualizada do Concílio Vaticano II. Por outras palavras, o *aggiornamento* é a adaptação e a nova apresentação dos princípios católicos ao mundo actual e moderno, sendo por isso um objectivo fundamental do Concílio Vaticano II. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/>).

²⁰² ALVES, Flávio Luis. **A Eclesiologia Latino-Americana como acolhimento do Vaticano II: um caminho para uma nova recepção da herança conciliar**. Rio de Janeiro, 2011. 173p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

sociedade e com o mundo do trabalho, da ciência e da cultura.²⁰³ “Negar essa relação, na teoria ou na prática, significaria negar uma dimensão constitutiva da própria essência da Igreja”²⁰⁴.

Entretanto, muito antes do Vaticano II, a Igreja já havia lançado propostas para uma mudança social na Encíclica *Rerum Novarum*, publicada no ano de 1891, pelo Papa Leão XIII. Essa Encíclica que se tornou a “Carta Magna” da atividade cristã no campo social²⁰⁵ discutiu os problemas da vida dos operários num contexto marcado pelas inovações tecnológicas do capitalismo industrial responsáveis pela “situação de infortúnio e de miséria imerecida” das classes pobres²⁰⁶.

A *Rerum Novarum* condena a proposta socialista da socialização dos bens para a resolução dos problemas da vida operária, pois a esta “é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social”²⁰⁷. Leão XIII propõe uma profunda colaboração entre as classes sociais como meio fundamental para a mudança social, contrapondo-se à luta de classes e indica a caridade evangélica como principal caminho para a instalação de uma ordem social justa.

Os princípios expostos na mencionada encíclica demonstravam o desejo da Igreja de colaborar na construção de uma sociedade mais justa e digna para todos, “pôs em discussão um projeto de sociedade procurando inserir-se nela, ainda que timidamente, mas como portadora de uma verdade inquestionável”²⁰⁸.

Esse *novo pensamento* ganhou impulso a partir dos anos de 1930, em movimentos eclesiais que promoveram novas experiências de vida cristã nos diferentes níveis pastorais, espiritual, teológico e eclesial²⁰⁹; e que já entendiam a necessidade da Igreja modificar o seu relacionamento com o mundo moderno.

Um grande expoente desse paradigma foi o pensador leigo Jacques Maritain²¹⁰ que por volta dos anos trinta do século passado defendia a necessidade de “um novo humanismo integrado, cristão em sua origem de inspiração cristã, mas secular e profano pela sua presença

²⁰³ Ibid., p. 29.

²⁰⁴ Ibid., p. 28.

²⁰⁵ Pio XI. Carta Encíclica. *Quadragesimo anno*. Roma, em 1931. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em: 13 de julho de 2012.

²⁰⁶ LEÃO XIII. Carta Encíclica. *Rerum Novarum*. Roma, em 1891. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em: 13 de julho de 2012.

²⁰⁷ Ibid;

²⁰⁸ SILVA, Severino Vicente da. Vaticano II – o concílio dos desejos. In.: MONTENEGRO, Antônio T. et al. (orgs.) História: cultura e sentimento: outras Histórias do Brasil. Recife: Editora Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008. p. 73 – 94.

²⁰⁹ Ibid;

²¹⁰ Jacques Maritain nasceu em Paris no dia 18 de novembro de 1882 e faleceu em abril de 1973 em Tolosa. Foi um filósofo francês de orientação católica suas obras influenciaram a ideologia da Democracia cristã.

animadora e transformadora das realidades terrestres”²¹¹. Apesar de a documentação da Doutrina Social da Igreja não ter citado esse vigoroso pensador e mestre espiritual, sua compreensão acerca do Evangelho foi tranquilamente integrada no coração da mensagem da Doutrina Social da Igreja²¹².

O germe lançado por esse *novo pensamento* alcançou os pronunciamentos dos Sumos Pontífices a partir de 1950, quando passaram a tratar de problemas sociais do mundo moderno e interpretar à luz do Evangelho as conjunturas e os eventos sociais “que se configuraram nos embates econômicos, sociais, políticos e culturais”²¹³. Assim, revelava-se o desejo da Igreja de participar do processo de desenvolvimento dos países, e da lenta e crescente politização das massas, inclusive a rural²¹⁴.

De fato, o esforço que a Igreja desenvolvia na reflexão de compreender a realidade em que ela se encontrava e sua própria natureza e missão no mundo moderno pode ser acompanhando nas encíclicas pontifícias denominadas como sociais²¹⁵. Todas influenciadas pela *Rerum Novarum* e inseridas num determinado contexto social deram continuidade e/ou ampliaram temáticas abordadas por Leão XIII, por exemplo: a *Quadragesimo Anno* de Pio XI (1931); continuou os princípios dos ensinamentos de Leão XIII, revisou conceitos de propriedade, trabalho e de salário e desenvolveu o princípio da subsidiariedade; *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) de João XXIII, ampliaram a temática das encíclicas sociais ao discutirem a questão da justiça social, da distribuição desproporcional da riqueza e a ativa participação na vida pública; *Populorum Progressio* (1967) e *Octogesima Adveniens* (1971) de Paulo VI, proclamaram os princípios da solidariedade, do destino universal do bens e debateu novos problemas sociais como urbanização, emigrantes e o estatuto da mulher; *Laborem Exercens* (1981), *Sollicitudo Rei Socialis* (1988) e *Centesimus Annus* (1991) de João Paulo II, discutem as questões do trabalho, da terra, do consumismo e da ecologia.

A manifestação desse novo sentimento da Igreja Católica na América Latina ocorreu na II Conferência de Medellín (1968), na Colômbia, realizada pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Esse evento representou a consolidação das orientações do Vaticano II, à luz da realidade desse Continente. Propôs linhas de trabalho na ação evangelizadora da Igreja

²¹¹ PASSOS, João D.; SOARES, Afonso M. L. (orgs). **Doutrina Social e Universidade: o cristianismo desafiado a construir cidadania**. São Paulo: Paulinas; São Paulo: Educ, 2007, p. 37

²¹² Ibid.

²¹³ Ibid., p. 12.

²¹⁴ BEOZZO, op. cit., p. 47.

²¹⁵ As encíclicas chamadas de sociais fazem parte de um corpo de documentos que formam um conjunto chamado “Doutrina Social da Igreja” que objetiva-se apresentar a posição da Igreja com relação à questão social, cuja finalidade é apontar caminhos possíveis ou necessários para traduzir uma inspiração evangélica para as realidades de âmbito pessoal, familiar, comunitário e social.

na América Latina, destacando os seguintes temas: a Justiça, a Paz e a Pobreza da Igreja. Linhas de ação que tiveram grande repercussão por traduzirem à nova postura assumida pela Igreja em relação à pobreza e à libertação, por estar cada vez mais identificada com os pobres e menos aliada dos ricos.

Segundo Jeffrey Klaiber²¹⁶, a Igreja Latino-America assumiu no século XX um importante papel de liderança contra os regimes ditatoriais presentes nos países latino-americanos, desdobrando-se em várias ações. Foi a principal denunciadora das ditaduras; criou espaços de proteção para as vítimas das repressões, através dos centros para a promoção e garantia dos direitos humanos que realizavam visitas a prisões e a casas de detenções, principalmente a presos políticos; e prestou auxílio na busca por pessoas desaparecidas. Sua atuação favoreceu e legitimou em muitos países a formação de oposições políticas e alternativas para a retomada da democracia:

Em Chile, El cardenal Fresno animó a los partidos de oposición a formar un frente común con El fin de ofrecer una alternativa a Pinochet. El resultado de este esfuerzo fue el Acuerdo Nacional, fruto de un diálogo multipartidista que fue públicamente aprobado por la Iglesia. En Brasil este fue el papel principal que asumió la Iglesia: apoyar los esfuerzos de los partidos y las organizaciones populares para unirse en un frente común. (...) En varios países – El Salvador, Paraguay, Bolivia, Guatemala- la Iglesia convocaba a las fuerzas vivas del país, que incluían a veces a los mismos militares, a participar en diálogos nacionales. Como consecuencia, los civiles de los distintos partidos y de las distintas tendencias ideológicas, lograron hacer en estos foros creados por la Iglesia lo que difícilmente podían hacer por su propia cuenta: elaborar un consenso nacional que podía servir como base para la transición a la democracia²¹⁷.

A Igreja do Brasil já havia tecido, antes de Medellín (1968), uma singular trajetória a partir do Concílio Vaticano II, adotando suas novas diretrizes no Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), em 1965, para a sua ação em todo o país. Possibilidade alcançada devido à colegialidade existente entre seus bispos antes mesmo do Vaticano II, que reunidos em torno da CNBB, produziram o Plano de Emergência (PE), em 1962, preparando-os para essa nova ação pastoral, em que discutiam a importância de “pôr o dedo em duas grandes feridas: o lugar do leigo nas atividades da Igreja e a falta de um planejamento conjunto”²¹⁸.

Marchi argumenta que a elaboração e aprovação do Plano de Emergência pelo episcopado brasileiro respondia aos apelos de João XXIII que, em 1958, recomendava aos

²¹⁶ KLAIBER, Jeffrey. Iglesia, poder y legitimidad popular. In: ____ **Iglesia, dictadura y democracia na América Latina**. Lima: PUC-Perú. p. 13-40. 1997.

²¹⁷ KAIBER, 1997, op. cit., p. 24.

²¹⁸ MARCHI, Euclides. A Igreja do Brasil e o plano de emergência – 1952/1962. In: ____ **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, nº 30. Outubro de 2001, p. 100.

bispos da América Latina um planejamento de trabalho que atendesse às condições vividas pela Igreja Latino-americana e que indicasse medidas a serem tomadas no campo da pastoral e no campo sociopolítico.²¹⁹ Nesse sentido, o episcopado brasileiro foi pioneiro nessa ação e propôs um programa pastoral centrado na renovação paroquial, sacerdotal, laical e diocesana, além de um Plano de Pastoral em Conjunto; já no plano econômico-social, não emitiu nenhum documento específico, mas publicou dois importantes pronunciamentos²²⁰ que, além de reconhecer a importância das Reformas de Base, denunciaram os exploradores da miséria, a pobreza das massas e o agravamento da situação sociopolítica e econômica em decorrência da concentração de riquezas.²²¹

Os documentos de Medellín não repercutiram de imediato no Brasil, “pois [Medellín] só ganhou fama depois de encerrada, graças ao conteúdo progressista de seus documentos que exortavam os cristãos latino-americanos a um compromisso libertador com as classes mais pobres”²²². Uma década mais tarde, num contexto de recessão econômica, a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Puebla de Los Angeles (México, 1979), foi muito discutida, esperada e temida, não só no Continente, mas em todo o mundo²²³. Seus documentos evidenciaram uma Igreja mais comprometida com a ação social frente às ditaduras, à opressão e significou uma opção preferencial e solidária pelos pobres.

Esse processo de mudança de paradigmas ocorrido na Igreja Católica influenciou diretamente as posições políticas defendidas pela Igreja no Brasil frente à ditadura imposta pelos militares. Apesar de alguns setores terem contribuído para a instalação da Ditadura no país, a Igreja desempenhou, através da CNBB, um papel chave na articulação da sociedade civil em defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas e da redemocratização. Beozzo afirma que os ensinamentos propostos por João XXIII, principalmente em *Mater et Magistra*, deram um vigoroso impulso à linha de compromisso social da Igreja e no seu engajamento nas questões relativas à reforma agrária, à sindicalização rural e à educação de base no campo.²²⁴

A CNBB comandada pela ala *progressista* do clero brasileiro passou a coordenar linhas mestras de orientação da ação católica no país e a traçar diretrizes para o tratamento dos

²¹⁹ Ibid.

²²⁰ Declaração da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil publicados em 14 de junho de 1962.

²²¹ MARCHI, Euclides. A Igreja do Brasil e o plano de emergência – 1952/1962. In: ____ **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, nº 30. Outubro de 2001, p. 104.

²²² BETTO, Frei. **Diário de Puebla**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

²²³ Ibid;

²²⁴ BEOZZO, José Oscar. 50 anos da Mater et Magistra. In: ____ **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. 360º ed. Ano X. São Leopoldo, RS. 9 de maio de 2011, p. 10. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/texto_ihu_mater_et_magistra_50.pdf. Acesso em 20/08/2012.

complexos problemas sociais, “garantindo à Igreja um lugar de destaque na diretriz das reformas sociais”²²⁵. Frente à grave questão agrária presente na sociedade brasileira a Igreja, por meio da CNBB, proclamou seu apoio às iniciativas e organizações dos trabalhadores²²⁶ e criou organismos sociais de natureza política, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

A promoção das Comunidades Eclesiais de base (CEB’s) também foi uma das principais ações da CNBB que reconhecia a importância da criação dessas comunidades frente ao desafio pastoral do contexto brasileiro e o grande papel que elas desempenhariam na aproximação da Igreja a seus membros.²²⁷ Ainda mais por legitimar o papel dos leigos no espaço eclesial e “reforçar a co-responsabilidade destes para a construção de uma sociedade mais justa alicerçadas na fé”²²⁸.

As CEB’s não representaram apenas um dos traços mais dinâmicos da ação pastoral da Igreja, mas também foram entidades caracterizadas pela atuação num espaço de luta pela reconstrução das relações democráticas e na transformação das relações sociais à luz da fé. Por isso que Margarete Silva defende que a grande contribuição que essas comunidades proporcionaram para a sociedade foi estimular o exercício cotidiano das práticas democráticas²²⁹.

Nesse período, a Igreja tornou-se uma das importantes instituições da sociedade brasileira, no que tange ao incentivo à participação política da sociedade civil, investindo na organização e no esforço de conscientização política junto aos estudantes, aos operários, aos camponeses e às populações urbanas²³⁰. Posicionamento que influenciou muitos católicos se aproximarem de movimentos populares e vivenciarem uma vida comunitária onde religião e a política se relacionavam intimamente²³¹, pois tinham plena convicção da impossibilidade de evangelizar um povo destituído de condições mínimas de educação e vida²³².

Todavia somente uma pequena parcela de católicos, sobretudo aqueles ligados a Ação Católica, aos movimentos da Juventude Universitária Católica (JUC), à Juventude Estudantil Católica (JEC) e à Juventude Operária Católica (JOC), assumiam esse posicionamento político,

²²⁵ Ibid;

²²⁶ Ibid;

²²⁷ SILVA, Margarete Pereira. O bispo de Juazeiro e a ditadura militar. In:___ ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009. v. 1.

²²⁸ Ibid;

²²⁹ Ibid;

²³⁰ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil o longo caminho**. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²³¹ SILVA, 2009, op. cit., 248.

²³² ALVES, 1968,op. cit., p.13.

pois, segundo Márcio Moreira Alves, eram esses espaços eclesiais que propiciavam uma fé madura a ponto de lançar os militantes a um trabalho de evangelização visando a mudanças de estruturas²³³. Quando muitos católicos, engajados nas reivindicações sociais, sofreram duras perseguições, a hierarquia eclesiástica passou a defendê-los.

Márcio Alves²³⁴ afirma que a tomada de posição da hierarquia católica frente aos problemas sociais do Brasil, antes mesmo do golpe de 1964, pode ser explicada em decorrência da conexão entre a instituição e o contexto histórico brasileiro, sua cultura e desenvolvimento do seu povo. Essa interação provocou no clero e no laicato uma visão nova dos problemas latentes em diversas regiões do país e, por consequência, foram se constituindo igrejas locais e se estruturando com características próprias ao lado das características gerais, isto é, comuns à Igreja em qualquer lugar.

Os temas sociais se transformaram em preocupações constantes na ação pastoral da Igreja e aos poucos foram rompendo com o passado ritualista, resultado de um lento processo de influências, como as seguintes:

Os jovens militantes leigos e os rapazes que se ordenaram a partir de 1955 viviam uma realidade urgente e um engajamento total na luta anti-imperialista. Seus documentos, suas meditações, suas organizações foram, pouco a pouco, penetrando nos esquemas de raciocínio de muitos bispos e de membros mais velhos do clero, formados em uma época em que os seminários não se preocupavam, como hoje, com a Sociologia Econômica e técnicas de produção humana. Ao mesmo tempo, como é fácil perceber-se pela cronologia dos documentos coletivos do episcopado, os governos de Juscelino Kubtschek, Jânio Quadros e João Goulart, caminhavam progressivamente para a elaboração de teorias de reforma social e de afirmação independente no campo internacional. É difícil julgar-se qual das duas tendências, a dos jovens ou a do Governo, terá influído mais para os documentos da hierarquia se tornarem categóricos à época²³⁵.

Com efeito, o despertar de um *novo pensamento* no seio da Igreja Católica e o contato com a realidade de exclusão e desigualdade presente no contexto brasileiro influenciaram o engajamento de muitos católicos na luta por melhores condições de vida. No município de Conceição do Coité os padres Luiz Rodrigues e Antonio Elias e a Ir^a. Marina Roseli foram “peças chaves” para esse novo modelo de ser Igreja nessa sociedade, incentivaram e orientaram a atuação na prática política de muitos fiéis. Os três religiosos como muitos cristãos influenciados pelas diretrizes sociais da Igreja Católica lançaram-se na tarefa de atuar na

²³³ Ibid, p.17.

²³⁴ Ibid;

²³⁵ AMARAL, op. cit., p.

história como sujeitos politicamente responsáveis e “buscaram discernir suas posturas à luz dos princípios da mesma fé.”²³⁶

2.2 NOVOS ATORES SOCIAIS

A Igreja Católica de Conceição do Coité, no limiar do regime democrático brasileiro, experimentou uma nova realidade em sua estrutura e ação pastoral com a chegada de novos religiosos em seu meio. Apesar de possuir um aparato administrativo bem montado, em termos de infraestrutura e de pastoral, graças às atividades realizadas pelo Pe. José Antonio dos Reis, os novos religiosos encontraram uma Igreja subserviente há mais de 10 anos ao mando do poder político e econômico de Hamilton Rios de Araújo. Este que utilizou da prefeitura para atender, entre os anos de 1973 e 1989, as demandas econômicas, os gastos da instituição religiosa, com intuito de tornar a Igreja local uma importante ferramenta de manutenção da sua política conservadora e dominante.

A instituição católica de Conceição do Coité teceu de tal forma um vínculo de cumplicidade com esse poder político nascido durante o Regime Militar no Brasil que acabou contribuindo para reforçar uma estrutura social excludente e desigual no município. Sua posição se distanciava muito da posição da Igreja Católica no Brasil e na América Latina. Esta teve um importante papel de liderança contra os regimes ditatoriais presentes nos países latino-americanos, como também atuou no processo de construção de uma democracia participativa²³⁷.

Todavia, em Feira de Santana, sede da Diocese à qual pertencia a paróquia de Conceição do Coité, uma parcela do clero adotava uma postura vinculada aos princípios do Vaticano II, manifestada nas atividades pastorais dos padres estrangeiros presentes nesse município durante o período de 1960 a 1980.²³⁸

Animados pelos *ares* do Vaticano II e influenciados pela Teologia da Libertação, esses padres estrangeiros, em sua maioria espanhóis, difundiram entre os fiéis católicos a importância de defender e reivindicar os seus direitos, além de criarem espaços dentro da instituição para o protagonismo dos leigos, de acordo com as diretrizes do Vaticano II.

²³⁶ PASSOS; SOARES, op. cit., p. 12

²³⁷ MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

²³⁸ RESENDE, Livia Paola. **As novas concepções do clero feirense diante das novas inovações do Vaticano II (1964-1980)**. Feira de Santana, 2008. Monografia de Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana.

Lívia Paola Resende²³⁹ esclarece que devido a essa nova postura, muitos padres sofreram retaliações por parte de setores conservadores da sociedade, como também da própria instituição religiosa que, por não aceitarem ou não se adaptarem às novas concepções divulgadas e exercidas por esses religiosos estrangeiros, consideravam-nos comunistas. Como exemplo dessas hostilidades, a autora registra o relato feito pelo Padre Albertino Carneiro, um importante organizador e militante das novas tendências da Igreja Católica, a respeito da ação conservadora do clero da Diocese de Feira de Santana:

Para o padre Albertino Carneiro, o Concílio o influenciou muito e também, a outros padres, um deles foi expulso do Brasil, o padre José (ele não se lembrou do sobrenome), que era italiano e depois transferido para o Ceará porque achavam que o bispo daqui não dava muita cobertura para a renovação, chegou lá depois de cinco anos, ele foi para a comunidade, e quando voltou para Feira de Santana não o deixaram ficar²⁴⁰.

Além da participação de padres nesse processo, Resende²⁴¹ destaca que alguns leigos, muitos deles professores, inspirados pela ação de inúmeros católicos que lutavam contra o Regime Militar no Brasil, divulgavam nos espaços eclesiais de Feira de Santana as novas diretrizes adotadas pela Igreja Católica, sobretudo sua postura política. Muitos desses leigos possuíam um histórico de envolvimento com os movimentos sociais e tinham uma profunda participação na vida da comunidade religiosa.

Esses leigos apoiavam, de uma forma ou de outra, a luta contra o sistema capitalista de exclusão social e estavam participando dos movimentos sociais católicos que surgiram no país nesse período. Colaboraram juntamente com alguns padres para a criação do Movimento de Organização Comunitária (MOC), sendo o seu fundador o Pe. Albertino Carneiro, e para a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), sempre tendo como base teórica a Teologia da Libertação e os princípios do Concílio Vaticano II.

Em Conceição do Coité, essas novas concepções políticas que perpassavam pelo clero de Feira de Santana não foram plenamente manifestadas no município, visto que a Igreja local mantinha um significativo vínculo com o poder político conservador.

O descompasso da Igreja local com a Igreja nacional pode ser explicado pela estrutura sociopolítica de Conceição do Coité, estrutura semelhante com outras regiões do país, como foi analisado no capítulo anterior. A Igreja, ao longo de sua história nesse município, esteve envolvida na trama das relações de poder em torno de poderosos chefes políticos, em alguns

²³⁹ Ibid.

²⁴⁰ Ibid, p.31.

²⁴¹ Ibid.

momentos, conduzida pela sua força simbólica advinda do poder eclesiástico, em outros, pelo seu esforço para conseguir atender as suas demandas estruturais e influenciar o campo político-institucional desse município.

Possivelmente, também, pelo fato de que as comunidades eclesiais, motivadas e criadas pelo Pe. José Antonio dos Reis por todo o território do município durante as décadas de 1970 e 1980, não possuíam um caráter de reflexão sobre os problemas sociais e de reivindicação dos seus direitos. Eram espaços principalmente dedicados à recepção dos ritos sacramentais. Essas comunidades não estavam concordes com a filosofia das CEB's, entidades que criticavam os poderes conservadores, sejam eclesiásticos ou políticos, e exprimiam a sua fé tendo consciência da situação social.

Apesar de o padre José Antonio Reis não adotar uma visão de ação social semelhante à postura da Igreja em âmbito nacional, isto não impediu que alguns leigos, inseridos no Movimento de Cursinho de Crandade- MCC, seguissem os ventos inovadores do Vaticano II.

Assim, em 1986, os leigos, influenciados pelas propostas da Teologia da Libertação e pela reflexão da realidade que os cercava, decidiram fundar o Partido dos Trabalhadores no município, depois de analisar diversos estatutos partidários, “buscando um modo de atuar sobre o mundo seguindo um ideal cristão”²⁴², como afirma Joilson Araújo, entrevistado por Almeida²⁴³:

Nós éramos todos do movimento do Cursinho de Crandade, e ouvindo as exigências éticas do evangelho, começamos a procurar um partido que representasse o ideário cristão e fosse sintonizado com a busca da justiça²⁴⁴.

Bianca Almeida²⁴⁵ evidencia, com base nos discursos dos leigos, que o principal objetivo a que se propunham era o de conscientizar a população para a formação de uma nova cultura política em Conceição do Coité, a fim de neutralizar as relações norteadas pelas práticas clientelistas e assistencialistas. Todavia esse objetivo traçado pelos leigos, naquele momento, não foi incentivado pela instituição religiosa local e nem eles conseguiram muitos adeptos para essa ação, pelo contrário, foram ridicularizados por serem uma minoria que “cabia dentro de um fusca”.

²⁴² ALMEIDA, Bianca Carneiro de. **Partido dos Trabalhadores: rupturas e permanências de um projeto político em Conceição do Coité (1986-2008)**. 2010. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

²⁴³ Ibid;

²⁴⁴ Entrevista de Joilson Araújo, em 22 de junho de 2009, concedida à Almeida, op. cit., p. 26.

²⁴⁵ ALMEIDA, B. C. 2010, op. cit.

Os novos atores sociais, Pe. Luiz Rodrigues, Pe. Antonio Elias e Ir^a. Marina, chegaram a Conceição do Coité no período em que o Brasil vivenciava a retomada do regime democrático e a sua consolidação. A expressão desse novo processo vivenciado pelo país foi a promulgação da Constituição em 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, que abriu novas possibilidades para o exercício mais efetivo de uma cidadania ativa e emancipada.

No processo de redemocratização do Estado Brasileiro, o papel da Igreja Católica foi primordial para a construção de uma democracia participativa. A atuação da Igreja nesse processo pode ser vista, por exemplo, nas ações de Dom Mario Moreli, bispo fluminense de Duque de Caxias, que juntamente com um grupo de leigos “viajou por todo o Brasil, fazendo palestras e encontros, na mobilização para que fosse convocada uma Constituinte”²⁴⁶. Como também a criação da Comissão de Acompanhamento da Constituinte organizado pela CNBB que publicava informações por todo o país sobre o andamento do processo de constituinte em um boletim semanal. Mainwaring²⁴⁷ destaca as seguintes ações desempenhadas pela Igreja no período de redemocratização:

Durante a abertura, a Igreja Católica motivou contribuições à democratização, desde a defesa dos direitos humanos, críticas aos abusos do autoritarismo, até o apoio aos movimentos populares. (...) uma de suas contribuições – a visão da esquerda católica - influenciou alguns agentes políticos importantes, inclusive uma parte significativa da esquerda, o PT, o sindicalismo novo e muitas ligas camponesas, sindicatos e associações de bairro²⁴⁸.

Outra expressão dessa atuação, como apresenta Dermi Azevedo²⁴⁹, foi a mobilização da Igreja em favor das Emendas Populares à Constituição, com ênfase para a ética na política e para a implementação de políticas sociais como condição *sine qua non* para a estabilidade democrática. Foram apresentadas 122 Emendas, subscritas por mais de doze milhões de cidadãos, devido ao empenho de diversas organizações e movimentos sociais na coleta de assinaturas, inclusive da Igreja, a fim de conscientizar a população brasileira a participar das decisões sociopolíticas do país.

Apesar da importância do papel da Igreja do Brasil no processo de retomada da democracia, Mainwaring²⁵⁰ esclarece que com a volta da democracia diminuía o incentivo que

²⁴⁶ WHITAKER, 2010, p.77

²⁴⁷ MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

²⁴⁸ Ibid, p. 251.

²⁴⁹ AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. São Paulo: Rev. Estudos Avançados 18 (52), 2004.

²⁵⁰ MAINWARING, 2004, op. cit;

muitos bispos tinham de se envolverem publicamente na política, isso porque a “democratização permitiu o renascer da sociedade civil e, como resultado, a Igreja não mais se sentiu compelida a se manifestar pela sociedade civil, como antes”²⁵¹. Aproveitando-se dessa situação, muitos bispos conservadores, como, por exemplo, Dom Eugênio Sales, declaravam que a Igreja não deveria mais se envolver em questões políticas e nem econômicas, mas se preocupar com seus próprios assuntos.

Todavia nem todos caminharam nesse sentido, como analisa Scott Mainwaring²⁵², afirmando que as preocupações em torno da justiça social e por um sistema mais participativo e igualitário estiveram mais presentes em regiões do país onde a democratização teve um impacto limitado, especialmente no Nordeste e na Amazônia. Em muitas áreas rurais das duas regiões, onde as formas de dominação continuam sendo repressoras, a Igreja desempenha em muitas localidades dessas regiões o papel dominante na defesa dos direitos e denunciadora das repressões que essas populações sofrem.

Antes de analisarmos a atuação pastoral dos novos religiosos, os padres Luiz Rodrigues, Antonio Elias e a Irmã Marina Roseli, ligada às concepções do Vaticano II e da “corrente libertária”, apresentaremos com o auxílio das fontes orais uma breve trajetória de vida desses atores sociais, destacando sua formação e suas experiências pastorais, para, assim, compreendermos melhor as mudanças implementadas na instituição religiosa e as interferências nas disputas políticas locais.

2.1.1 PADRE LUIZ RODRIGUES DE OLIVEIRA

Associando-se às “vozes do sussurro”, que se dispuseram a trabalhar para mitigar a mais drástica e cruel fome do saber²⁵³, padre Luiz Rodrigues de Oliveira define seu itinerário de vida entrelaçado com “o processo de formação para a cidadania dentro dos ilimitados parâmetros da liberdade que faz o homem ser mais humano e desenvolver hábitos que (...) questionem as culturas”²⁵⁴, ou seja, entrelaçado com a educação.

Nascido em 20 de julho de 1948, na zona rural do município baiano de São Gonçalo dos Campos, essa “voz” foi se constituindo no seio de uma humilde e trabalhadora família formada

²⁵¹ Ibid .

²⁵² Ibid;

²⁵³ OLIVEIRA, L.R. Sussurros da consciência (I). *Jornal Nossa Terra, Conceição do Coité*, dezembro de 1999. Ano I, nº 1.p. 7.

²⁵⁴ Ibid;

por seis filhos do vaqueiro Antonio Soares de Oliveira e da doméstica Brasília Rodrigues de Oliveira.

A morte do seu pai o impulsionou, aos 12 anos de idade, ir em busca de melhores condições de vida para a família. Em Feira de Santana, morando no Bairro Kalylândia, conseguiu o seu primeiro emprego longe da roça, onde desde cedo labutou, num bar no centro da cidade e teve uma experiência marcante, como ele mesmo define: “às 5 horas da manhã já estava abrindo a porta do bar, uma experiência que marcou muito”²⁵⁵.

Além da dificuldade de conciliar o trabalho com o estudo, o deficiente sistema de ensino de Feira contribuiu para distanciá-lo, por alguns anos, da escola, pois, mesmo passando no exame de admissão para o Ginásio, não foi admitido no quadro insuficiente de vagas. Somente em 1963 ingressou no Ginásio Municipal de Feira de Santana, construído na gestão de Francisco José Pinto dos Santos. Pertencendo à primeira turma do ginásio do turno noturno desse colégio.

Todavia finalizou essa etapa de ensino em Salvador, no Instituto Central de Educação Isaias Alves, pois acompanhou seu irmão, recém-casado, que foi trabalhar na capital baiana para prover o sustento de sua família.

Em Salvador, no ano de 1968, formou-se em Magistério e, através de concurso público, começou a lecionar no ensino primário no bairro de Permanbués. Nesse bairro, envolveu-se com a ação social desenvolvida por uma comunidade religiosa, orientada por frades missionários e freiras italianas. Juntamente com esses religiosos, principalmente a Irmã Nerina Maronezi, associada aos Voluntários da Paz do Programa Aliança para o Progresso, desenvolveu inúmeras ações para combater essas mazelas sociais, destacando a criação de uma escola nessa comunidade.

Nesse período, engajou-se na Juventude Operária Católica (JOC), um dos movimentos da Ação Católica, em que realizava uma reflexão sobre a incidência do Evangelho nas ações diárias e “propunha discussões sobre o problema de salários, participação nos sindicatos e partidos políticos”²⁵⁶.

Padre Luiz Rodrigues afirma que a ação social desenvolvida pela Igreja e o contexto sociopolítico que vivenciou foram elementos preponderantes para a sua decisão de seguir a carreira sacerdotal e definidor de sua ação pastoral na Igreja.

²⁵⁵ Entrevista concedida por Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira no dia 19 de setembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

²⁵⁶ ALVES, 1968, op. cit., 135.

Ingressou no Seminário Central da Bahia no ano de 1972. Nesse período de formação, a perspectiva do humanismo cristão norteou seu engajamento na vida sacerdotal. Entendemos por humanismo cristão o ideal que exprime a totalidade da compreensão do ser humano nos diferentes setores do saber científico e técnico, mas tudo integrado e articulado à luz da reflexão filosófica e da sabedoria teológica²⁵⁷.

Assim que iniciou sua trajetória no seminário, Luiz Rodrigues foi surpreendido pela doença de sua mãe. Ela sofreu um derrame, ficando paraplégica. Como necessitava de sua ajuda financeira, o Cardeal D. Avelar permitiu que ele trabalhasse num turno oposto às atividades do seminário, experiência vivenciada até quando foi ordenado no dia oito de dezembro de 1979, na Paróquia de São José Operário, um processo muito exaustivo, como ele relata:

Eu fiz quase meus estudos sempre trabalhando, meu seminário foi muito *intrepordados* com a doença da minha mãe, aquela história toda, e finalmente, e aí já era muito tempo passado, finalmente em 79 eu fui ordenado, eu passei muito tempo demorou, demorei de ordenar, ordenei com 31 anos devido a esse problema de trabalho, eu só deixei de trabalhar na semana da ordenação, foi um fato inédito em Salvador, que Dom Avelar concedeu isso a um seminarista, mas mesmo assim, logo, sendo padre eu continuei dando aula no Colégio Vieira à noite no curso noturno do Colégio Vieira, e daí nunca mais deixei o magistério, ensinei pela Prefeitura de Salvador, ensinei no Colégio Vieira, no Colégio Social da Bahia, no Central, e depois fui trabalhar em São Felix na paróquia menor da diocese, mais pobre da época, lá me envolvi muito com essa pobreza, aquele movimento dos trabalhadores rurais, não os sem terra ainda, era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira, de São Felix, região do Paraguaçu e me envolvi com isso, e tinha um colégio muito bom em Cachoeira, esse colégio formava as lideranças muito boas e desde já eles eram chamados de comunistas, nós estávamos vivendo a época da ditadura militar.²⁵⁸

Nesse sentido, envolvido pela ação social de inspiração cristã, realizou sua ação pastoral na comunidade eclesial sem “descuidar de situações humanas, uma vez que isto impossibilita a concretização eficaz da vida cristã na terra”. Como exemplo dessa atitude, durante os anos de 1980 a 1982, período em que era pároco de São Félix e vigário de Cachoeira, envolveu-se na luta pela democracia no Brasil, ajudando clandestinamente muitos jovens, considerados comunistas pelo regime, a irem às comunidades rurais denunciarem o Regime Militar no carro da paróquia, quando ele saía para celebrar nessas localidades²⁵⁹.

Com o processo de redemocratização, após a Ditadura Militar, contribuiu juntamente com esses “jovens comunistas” para a implementação do Partido dos Trabalhadores (PT) na região de Cachoeira e São Félix, localidades onde também lecionava.

²⁵⁷ PASSOS; SOARES, op. cit., p. 38.

²⁵⁸ Entrevista concedida por Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira no dia 19 de setembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

²⁵⁹ Ibid.

Após esse percurso, foi enviado a Roma para cursar Mestrado em Teologia Dogmática na Pontifícia Universidade de São Tomaz Aquino, retornando para Salvador em 1986. Na capital baiana, assumiu o cargo de vice-reitor do Seminário da Arquidiocese de São Salvador, durante anos, e simultaneamente lecionava Teologia na Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

Em seguida, foi pároco da Paróquia de São Pedro, também em Salvador, onde conquistou estimados amigos e desenvolveu um significativo trabalho. No ano de 1989, foi designado pelo Cardeal D. Lucas Moreira Neves, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, para auxiliar na ação pastoral da Diocese de Feira, sua diocese de origem, devido ao pedido do bispo D. Silvério Albuquerque, bispo de Feira de Santana, que estava carente de sacerdotes.

Ao chegar a Feira de Santana, foi convocado para administrar a Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, que necessitava de um sacerdote. Diante desse feito, padre Luiz Rodrigues sentiu a necessidade de conhecer a referida paróquia antes de iniciar seu trabalho e reviveu intensos momentos, eis suas lembranças:

Aconteceu uma certa, não diria ambiguidade, mas uma realidade bastante conflitante na minha vida, eu nasci na roça, minha primeira infância foi na roça, depois eu fui pra Feira de Santana, Salvador, sempre numa direção contrária as minhas origens, de Salvador para São Felix, uma cidade pequenina, volta o sabor da zona rural, quando estou lá saboreando isso me mandam pra Roma, meu Deus do céu, um mundo, uma revolução na minha cabeça, eu fiquei quatro anos em Roma, Europa, quando voltei não sabia mais nada de interior, mas ficou aquela vontade de ir para o interior, me mandam pra Salvador, São Pedro, centro da cidade, uma paróquia de elite, eu naquela ação me envolvi com a intelectualidade, desenvolvi meu trabalho, daí crise da volta às origens, quando em Feira me jogam em Coité, eu não conhecia, só conhecia até Serrinha, eu disse agora estou no paraíso, retorno às origens, redescubro, bem diferente da minha origem, só lá do Recôncavo, bem diferente de Coité. Vim pra cá com entusiasmo tremendo, uma alegria enorme, foi muito emocionante, eu lembro de um cântico que o grupo mirim cantou na missa de posse, ‘eu vim de longe, mas vou ficar’, eu vou ficar, eu mesmo sabendo que não seria dez anos, havia esse propósito, mas eu vou ficar, eu vou ficar, aí essa nostalgia do interior, da roça, da pobreza e tudo, e a cabeça cheia de intelectualidade porque tinha estudado nas melhores universidades (...) eu tinha uma cabeça muito diferente daquilo que era minha realidade²⁶⁰.

Aproveitando a presença do ex-pároco de Conceição do Coité, Pe. José Antonio Reis, em Salvador, pois havia assumido a Paróquia de São Cosme e São Damião, no bairro da Liberdade, foi ao seu encontro buscar algumas orientações para desempenhar da melhor maneira o seu serviço pastoral. O padre José Reis o orientou que ele tivesse contato com os leigos Agnaldo e Maurita, pediu também que procurasse o Deputado Emério Resedá, que o

²⁶⁰ Entrevista concedida por Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira no dia 19 de setembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

considerava “uma esperança para Conceição do Coité”, este forneceria todas as informações sobre as instituições políticas da cidade, afirmando que com essas pessoas ele teria tudo²⁶¹.

Diante dessas orientações, padre Luiz Rodrigues o indagou a respeito do prefeito da cidade e em resposta o ex-pároco respondeu: “*é um menino lá*”²⁶². Antes de assumir a paróquia ele tentou encontrar-se diversas vezes com o prefeito da época, mas não conseguiu. Sobre isso ele relata:

Telefonei para o prefeito para informar que estava nomeado e queria conhecê-lo, procurei ele diversas vezes na prefeitura, quando cheguei aqui encontrei o padre Geraldino, conversei com ele, ele não me passou orientações sob a paróquia, ele também era novo aqui, daí procurei o casal que me passou os dados, fui na prefeitura não encontrei ele novamente, aí me disseram que ele morava na casa dos pais, minha surpresa quase fui agredido, fui atendido por uma senhora, a mãe dele, eu me apresentei como novo pároco da cidade, ele não está aqui, está viajando pra Valente, ele não quer saber dessas coisas não, você que o que com ele, parece que eu queria pedir algum dinheiro, alguma coisa, olhei pra ela e fui embora, em Salvador, tentei ligar repetidas vezes²⁶³

Ainda em Salvador conseguiu marcar uma conversa com o prefeito, pois este estaria numa reunião na Governadoria, porém o prefeito não apareceu e nem ligou para justificar o motivo da ausência. No dia de sua posse, a ausência do prefeito e de nenhum representante foi sentida naquela liturgia, visto que a presença da autoridade política fazia parte do protocolo. Ao término da missa, o então Deputado Estadual Misael Ferreira apresentou-se e pediu uma reunião com o referido padre, disponibilizando-se no que o vigário precisasse. Nesse período, o único contato que teve com a prefeitura foi através do secretário de administração para resolver a questão dos funcionários municipais que prestavam serviços à paróquia²⁶⁴.

Padre Luiz Rodrigues permaneceu na Paróquia de Conceição do Coité até o ano de 2000. Enquanto assumiu a administração dessa paróquia, atendia a Paróquia de Gavião, auxiliava na formação dos futuros padres no Seminário Maior da Diocese de Feira de Santana, localizado em Salvador, onde também ensinava na UCSAL, além de lecionar em alguns colégios estaduais do município de Conceição do Coité. Atualmente, é pároco da Paróquia Senhor dos Passos, em Feira de Santana.

Através da educação, Pe. Luiz Rodrigues traçou seu itinerário humanista contribuindo para diversos espaços de participação e reivindicação por melhorias sociais, “sussurrando na consciência” de muitos coiteenses a necessidade do saber como “possibilidade de transcender

²⁶¹ Ibid.

²⁶² Ibid.

²⁶³ Ibid.

²⁶⁴ Ibid.

o mero dado e superar a condição natural”. O seguinte trecho do livro “Ousadia e Medo”, de Paulo Freire, traduz um pouco a atuação desenvolvida por esse educador na terra coiteense:

Na medida em que tenho mais e mais clareza a respeito da minha opção, dos meus sonhos, que são substantivamente políticos e adjetivamente pedagógicos, na medida em que reconheço que, enquanto educador, sou um político, também entendo melhor as razões pelas quais tenho medo, porque começo a antever as consequências desse tipo de ensino. Pôr em prática um tipo de educação que provoca a consciência do estudante necessariamente trabalha contra alguns mitos, que nos deformam. Esses mitos deformadores vêm da ideologia dominante na sociedade. Ao contestar esses mitos, também contestamos o poder dominante²⁶⁵.

Figura 6 – Padre Luiz Rodrigues presidindo a missa na Igreja Matriz de Coité²⁶⁶



2.1.2 IRMÃ MARINA ROSELI SANTOS

Reconhecendo a força constante e incondicional da presença da mulher na Igreja, sendo a maioria atuante na evangelização cristã, Irmã Marina Roseli Santos animou inúmeras leigas a empreenderem lutas emancipatórias e conquistas sociais, “buscando a libertação da mulher nos estudos bíblicos, nas lacunas, ausências e interpretações feitas sobre o comportamento feminino.”²⁶⁷

Oriunda da cidade de Itajubá, em Minas Gerais, nasceu no ano de 1957, sendo a sétima dos treze filhos de uma família pobre e humilde. Sua mãe era costureira, sabia apenas assinar seu nome e identificar algumas palavras. Seu pai um operário que trabalhava durante o dia e à noite numa fábrica de armas, pertencente à Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), e nos finais de semana cortava cabelo num salão do bairro.

²⁶⁵ FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

²⁶⁶ Videoteca da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. **Sobre os processos**. Conceição do Coité, 1996.

²⁶⁷ ZANLOCHI, 2001, op. cit., p.75.

Ir^a. Marina descreve que seu pai era bastante inteligente e politizado, apesar de ter cursado até a 3^a série do ensino fundamental (atualmente o 4^o Ano), sempre lia jornais e debatia com o seu grupo de amigos questões ligadas à situação política e econômica do país. Desde cedo, sempre ouvia o seu pai criticando o partido da ARENA, apesar de não ser filiado a nenhum partido ou sindicato. Filha de pais extremamente religiosos, cresceu em meio ao universo religioso onde os pais eram os principais educadores da fé católica e dos valores cristãos²⁶⁸.

Iniciou seus estudos aos seis anos de idade, em 1963, na Escola Municipal São Sebastião, no bairro onde morava. Aos 17 anos de idade teve seu primeiro emprego numa fábrica de peças para tratores, a PRETASUL. No mesmo período, começou a cursar o primeiro ano do científico (atual Ensino Médio), no Colégio Major João Pereira, no turno noturno. Na fábrica, sua primeira função foi a de auxiliar de escritório, depois passou a ajudar na contabilidade e um ano depois passou a ser encarregada do Departamento Pessoal. Trabalhava oito horas de segunda à sexta-feiras e quatro horas aos sábados.

Sua juventude foi marcada pelo engajamento na Pastoral da Juventude (PJ) da sua Comunidade São Sebastião da Paróquia Nossa Senhora da Soledade. Experiência que lhe despertou a assumir compromissos em benefício da comunidade e a ter uma postura mais consciente do seu papel de cidadã na sociedade em que estava inserida. Nas reuniões do grupo de jovens de que fazia parte estudava a Palavra de Deus e os Documentos da Igreja com a ajuda das Irmãs da Providência, residentes em Itajubá.

Lembro-me que fiquei impressionada com o Estudo do Documento do Concílio Vaticano II. Como grupo ainda, refletíamos sobre a realidade social, política e econômica. Fazíamos visitas nas periferias, asilo e casa da criança e participávamos de campanhas solidárias²⁶⁹.

Esse engajamento na Pastoral da Juventude ajudou-a no amadurecimento da sua vocação, pois desde a adolescência, sentia-se chamada para uma dedicação mais radical aos pobres, desejava uma vida diferente daquela que muitas jovens da sua idade ansiavam. Assim, participando da PJ e da comunidade eclesial, conheceu as Irmãs da Providência de Gap que atuavam nos bairros pobres, inclusive em seu bairro, através de formação religiosa aos jovens e aos catequistas, além de visitas às famílias. “As Irmãs atuavam também no asilo de idosos,

²⁶⁸ Entrevista realizada com Ir^a. Marina Roseli Santos, 2010.

²⁶⁹ Ibid.

com as crianças pobres e escolas. Fui me identificando mais com o trabalho junto aos pobres e ao de formação²⁷⁰.

A partir do contato com as religiosas, solicitou o acompanhamento delas nesse processo de discernimento vocacional que durou cerca de cinco anos. Durante esse acompanhamento foi assumindo mais compromissos com a comunidade do bairro São Sebastião, onde residia, e na medida em que continuava os estudos e executava a rotina do trabalho na fábrica, identificava-se cada dia mais com o jeito de vida e com o papel social que as religiosas vivenciavam em sua comunidade²⁷¹.

Após a conclusão dos estudos na educação básica, decidiu fazer uma experiência na Congregação das Irmãs da Providencia de Gap, no ano de 1980. A decisão foi bem acolhida pelo seu pai e seus irmãos, todavia enfrentou a resistência por parte da sua mãe. Os amigos, principalmente da comunidade e do grupo de jovens, apoiaram-na nessa decisão de conhecer mais de perto a vida das religiosas. Juntamente com mais 11 meninas, sendo quatro baianas e sete mineiras, Marina Roseli conviveu a fase inicial da formação em Minas Gerais.

Sua formação inicial durou três anos, sendo postulante e depois noviça, nessa fase morou na Favela Nova Granada de Belo Horizonte, grande e que não possuía rede elétrica nem abastecimento de água, havia apenas um chafariz para atender à demanda da comunidade. Nessa realidade de pobreza e sem recursos básicos de saúde pública, como saneamento básico, as irmãs desenvolviam entre as ruelas e becos dessa favela não só um trabalho de cunho catequético, mas também mobilizavam a população na busca e na defesa de seus direitos.

Essa mobilização acontecia nas reuniões da associação de moradores da favela e na escola que elas fundaram para atender as crianças no turno da manhã e à noite realizavam a alfabetização dos adultos com o método postulado por Paulo Freire. Todas essas ações funcionavam no salão comunitário construído pela própria comunidade.

As reivindicações aconteciam depois de decisões em assembléias. Faziam-se passeatas, abaixo-assinados pela favela e encaminhava para a Câmara de Vereadores. A Igreja local apoiava e participava na pessoa do Pe. Jose Miranda e Pe. Henrique²⁷².

A ação desempenhada pelas religiosas em torno da educação e na mobilização da comunidade em busca de melhorias se aproxima de forma singular às ações do Movimento de Educação de Base (MEB) que, em meados de 1962, através de uma educação popular,

²⁷⁰ Ibid.

²⁷¹ Ibid.

²⁷² Ibid..

encorajava o povo a enxergar os seus problemas sociais. Para tanto, adotavam o modelo da educação popular proposta pelo educador Paulo Freire que “encarava o ensino como um diálogo e utilizava situações concretas para a base do ensino popular (...) e a participação popular no processo de aprendizado e com a transformação social.²⁷³”

“Fazia parte da formação esse contato com os pobres e marginalizados”²⁷⁴, como ela salienta. A I^{ra}. Marina Roseli enfatiza que esse período foi de uma experiência fundamental para o discernimento vocacional e a confirmação de viver a serviço da Igreja ao lado dos mais pobres, “junto dos pequenos e suas lutas”²⁷⁵. Com esse desejo, ela começou a participar, nesse mesmo período, da Pastoral das Favelas da Arquidiocese de Belo Horizonte. Realizava um trabalho diversificado, participava das reuniões de formação e concentrações, sempre acompanhada das lideranças da favela²⁷⁶.

Seus primeiros votos foram em Belo Horizonte, em fevereiro de 1983, na Paróquia Sagrado Coração, com a participação do povo da favela onde atuava. Em seguida, no mesmo mês de fevereiro, foi enviada para a missão no sertão baiano, na cidade de Wanderley, Diocese de Barreiras, uma cidade muito pobre, pequena e que não possuía rede elétrica.

Juntamente com mais três religiosas, desenvolveu um trabalho de educação no colégio da cidade, uma das inúmeras carências dessa sociedade. Nessa localidade, I^{ra}. Marina lecionou no curso de Magistério, uma experiência que a levou a se dedicar ao ato de educar. Em 1989, na cidade de Cristina-MG, realizou os Votos Perpétuos, ou seja, o compromisso definitivo com a vida religiosa na Congregação das Irmãs da Providencia de Gap. No tempo em que ficou no município de Cristina, assumiu aulas num Jardim de Infância para ajudar no sustento da comunidade.

Após os Votos, em 1989, foi enviada para o Vale do Jequitinhonha, a região mais pobre e extremamente seca de Minas Gerais, sempre na companhia de outras religiosas. Dedicou-se também na cidade de Itinga ao magistério, sendo professora em duas escolas e em turnos opostos. Nessa experiência, entrou em contato com outros bairros do município, pois, como a cidade era cortada pelo Rio Jequitinhonha, trabalhava nos dois lados da cidade, assim, atravessava o rio de canoa todos os dias²⁷⁷. Com esse emprego ajudava no sustento da casa religiosa e colaborava na formação da juventude, como ela relata:

²⁷³ MAINWARING, 2004, op. cit., p. 91

²⁷⁴ Entrevista realizada com a I^{ra}. Marina Roseli Santos, 2010.

²⁷⁵ Ibid.

²⁷⁶ Ibid.

²⁷⁷ Ibid.

Atuávamos em todas as pastorais catequese, juventude, grupo de mulheres, líderes rurais, associações de moradores [na] Paróquia Santo Antonio da Diocese de Araçuaí. Atuávamos junto com um padre italiano, Pe. Carlos Cireli, que também tinha uma grande opção pelos pobres. Nesse período ajudamos a fundar o Partido dos Trabalhadores²⁷⁸.

No período em que esteve realizando pastoral no Vale do Jequitinhonha, cursou a graduação de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFITO), durante quatro anos. A vivência nesse curso proporcionou ainda mais, como ela afirma: “o aguçamento do meu senso de justiça e minha consciência política que me levaram a confirmar meu compromisso social e opção pelos pobres”²⁷⁹. Na sua formação muitos livros contribuíram no despertar pela justiça e opção pelos pobres como: Olga, Brasil Nunca Mais, Batismo de Sangue, A Ilha, O Capital.

Com a necessidade da implementação de uma Casa Formativa no Nordeste para acompanhar quatro jovens dessa região que desejavam realizar uma experiência religiosa com a Congregação das Irmãs da Providencia de Gap, Ir^a. Marina, que naquele período fazia parte da Equipe de Formação das Irmãs da Região Nordeste, foi designada juntamente com outra religiosa, a Ir^a. Antonia Sodré, para cuidar da formação de quatro vocacionadas no ano de 1995. O local escolhido para a formação foi a Paróquia de Conceição do Coité.

A Ir^a. Marina relata que a acolhida, tanto do pároco, que naquela época era o padre Luiz, quanto da comunidade local, foi realizada “com muita abertura e apoio em todos os sentidos”²⁸⁰, desde a busca pela residência até a sua mobília. Por sugestão do padre, a Casa de Formação foi instalada no Bairro do Açudinho. Bairro que, na época, ascendia nos índices de violência, contava, em sua maioria, com uma população pobre e com trabalhadores da indústria sisaleira, e onde se localizava as principais indústrias do sisal, sendo a principal delas, a HR Indústria, Comércio e Exportação Ltda, de propriedade de Hamilton Rios.

O padre Luiz Rodrigues sempre demonstrou interesse de integrar as religiosas na vida cotidiana da comunidade eclesial e de conhecer a sua realidade, como salienta a Ir^a. Marina. Para ajudá-las a suprir as necessidades financeiras, empregou-as como professoras do Educandário Divino Mestre²⁸¹ e disponibilizou a cantina da instituição para que elas pudessem auferir renda. E, assim, a cantina ficou sob a responsabilidade das quatro vocacionadas.

²⁷⁸ Ibid.

²⁷⁹ Ibid.

²⁸⁰ Ibid..

²⁸¹ Instituição de ensino filantrópica criada por padre Luiz Rodrigues e alguns leigos que pertenciam aos movimentos e pastorais da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, em 1992.

Na paróquia, as religiosas assumiram a coordenação da catequese e a formação de lideranças, além de realizar visitas às famílias do bairro e incentivar a participação dos jovens na Pastoral da Juventude. Um exemplo marcante dessa atuação foi a criação de uma Escola de Formação de Lideranças para os leigos engajados nas pastorais, nos movimentos eclesiais e nas CEB's da cidade e da zona rural do município.

Figura 7 – Irmã Marina (vestida com a blusa vermelha) reunida com alguns leigos que participavam do PT de Coité²⁸²



2.1.3 PADRE ANTONIO ELIAS SOUZA CEDRAZ

Envolvido pela terra, pela gente e, sobretudo, pela religiosidade sertaneja, padre Antonio Elias Souza Cedraz traça seu itinerário pelo interior. Como andarilho e religioso, percorreu diferentes faces do Sertão, veredas que o impulsionaram a tentar transformar uma desigual realidade existente, especialmente do seu lugar de origem.

Oriundo da zona rural de Conceição do Coité, precisamente da Fazenda Caiçara, situada no Distrito de Juazeirinho, Antonio Elias de Souza Cedraz entrelaçou sua trajetória de vida com a cultura e a gente sertaneja. Nascido em 20 de julho de 1944, sendo o filho caçula, conviveu com os seus três irmãos na simplicidade de seu lar²⁸³.

Diante das condições sociais do sertão, em que muitos precisaram parar os estudos, seja pela falta e distância de instituições de ensino público para prosseguir a formação escolar, seja

²⁸² Foto cedida pela Irmã Luzia Bueno.

²⁸³ Entrevista realizada com Pe. Antonio Elias Souza Cedraz, 2012.

para trabalhar, ajudando no provento de sua família, Antonio Elias atravessou esse mesmo caminho diferente daqueles que estavam ao seu redor.

Dois anos após cursar o primário, conseguiu, por intermédio de Deda Ramos, seu patrão, uma bolsa de estudos no Colégio Internato do Salesiano, em Salvador, através do Deputado Manoel Novais. A convivência com os padres salesianos, administradores do Internato, despertou o seu desejo à vocação sacerdotal²⁸⁴.

O ápice da sua decisão foi durante uma Semana Vocacional realizada pelos salesianos, momento em que a admiração pela vida sacerdotal foi mais acentuada. Levando-o a firmar o compromisso de ingressar no seminário. Assim, ingressou no Seminário Maior, em Recife, juntamente com 10 adolescentes²⁸⁵.

Após o primeiro passo, desabrochou à vida sacerdotal, “daí pra frente a Congregação tomou conta de mim e eu me entreguei a Congregação”²⁸⁶, lembra padre Elias. No final do ensino secundário, em 1961, aos seus 17 anos, ingressou no Seminário Maior de Carpina, Pernambuco. Em 1964, iniciou o noviciado em Jaboatão, depois cursou Filosofia e Letras em São João Del Rei.

Depois desse percurso formativo, fez dois anos de estágio pastoral, uma experiência bastante rica e decisiva para sua atuação social, o primeiro em Jaboatão e o segundo em Aracaju. Durante esse período, sentiu a repressão do Regime Militar que se pautou pela violação dos direitos humanos e a restrição às liberdades individuais.

Como a educação era a principal atividade da Congregação Salesiana, durante o estágio dedicou-se sobretudo à formação intelectual dos alunos do colégio pertencente à congregação. Contribuiu também para a formação de muitos jovens e adultos das CEB's, com base no método de ensino de Paulo Freire e “não demorou para que a Censura recolhesse todos os seus livros”²⁸⁷.

O método de Paulo Freire tornou-se uma experiência vivida em muitos espaços educativos orientados por religiosos, especialmente no Movimento de Educação de Base, MEB, que se concentrou na educação sindical, “um dos motivos decisivos das perseguições que seus militantes sofreram”²⁸⁸.

Diante do cenário de repressão, padre Elias firmou seu compromisso de lutar pelos direitos sociais, na busca de uma sociedade mais justa, incentivado pelas propostas do Vaticano

²⁸⁴ Ibid.

²⁸⁵ Ibid.

²⁸⁶ Ibid.

²⁸⁷ Ibid.

²⁸⁸ ALVES, 1968, op. cit., p.71

II e pela ação pastoral, principalmente de D. Helder Câmara. Após o estágio, foi cursar Teologia em São Paulo, terminando os estudos teológicos no Instituto de Teologia de Recife, em 1974. Em outubro do mesmo ano, ordenou-se diácono na cidade de Aracaju.

Em 1975, no dia do seu aniversário de nascimento, 20 de julho, foi ordenado presbítero por D. Silvério de Albuquerque, em Conceição do Coité, sua terra natal. Retornando como padre a Aracaju, auxiliou na coordenação do Colégio Salesiano e desenvolveu seu trabalho junto à Pastoral da Juventude (PJ), na Arquidiocese de Aracaju.

Em 1980, foi transferido para Juazeiro do Norte, assumindo a diretoria do Colégio Salesiano daquela localidade, “uma etapa de vida bastante difícil, pois o colégio estava em crise”, lembra padre Elias. Durante seis anos, além do colégio, foi responsável por todas as obras dos Salesianos: Santuário, Escola Profissional, Museu Pe. Cícero²⁸⁹.

Retornou a Pernambuco em 1985, para administrar a paróquia de Jaboatão, uma experiência marcada pelo autoritarismo de D. José Cardoso, substituto de D. Helder, que estava desfazendo todas as obras e pastorais sociais idealizadas pelo seu antecessor²⁹⁰. Foi algo que gerou intensos conflitos entre o clero, “só pra ter ideia, ele expulsou da diocese 21 padres, eu fui o 14 nessa lista”, relata Pe. Elias, “Aí foi que aconteceu uma mudança grande na minha vida. Porque, diante desse confronto com o bispo, a Congregação não ficou do meu lado... eu disse: Se a Congregação não fica do meu lado, eu também não fico na congregação”²⁹¹.

Desligado da Congregação, passou três anos na Paróquia de Garanhuns, em Pernambuco. Todavia sua encardinação não foi possível nesta Diocese, porque o bispo havia renunciado ao ministério e ele teria que esperar a nomeação de outro. Sabendo dessa situação padre Luiz Rodrigues convidou-o para fazer uma experiência em Conceição do Coité, com o apoio de D. Itamar, bispo de Feira de Santana. Assim, em 11 de março de 1996, retornou à sua terra como vigário paroquial.

Permaneceu na paróquia dos seus conterrâneos como vigário até 1998, ano em que foi transferido para a Paróquia Sagrada Família, constituída por três cidades, Valente, sua sede, Retirolândia e São Domingos. No ano de 2001, retornou para Conceição do Coité, pois foi nomeado pároco por D. Itamar Vian para substituir o Pe. Luiz Rodrigues, permanecendo até 2009. Atualmente, é pároco na cidade de Retirolândia.

²⁸⁹ Entrevista concedida por Pe. Antonio Elias Souza Cedraz, 2012.

²⁹⁰ FERREIRA, Rafael Leite. O retorno ao conservadorismo: a posse de Dom José Cardoso Sobrinho e o desmonte eclesial na Igreja Católica em Pernambuco. In: ____ **Revista Angelus Novus**, nº 3, maio de 2012. Disponível em: <http://www.usp.br/ran/ojs/index.php/angelusnovus/index>. Acesso em 15/09/2012.

²⁹¹ PASTOR, Antonio Sérgio. Um caminheiro do sertão. In: ____ RIZZO, N. de A (org). **Perfis do Semiárido: livro reportagem**. Salvador: EDUNEB, 2010, p.104.

Figura 8 – Padre Antonio Elias (ao centro) celebrando a missa com lavradores na zona rural de Coité²⁹²



3. O DISCURSO DA MUDANÇA

Revestidos do pensamento social cristão, norteados principalmente pelo humanismo total os três religiosos apresentados contribuíram para o nascimento de novas concepções religiosas e sociais no meio dos fiéis católicos e provocaram mudanças na vivência do catolicismo em Conceição do Coité.

O apelo feito pelo Papa Paulo VI, na urgência de uma ação solidária, em sua Encíclica *Populorum Progressio*²⁹³, na qual defendia a necessidade de um desenvolvimento integral do homem e solidário da humanidade, apesar de ter sido proclamado em 1967, tornou-se uma das bases do discurso religioso pronunciado por esses novos atores sociais na sociedade coiteense nos fins da década de 1980, especialmente pelo padre Luiz Rodrigues de Oliveira.

Paulo VI alertava nessa encíclica a urgência dos bens criados e produzidos pelo esforço humano fossem acessíveis a todos os homens, com equidade, justiça e caridade. O papa também considerava importante a necessidade de um planejamento participativo entre os poderes públicos, iniciativas privadas e organismos intermediários para se construírem programas bem organizados para o desenvolvimento integral do homem.²⁹⁴ Segundo Camacho²⁹⁵, Paulo VI realizava uma nova atitude frente à realidade do sistema internacional:

²⁹² Videoteca da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. **Nova Palmares e TIP**. Conceição do Coité, 1998.

²⁹³ PAULO VI, Papa, **Populorum Progressio**. Carta Encíclica 1967. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em: 11 de julho de 2012.

²⁹⁴ ALVES, Flávio Luis. **A Eclesiologia Latino-Americana como acolhimento do Vaticano II: um caminho para uma nova recepção da herança conciliar**. Rio de Janeiro, 2011. 173p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 41.

Paulo VI coloca-se decididamente ao lado dos povos oprimidos. Renuncia, assim, à postura tradicional de seus predecessores, nos documentos sociais, ou seja, a de situar-se como árbitro neutro nos conflitos da sociedade industrial. Aqui, ao contrário, há uma clara opção de Paulo VI, que se converte no porta-voz dos povos mais atrasados da Terra.²⁹⁶

A expressão da ação defendida por Paulo VI foi evidenciada em um artigo escrito pelo Pe. Luiz Rodrigues, publicado no jornal local *Tribuna Coiteense*, em outubro de 1990. Nele, Pe. Luiz analisa as eleições do ano de 1989 como um momento de retrocesso histórico, pois os candidatos eleitos eram “filhos” do Regime Militar, período cujos “setores vitais da vida social” foram “sucateados” por esses homens, um verdadeiro atraso social e humano²⁹⁷, aspecto que não promovia o desenvolvimento proposto por Paulo VI, favorecendo, assim, uma continuação das condições de um desenvolvimento *menos humano*.²⁹⁸

Ao perceber que a Igreja de Coité estabelecia laços de dependência com um poder político que reproduzia uma sociedade de estrutura excludente, desigual, e de condições desumanas, o padre Luiz Rodrigues decidiu desfazer tais laços, pois, como ele afirma: “não precisava ser muito inteligente ou crítico para perceber que aqui [a Igreja] era um espaço da prefeitura, a paróquia não tinha autonomia”²⁹⁹.

Nesse sentido, a sua primeira medida foi devolver ao prefeito os funcionários que prestavam serviços na administração e preservação dos bens pertencentes à paróquia, como também instituir o dízimo paroquial, como meio de romper a dependência econômica da Igreja local com o governo municipal.

Para esse religioso, o não rompimento com o grupo político hegemônico, que favorecia uma estrutura desigual, seria continuar uma relação de subserviência, visto que por muito tempo a instituição religiosa esteve sob o mando desse poder e havia se tornado, segundo o Pe. Luiz, “*uma secretaria de assuntos religiosos da prefeitura*”³⁰⁰. Ainda mais, para ele, se a Igreja local continuasse a partilhar desse mesmo tecido político hegemônico, seria uma verdadeira incoerência evangélica para o Reino de Deus e para com os valores evangélicos.

²⁹⁶ CAMPOS, 2007, *apud* CAMACHO, 1995, p. 319.

²⁹⁷ OLIVEIRA, Luiz R. **Retrocesso histórico**. Jornal Tribuna Coiteense, outubro de 1989.

²⁹⁸ O Papa apresenta o desenvolvimento como a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas e especifica as suas características. Esta passagem não está circunscrita às dimensões meramente econômicas e técnicas, mas implica para cada pessoa a aquisição da cultura, o respeito da dignidade dos outros, o reconhecimento dos valores supremos, e de Deus que é origem e o termo deles. (Compêndio da Doutrina Social da Igreja, p. 66).

²⁹⁹ Entrevista concedida por Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira no dia 17 de julho de 2012, na cidade de Feira de Santana.

³⁰⁰ *Ibid.*

O entendimento desses religiosos sobre o Reino de Deus, visualizados em seus discursos, fundamentava-se nos princípios da Doutrina Social da Igreja, que concebe o Reino manifestado na pessoa do próprio Cristo, sendo a missão primordial da Igreja o anúncio dessa salvação realizada em Jesus Cristo, cujo fim escatológico será alcançado no Reino de Deus, mas que tem seu germe e princípio no plano temporal.

Nilo Agostini³⁰¹ argumenta que a Igreja ao compreender o homem como o primeiro caminho que ela deve percorrer na realização de sua missão significou uma necessidade de “acompanhar as situações em que o ser humano se encontra, valorizar a sua dimensão social e política, detectar nas estruturas os mecanismos que correspondem ou não à proposta do Reino”.³⁰²

A Igreja, ao assumir essa missão, segundo os religiosos mencionados, não poderia ser conivente com uma estrutura injusta. Se ela é cúmplice de uma sociedade corrompida, ela não é fiel à sua missão de instaurar o Reino de Deus, que é justiça e paz, postura evidenciada no relato a seguir:

O meu discurso é esse, as coisas de Deus não podem ser tratadas como bandalheiras, então, você sabe que na prefeitura tem gente recebendo sem trabalhar, você sabe que na sala de aula tem professor que não vai dar aula, e eu sou professor há tantos anos, eu vivi isso em Coité, eu estive dentro da sala de aula, e via gente que nunca foi dar uma aula e recebia o contracheque todo mês, porque era patrocinada pelo prefeito, era parente do prefeito. Eu como educador e formador não posso me conformar com uma coisa dessa e depois fazer um discurso bonito na Igreja de que o Reino de Deus é paz entre nós, é Espírito Santo, isso é blasfêmia com o nome de Deus. Primeiro você precisa ver, você anda direito? você é justo? honesto? Primeiro elemento justiça. Existe justiça nas nossas relações interpessoais? Chego em Coité, gente ganhando metade do salário mínimo, professor em sala de aula ganhando metade do salário mínimo, professores municipais, então, isso é justiça? É Reino de Deus? Essas são as questões, agora não, padre não pode falar de política. Eu não respondia assim na época, hoje respondo com mais serenidade, o altar não é lugar para falar de política, como muitos disseram, agora respondo com a palavra bem simples, do altar também se pensa, agora transformar o altar num palanque para o governo é contrário de se pensar a partir do altar³⁰³.

O empenho em conscientizar os fiéis católicos quanto à importância da comunidade cristã realizar a transformação das estruturas injustas presentes na sociedade coiteense, através da reflexão e da práxis inspiradas no Evangelho e entender isso como um processo de

³⁰¹ AGOSTINI, N. *Ética cristã e desafios atuais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. v. 1. 261 p.

³⁰² Ibid.

³⁰³ Entrevista concedida por Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira no dia 19 de setembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

construção do Reino de Deus pode ser percebido nos diferentes caminhos adotados na ação pastoral desses religiosos.

O principal caminho empreendido foi o de criar espaços para o protagonismo dos leigos, para que eles se percebessem como partícipes da missão salvífica da Igreja³⁰⁴ e como responsáveis em tornar presente e operante a missão evangelizadora junto às coisas temporais. Isto poderia ser feito através dos variados ministérios, dignos e necessários à construção do Reino de Deus, ajudando, dessa maneira, ao apostolado da Igreja.

Dessa forma, foi iniciado um processo de mudanças e estruturação dentro da instituição religiosa local. Para tanto, tomaram várias medidas, como: reuniões frequentes com os grupos existentes na paróquia; cursos de formação para leigos com assessoria de pessoas da Arquidiocese de Salvador; reorganização de diversas pastorais, como: o Movimento de Cursinho de Cristandade (MCC); a implantação na paróquia do Encontro de Casais com Cristo (ECC), para o fortalecimento da Pastoral Familiar; realização de assembleias pastorais anuais para a dinamização desse protagonismo laical.

Em 1990, foi firmado um convênio com a Escola Superior de Fé e Catequese *Lúmen Cristie* para “uma grande jornada pedagógica”, tendo por objetivo organizar sistematicamente a formação dos leigos. A jornada contou com a participação de professores de Ensino Religioso do município de 1º e 2º graus.

Padre Luiz estimulou comissões de formação de animadores de comunidades com o auxílio da Congregação Religiosa das Irmãs da Divina Providencia de Gap³⁰⁵, dinamizando as atividades pastorais das CEB's. Com recursos da própria comunidade, iniciaram a construção de templos nos bairros da periferia da cidade (Açudinho e Cruzeiro) e reformaram templos dos povoados e distritos sem o auxílio do gestor municipal.

As Comunidades Eclesiais de Base eram o principal espaço de engajamento e de protagonismo dos leigos, seus membros promoviam atividades comunitárias, sociais e políticas, apoiavam os movimentos populares, como também a defesa de seus direitos.

Dirigidas por leigos, que praticam o sistema de rodízio na direção, as CEB's romperam com o modelo paroquial tradicional em que todas as atividades estavam centradas na estrutura clerical da Igreja. Esse novo jeito de organização trouxe a questão democrática para o seio da

³⁰⁴ Conferir em Concílio Ecumênico Vaticano II, p. 167-72.

³⁰⁵ Carta das Pastorais, Conceição do Coité, ano de 1996

Igreja, questionando o monopólio dos clérigos no trato com o sagrado e participando das decisões paroquiais através das assembleias paroquiais³⁰⁶.

Da comunidade local e da comunidade católica alemã, conseguiu recursos para a aquisição de um veículo para poder atender as comunidades rurais e as da sede. O antigo veículo da paróquia desapareceu antes de sua posse e, segundo a comunidade eclesial local, “não se sabe que fim levou”³⁰⁷. Para saberem informações a respeito do desaparecimento do veículo, o conselho paroquial enviou em 9 de agosto de 1990 um ofício ao Pe. Antonio Reis, assinado pelos leigos Arivaldo, Lozinho e Agnaldo, membros do conselho, dizendo o seguinte:

Pensamos bastante antes de tomar essa decisão em escrever para o senhor. Ficamos a imaginar como iria receber esta. Mas, a necessidade de adquirir um veículo para a nossa paróquia de C. do Coité, para isso se fez necessário uma campanha junto à comunidade coiteense e ao fazermos alguns contatos sobre tal necessidade junto à comunidade e em reunião em conselho, tem surgido perguntas sobre o chevete da paróquia de C. do Coité e como não sabemos o fim do mesmo é que viemos solicitar que nos esclareça sobre o destino do referido veículo, a fim de que possamos passar as informações exatas às pessoas que nos solicitar e assim fazer uma campanha que dê bom resultado³⁰⁸.

Nesse período, foi instituído o Conselho Pastoral, para auxiliar na administração da paróquia, composto por representantes de cada grupo eclesial. “A instauração de Conselhos de Pastoral é a consolidação estrutural desse jeito democrático de regulação das relações políticas no âmbito da comunidade.”³⁰⁹ Reestruturou o dízimo e passou a afixar os balancetes mensais no mural da matriz, enviando uma cópia à Cúria Diocesana, para que todos tivessem conhecimento de tudo o que se gastava e arrecadava³¹⁰.

Além disso, implementou missões populares, jornadas catequéticas e jornada missionária com os jovens, percorrendo todos os povoados. Organizou palestras, orações e preparação para os sacramentos, incentivando uma maior participação dos fiéis.

O padre Luiz autorizou os bancos responsáveis pela conta da paróquia a disponibilizarem os saldos a qualquer interessado, para saberem o destino dos recursos arrecadados. Inventariou e tombou todos os bens móveis e imóveis dessa paróquia. “Com muito sacrifício, informatizou a secretaria paroquial, primando por melhor servir e pela modernização

³⁰⁶ ZUGNO, Vanildo Luiz. **Igreja, política e ação evangelizadora**. CNBB- RS, 2007. Disponível em www.forumdaigrejabatolica.org.br (acessado em 17/07/2011).

³⁰⁷ Ofício da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité em 09 de agosto de 1989.

³⁰⁸ Ibid.

³⁰⁹ ZUGNO, Vanildo Luiz. **Igreja, política e ação evangelizadora**. CNBB- RS, 2007. Disponível em www.forumdaigrejabatolica.org.br (acessado em 17/07/2011). p. 7.

³¹⁰ Carta das Pastorais, Conceição do Coité, em 1996.

dos serviços, adquiriu também equipamento áudio-visual, objetivando dinamizar as atividades de formação do laicato³¹¹

Percebe-se, assim, que o novo pároco inaugurou uma nova fase na paróquia, enfatizando o caráter laico, desencadeando um processo pelo qual incentivava e criava espaços para um protagonismo leigo, seguindo, assim, as orientações do Vaticano II e de inúmeras conferências que acontecem na América Latina promovidas pela CELAM, como, por exemplo, a de Santo Domingo, na República Dominicana, no ano de 1992, confirmando, assim, esse novo jeito de ser da Igreja Latino-Americana:

(...) Evitar que os leigos reduzam sua ação ao âmbito intraeclesial, animando-os a penetrar nos ambientes socioculturais para serem neles os protagonistas da transformação da sociedade à luz do Evangelho e da doutrina social da Igreja.(...) Por tudo isso, como objetivo pastoral imediato, os Bispos reunidos na IV Conferência Geral em Santo Domingo prometem “incentivar a preparação de leigos que se destaquem no campo da educação, da política, dos meios de comunicação social, da cultura e do trabalho. Estimularemos uma pastoral específica para cada um destes campos, de tal maneira que os que neles estiverem atuantes sintam todo o apoio de seus Pastores³¹²

Vale ressaltar que todo esse processo alcançado e vivido pelos leigos na Igreja não foi aceito de forma unânime pelos religiosos. Essa atuação esteve ligada, principalmente, aos clérigos que desenvolviam um trabalho unido ao campo da ação social ou da Teologia da Libertação, corrente de pensamento que emergiu na década de 1960 pregando uma práxis libertadora aos movimentos sociais católicos comprometidos com o povo oprimido, movimento que abrangia setores significativos da Igreja, desde movimentos religiosos laicos a bispos e padres.

Estudiosos da Teologia da Libertação afirmam que essa nova vertente de organização surgiu a princípio em movimentos de leigos nos bairros periféricos, sindicatos, pastorais e nas comunidades eclesiais de base (...). Tais organizações juntamente com movimentos sociais começaram a difundir a crítica ao poder estabelecido e a denunciar as condições materiais e espirituais da pobreza da América Latina. Assim defendeu Leonardo Boff, um expoente deste movimento, na obra “A Igreja se fez povo”. Este direcionou para leigos a tomada da dianteira do processo de organização nos eventos e nas discussões, o que na sua opinião possibilitou trazer para o seio das CEB’s as discussões dos problemas cotidianos, ao tempo em que valorizava, suas conquistas e alimentavam suas esperanças³¹³.

³¹¹ Ibidem.

³¹² CELAM. **Documentos do CELAM: conclusões das Conferências do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla e Santo Domingo**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 680.

³¹³ SILVA, M., 2005, op. cit., p. 112.

Dessa forma, com a amplitude de comunidades para atender, padre Luiz teve que recorrer ao auxílio das Irmãs da Divina Providencia de GAP para a formação de lideranças e acompanhamento pastoral dessas comunidades.

Segundo o depoimento de Eliana Souza³¹⁴, leiga engajada na comunidade, as irmãs de Gap, especialmente a Ir.^a Marina Roseli, tiveram papel importante na formação cidadã dos leigos da comunidade do Açudinho e no incentivo à participação das mulheres em ações coletivas, seja ajudando na renda familiar, confeccionando artesanatos ou na reivindicação dos seus direitos junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité e à Associação dos Moradores do Açudinho.

Figura 9 – Reunião das Irmãs de Gap com mulheres da comunidade do Açudinho³¹⁵



As irmãs de Gap utilizavam textos bíblicos que relatavam histórias de importantes mulheres do povo de Deus que lutavam pela justiça e pelo Reino, como exemplo, para incentivar e legitimar as ações de mulheres residentes na comunidade do Açudinho; esse incentivo das irmãs pode ser observado no seguinte relato:

Durante esses dezessete anos de minha atuação nesse movimento eu posso dizer assim que a gente nunca perdeu esse contato com a Igreja Católica (...). No momento em que as irmãs da Providência deixou de dar aquele suporte, a assistência pra gente

³¹⁴ Atualmente é coordenadora do Coletivo de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité.

³¹⁵ Foto cedida por Irmã Luzia Bueno.

enquanto grupo, enquanto pessoas, enquanto católicos praticantes, né! apareceu padre Elias no município e isso facilitou bastante o nosso trabalho, ele que ajudou o coletivo em algumas organizações de oito de março que ajudou também (...) na formulação do estatuto do movimento de mulheres, enfim a Igreja esteve presente em vários momentos da história de conquistas dos direitos da mulher, né! As nossas formações sempre aconteciam ... em espaços cedidos pela Igreja Católica, né!... a gente teve sempre esse apoio da Igreja Católica né! Essa participação mais conjunta, não era só participar por participar (...) a Igreja mostra assim a sua participação enquanto entidade religiosa e mostra, faz com que as pessoas envolvidas hoje, não to falando somente por mim, mas alguns depoimentos de colegas mulheres e homens (...) todo mundo ligado, ta no movimento hoje a partir de uma ligação com a Igreja Católica.³¹⁶

Além da participação das irmãs no processo formativo, a presença do Pe. Antonio Elias Souza Cedraz foi fundamental para incentivar os católicos a se engajarem nas decisões políticas do município. O discurso religioso proferido por esses atores sociais para envolver os leigos no campo político emanava dos ensinamentos sobre a *questão social* refletida na Doutrina Social da Igreja e nas Conferências Episcopais Latino-Americanas, sobretudo em Puebla. Segundo esta, a origem dos problemas sociais tinha sua raiz no pecado dos homens, uma “situação de pecado” que desfavorecia a vida e impedia a realização da pessoa humana.

Assim, seria primordial a atuação dos leigos na transformação das conjunturas que geravam condições desumanas de vida à luz do Evangelho. O leigo deveria ser o principal agente do viver social responsável de traduzir a sua fé em ações que atualizassem o Reino na denúncia de estruturas injustas e, sobretudo, no ordenamento cristão das coisas temporais³¹⁷.

Padre Antonio Elias esteve presente nas comunidades da zona rural organizando muitas CEB's e sendo o principal motivador e formador de lideranças leigas. No período eleitoral, predominavam discussões e palestras sobre a participação política dos cristãos e sobre a importância do votar corretamente. Partilhava desse engajamento social junto aos jovens que, reunidos na Pastoral da Juventude, promovia discussões de uma fé interligada com a questão social, aspecto analisado no seguinte relato:

Uma das coisas que padre Elias colocava não era que apenas rezar, orar, mas também fazer a organização. padre Elias trouxe um incentivo bastante amplo com relação a isso (...) que as ações não andam sozinhas, não é apenas a pessoa que faz, mas o conjunto, se junta, soma, cresce e faz com que as coisas apareçam se não se junta, certamente enfraquece e acaba perdendo um projeto que foi construído³¹⁸.

Nos finais da década de noventa, a promoção da Semana da Cidadania, organizada pelos movimentos pastorais da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, tornou-se o principal marco

³¹⁶ Entrevista concedida por Eliana Souza, em 24 de julho de 2010, na cidade de Conceição do Coité.

³¹⁷ PASSOS; SOARES, op. cit;

³¹⁸ Entrevista concedida por Maria Eliana Santos, em 24 de julho de 2010, na cidade de Conceição do Coité.

dessa ação sociopolítica, pois, nesse evento, que reunia estudantes, representantes de outras instituições sociais e, principalmente os leigos, debatiam os principais problemas do município, da conjuntura estadual e nacional.

A Semana da Cidadania era encerrada com a realização do Grito dos Excluídos³¹⁹, que acontece até hoje no dia 7 de setembro, manifestava a participação dos leigos no movimento popular, “nesses momentos ocorria a denúncia de diversos tipos de injustiças sociais que assolavam a comunidade e o país”³²⁰. Outra ação desse ordenamento cristão foi a participação de alguns leigos em diferentes Conselhos Municipais de Cidadania, um espaço de mobilização dos direitos e deveres da sociedade civil, como Andrade apresenta:

Podemos dizer, então, os Conselhos são os canais para que a sociedade civil possa influenciar na formação da agenda governamental. Além de possibilitarem a participação popular nas decisões do governo, eles têm, ainda, outra finalidade primordial: o controle social das ações do executivo. Afinal, como afirma Rousseau, o governante é um comissário do povo, e somente a fiscalização popular pode assegurar a lisura das ações do governo e evitar que o interesse privado prevaleça sobre o interesse público³²¹.

Figura 10 – Grito dos Excluídos mobilizado por Pe. Luiz Rodrigues em 1996³²²



³¹⁹ O Grito nasceu de duas fontes distintas, mas, complementares. De um lado, teve origem no Setor Pastoral Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), como uma forma de dar continuidade à reflexão da Campanha da Fraternidade de 1995, cujo lema – Eras tu, Senhor – abordava o tema Fraternidade e Excluídos. De outro lado, brotou da necessidade de concretizar os debates da 2ª Semana Social Brasileira, realizada nos anos de 1993 e 1994, com o tema Brasil, alternativas e protagonistas. Ou seja, o Grito é promovido pela Pastoral Social da Igreja Católica, mas, desde o início, conta com numerosos parceiros ligados às demais Igrejas do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), aos movimentos sociais, entidades e organizações. Nos dois casos, podemos afirmar que a iniciativa não é propriamente criada, mas descoberta, uma vez que os agentes e lideranças apenas abrem um canal para que o Grito sufocado venha a público. A bem dizer o Grito brota do chão e encontra em seus organizadores suficiente sensibilidade para dar-lhe forma e visibilidade. (www.gritodosexcluidos.org, acessado em 11/08/2010).

³²⁰ SILVA, M., 2005, op. cit., p.155.

³²¹ ANDRADE, Durval Ângelo. **Segurança Pública e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: O Lutador, 2007, p. 9.

³²² Videoteca da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. **Grito dos Excluídos**. Conceição do Coité, 1996.

Essa nova dinâmica vivenciada pela Igreja Católica local, motivada pela nova ação pastoral, foi sentida nos tradicionais festejos em louvor à padroeira Nossa Senhora da Conceição. Os festejos passaram a contar com temas de cunho sociopolítico, tornando-se um espaço para construção da cidadania com assuntos voltados para a necessidade do povo sertanejo, “na tentativa de chegarmos a uma Igreja mais humana, mais socializada, mais aberta a capacidade crítica”³²³

Isso fica evidente em inúmeros artigos que o pároco escreve nos jornais locais convidando os fiéis a participarem da festa, revelam a sua preocupação em inovar o espaço eclesial, que além da devoção religiosa deveria “ser uma voz clamante e provocante às consciências adormecidas.”³²⁴, eis um desses escritos:

Realizaremos, entre 29/11 e 08/12 mais uma festa da Padroeira, atentos ao que de bom pudemos realizar no ano passado e pensando muito no que ainda podemos fazer na tentativa de chegarmos a uma Igreja mais humana, mais socializada, mais aberta à capacidade crítica. A Igreja que se move na força do Espírito não pode não ser dinâmica, política, questionadora, formadora de consciência porquanto, o Verbo de Deus ao fazer-se carne (homem), tornou-se solidário com todos os homens, elevando e engrandecendo a nossa natureza de modo que, assim, pudéssemos refletir a sua imagem e semelhança.³²⁵

Por exemplo, em 1996 a festa teve como tema central “*A dimensão política do canto de Maria, O Magnificat*”³²⁶ procurando envolver os seus fiéis na vida sociopolítica do município. Os versos desse canto bíblico expressam a busca por uma sociedade justa e igualitária em que os poderosos seriam derrubados dos seus tronos e os humildes exaltados.³²⁷

Após a chegada desse novo pároco, as festas da padroeira ganharam uma nova roupagem, iniciando pela sua preparação, para a qual “os compromissos eram assumidos democraticamente com muitos serviços e a participação de muitos, sendo que todos os trabalhos tinham a marca do serviço voluntário”³²⁸

A comissão organizadora da festa passou a ser escolhida pelos membros do conselho paroquial, composto pelas lideranças dos grupos e pastorais da paróquia, um processo diferente das festas anteriores em que boa parte da organização estava a cargo de representantes políticos do município, como já foi mencionado. Houve também a revitalização da festa de largo que, “primando pela integridade da fé, não deixou de valorizar a cultura regional.”³²⁹

³²³ Jornal Tribuna Coiteense, Ano XIII, nº 86, Conceição do Coité, dezembro de 1993. p.4

³²⁴ Ibid.

³²⁵ Ibid..

³²⁶ Canto bíblico entoado por Maria, mãe de Jesus. Ver Evangelho de Lucas, 1, 46-56.

³²⁷ Ver Evangelho de Lucas, 1, 46-56

³²⁸ Jornal O Mensageiro Ano III, nº X, Conceição do Coité, Novembro de 1997, p.1.

³²⁹ Carta do Conselho Paroquial, Conceição do Coité, em janeiro de 1997.

Houve também um acréscimo das atividades presentes na programação da festa, como: o bando anunciador, uma carreata que comunica a festa pelas ruas da cidade e a realização do ofício da Imaculada Conceição, às 5h da manhã, culminando com uma caminhada penitencial pelas ruas da cidade. Aumentou, assim, o número de envolvidos na infraestrutura da festa e incentivou a maior participação da população coiteense.

Essa mudança ocorrida na festa provocou grande estranheza em alguns fiéis, principalmente por parte daqueles que representavam o poder político local, que através dos eventos religiosos conseguiam prestígio perante a população e afirmação de suas posições assumidas na sociedade coiteense.

Segundo a ex-secretária paroquial, Sr^a Ivonete Baldoíno, a nova postura adotada pelo padre desagradou muito uma influente pessoa do cenário político da cidade³³⁰, pois o padre não havia aceitado celebrar uma missa particular em intenção a uma única pessoa e nem receber colaboração pessoal pela celebração, como era de costume na região. Diante da recusa do padre, tal pessoa teria afirmado: “esse padre é diferente dos outros, [ela usou essa palavra], em todos os lugares, os outros padres celebram e recebem a colaboração, e esse aqui não aceitava.”³³¹

Nesse trecho, podemos perceber que as ações do padre na comunidade estavam gerando descontentamentos por ter rompimento com algumas tradições. A não aceitação à nova postura estava calcada na defesa das práticas que eram costumeiras nesse espaço social. Assim, a recorrência a antigos costumes era um meio de defesa que essas pessoas encontravam para assegurar privilégios dentro da instituição religiosa perante as mudanças.³³²

Enfim, procuramos mostrar o empenho dos religiosos Pe. Luiz Rodrigues, Pe. Antonio Elias Souza Cedraz e Ir^a. Marina Roseli, para conscientizarem seus fiéis de acordo com uma nova postura da Igreja³³³, preocupada com a vida, com a dinâmica das relações sociais e políticas e com os acontecimentos concretos do viver humano. Atuavam, também, de acordo com uma Igreja que procurava se libertar das vinculações estritas com os grupos tradicionais, política e economicamente dominantes, que se comprometia com a defesa dos direitos humanos e dos pobres e que pregava a dignidade da pessoa humana e de sua “*salvação integral*”.

³³⁰ A mesma preferiu não mencionar o nome dessa pessoa por razões pessoais.

³³¹ Entrevista concedida por Ivonete Baldoíno no dia 19 de dezembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

³³² O historiador Thompson, em *Costumes em Comum*, analisando o contexto da Inglaterra do século XVIII, afirma que “o costume era um campo para mudanças e disputas, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações” entendendo que a recorrência a costumes antigos seria uma estratégia de defesa ante o novo que oferece perdas.

³³³ Postura adotada a partir do Vaticano II e as conferências do CELAM, especialmente em Medellín e Puebla.

Muitos católicos não compreenderam ou não quiseram se adaptar a essa nova realidade experimentada na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité e reagiram contra ela, provocando intensos embates, é o que veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

CONFLITO NO CORETO

Os poderosos da cidade, que jamais haviam sido questionados, reagiram com extrema violência, desencadeando uma terrível campanha de difamação, com calúnias e perseguições contra Pe. Luiz e a Igreja. (...) passaram a insultar o padre, tachando-o de vigarista e ministro de satanás.

Carta do Conselho Paroquial de Conceição do Coité em 1997

Ao entardecer do dia 8 de dezembro de 1996 encerraram-se os festejos em homenagem à padroeira do município de Conceição do Coité, Nossa Senhora da Conceição, com a tradicional procissão pelas ruas da cidade, “repetindo a demonstração de fé que caracteriza o povo coiteense”³³⁴. Contudo o desfecho desse ato religioso, que reuniu milhares de fiéis na Praça da Matriz, foi marcado por “momentos tensos e desagradáveis, até então nunca vistos”³³⁵.

Todos os que estavam presentes foram surpreendidos por indivíduos ligados ao grupo político hegemônico local que, em meio à multidão, começaram a hostilizar o padre Luiz Rodrigues de Oliveira por causa do seu pronunciamento a respeito do cenário político, o qual “voltou a desagradar as ações de alguns vereadores e elementos da sociedade coiteense”³³⁶.

Esse rebuliço acontecido no coreto da Praça da Matriz expressou as tensões existentes entre os principais poderes locais, o eclesiástico e o político, a partir de 1989. Uma trama que envolveu vários sujeitos da sociedade coiteense, a ponto de alguns padres e seus seguidores conseguirem mudar algumas concepções do exercício político e a vivência do catolicismo nessa comunidade.

Este capítulo tem a finalidade de analisar o referido conflito, destacando as mobilizações de cunho político realizados pelos religiosos na sociedade coiteense, principalmente as ações do padre Luiz Rodrigues de Oliveira e as reações do grupo hegemônico local, liderados por

³³⁴ Jornal Coiteense, nº 12, Conceição do Coité, 13 de dezembro de 1996. p.1

³³⁵ Ibid;

³³⁶ Ibid;

Hamilton Rios de Araújo, frente à ação pastoral realizada pelos representantes da Igreja Católica de Conceição do Coité.

3. ALÉM DAS PAREDES DO TEMPLO

A nova postura assumida pelos religiosos que chegaram a Conceição do Coité a partir de 1989, especialmente as suas ações sociopolíticas, incitou diversas interpretações e *estranhamentos* entre a população coiteense, sobretudo entre seus fiéis. As atitudes realizadas pela hierarquia religiosa local na sociedade coiteense despertaram a indignação do poder político que não admitia a interferência desses religiosos, principalmente do padre Luiz Rodrigues de Oliveira, no campo político dessa comunidade.

Os desentendimentos entre o Pe. Luiz Rodrigues e os políticos ligados ao grupo de Hamilton Rios tornaram-se temas das conversas e burburinhos do cotidiano dos coiteenses durante a década de 1990, expressados nos jornais locais, que relatavam a contestação do representante católico frente a essas autoridades, algumas vezes, sob o termo pejorativo de *a novela do padre*³³⁷.

A confusão ocorrida no coreto, mencionada no início deste capítulo, aconteceu após o padre receber um voto de repúdio em 4 de novembro de 1996, pelos sete vereadores do município ligados aos *Vermelhos*. O motivo do repúdio foi em decorrência dos seus pronunciamentos na Igreja Matriz, “que, segundo eles, ofendeu a comunidade coiteense, indistintamente, homens e mulheres de bem, honrados, ao chamá-los de ‘cachorros’ e ‘cachorras’ e ‘assassinos em potencial’”³³⁸.

O voto de repúdio foi aprovado pelos mesmos vereadores que, dois anos antes, concederam, por unanimidade, o título de Cidadão Coiteense ao padre Luiz Rodrigues em reconhecimento do envolvimento desse religioso na “vida pública (...), sendo um dos responsáveis pela elaboração da Lei Orgânica do município e outras atividades educativas e culturais”³³⁹.

O reconhecimento da cidadania coiteense ao padre foi marcado por uma sessão pública no centro cultural do município. Reuniu uma parcela dos coiteenses e antigos paroquianos dos municípios onde o padre Luiz exerceu seu ministério. Os edis reafirmaram o compromisso do sacerdote na promoção de melhorias na educação e no incentivo da participação política dos

³³⁷ Jornal Coiteense nº 15, Conceição do Coité, 07 de fevereiro de 1997,

³³⁸ 28 de novembro de 1996

³³⁹ Jornal O Mensageiro ano I, nº1, Conceição do Coité, maio de 1991.

seus fiéis, argumentando que “a tarefa do padre não é apenas atrás do altar, mas ensinando seu povo a buscar pelos seus direitos”³⁴⁰

Um fato elucidativo das atividades realizadas pelo padre foi sua contribuição para o sistema de ensino de Conceição do Coité. Logo na sua chegada, realizou, com a colaboração de alguns professores, um trabalho pedagógico no curso de magistério do maior colégio estadual do município daquele período, o Colégio Polivalente, que passava por uma grave situação administrativa e pedagógica:

A deficiência é total, principalmente no ensino do 2º grau onde temos vários alunos revoltados pelas faltas de aulas que vêm acontecendo constantemente, devido à escassez de professores, causando revolta maior aos alunos da zona rural que vêm a procura do saber e, quando chegam, voltam frustrados, pois encontram no máximo um ou dois professores – quando dão sorte de encontrar. O então Ministro da Educação, senhor Carlos Santana, em visita ao nosso município, quando Secretário de Educação do Estado da Bahia, em conversa conosco no Colégio Polivalente, disse-nos: ‘Educação hoje, é ler bem e escrever bem’. Talvez pensando apenas nos votos, já que era candidato a Deputado Federal, não analisou a profundidade de sua afirmação e passa a contribuir com o crescimento do trem da alegria, acrescentando vários vagões, repletos de incompetência. Em função de atos irresponsáveis dessa natureza, nossas escolas estão doentes devido ao despreparo dos nossos professores³⁴¹.

No Distrito de Salgadália, contribuiu para a implantação do curso de magistério do Colégio José Ferreira, onde ministrava gratuitamente disciplinas específicas para a formação dos futuros professores. Em 1993, fundou a Associação Comunitária de Apoio à Educação e Cultura (ACAEC), como também o Educandário Divino Mestre, dirigido por ele durante três anos consecutivos, sendo auxiliado pelas Irmãs da Providencia de Gap e alguns leigos.

Devido à sua experiência profissional na educação, foi convidado por alguns vereadores a participar da comissão suprapartidária que lutaria em busca de uma instituição de nível superior para o município. Através da aprovação do projeto de Lei nº 8602/90, de autoria do Deputado Misael Ferreira de Oliveira, foi criado o Centro de Educação Superior de Conceição do Coité (CESCON), fruto das reuniões dessa comissão.

Entretanto todo o processo de luta para a aprovação dessa lei, como também a implementação e construção do CESCON foi permeado por conflitos político-partidários, sendo alvo de interesses dos políticos coiteenses, como relata o jornal *Tribuna Coiteense*:

A Faculdade de Eunápolis foi criada no mesmo dia e hora que foi criada a de Coité. Porém, a de Eunápolis, já vai funcionar no início do próximo ano, com o concurso Vestibular e tudo mais. A daqui, só funcionará no meio do próximo ano. Tudo isso

³⁴⁰ Videoteca da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. **Título de Cidadão Coiteense**. Conceição do Coité, 1994.

³⁴¹ Jornal *Tribuna Coiteense*, Conceição do Coité em 1988.

porque os “políticos” de lá acreditam na criação da mesma. Os políticos, daqui ficaram discutindo (e retardando) para ver quem seria primeiro o “Pai da criança”. Baita ignorância...” Outro grave problema que não foi sanado ainda em nosso município, diz respeito a CESCUN ... É que depois de muito bate-papo e lero-lero, até agora não se definiu onde vai funcionar provisoriamente a Faculdade. Existem setores que querem na Escola Agrícola, outros no CTL (antigo Santa Teresinha), outros, na Escola Polivalente, Wercelêncio, Antonio Bahia e Iêda Barradas. Como se vê, lugar é que não falta. O que está faltando é vergonha de nós todos para acabarmos de vez com toda essa politicagem desvairada³⁴².

O papel desempenhado pelo Pe. Luiz Rodrigues na criação desse centro superior foi bastante relevante. Participando desse processo, motivou seus paroquianos a irem às ruas clamarem contra a inoperância na implementação do CESCUN e exigir um maior comprometimento do poder público na efetivação dessa instituição educacional. Após a construção do CESCUN, foi nomeado pelo magnífico reitor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para assumir a direção da unidade. Todavia o seu envolvimento na implementação do CESCUN custou-lhe alguns desentendimentos, surgindo boatos, como ele mesmo afirma: “tomou um rumo de partidarismo e uma interpretação equivocada dos donos do poder, por achar que eu estaria disputando cargo político, querendo ser prefeito”³⁴³. Assim, constantemente publicava artigos nos jornais locais sobre esse processo, como o seguinte:

Formou-se uma comissão suprapartidária que foi ao Reitor e, daí, nasceu o projeto de Lei nº 8602/90 de autoria do Deputado Misael Ferreira. Votado a 03 de setembro, graças à gestão que fizemos junto aos deputados, sobretudo ao líder do Governo João Almeida. A verdade é esta. O mais é fofoca e politicalha tão mesquinha quanto o passado dos seus autores e tão estreita quanto o futuro que os aguarda. Saudamos a todos que empreenderam esforços para a conclusão desse sonho de modo especial ao Prefeito Ewerton Rios a quem cabe agora maior responsabilidade na consecução do projeto físico (instalações); saudamos a alunos e professores de hoje que serão o nosso futuro corpo discente, desejando que a primeira turma de alunos do CESCUN seja basicamente de Coité. Parabenizo a região do sisal por essa vitória, pedindo a todos que não deixem o barulho da ignorância sufocar os sussurros da educação. Para mim, sussurros de consciência³⁴⁴.

A implementação do CESCUN foi marcada por embates entre as lideranças políticas de Conceição do Coité, representadas pelos *Azuis* (PMDB/PSDB) e *Vermelhos* (PP/PFL), que disputavam entre si quem mais se empenhara na criação do centro superior.

Diante desses confrontos, padre Luiz Rodrigues foi alvo de hostilidades por parte do grupo político dominante (PP/PFL), devido a uma entrevista concedida a José Ribeiro, sucursal

³⁴² Jornal Tribuna Coiteense ano X, nº 62, Conceição do Coité, outubro de 1990.

³⁴³ Entrevista concedida por Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira no dia 19 de setembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

³⁴⁴ Jornal Tribuna Coiteense ano X, nº 61, setembro de 1990.

do jornal *Feira Hoje*, no dia 7 de março de 1991, em que relatava os problemas da educação em Coité, e principalmente sobre o projeto CESCÓN. Tal entrevista, publicada pelo jornal no dia 21 de março do mesmo ano, comentava que o padre destacava a atuação do Deputado Misael Ferreira (PMDB/PSDB) e o desinteresse do Prefeito Ewerton Rios (PP/PFL) na criação do CESCÓN, acirrando ainda mais os desentendimentos:

Pe. Luiz Rodrigues e o professor Felipe Cedraz valorizam o apoio do deputado Misael Ferreira e lamentam a falta de empenho do prefeito Ewerton Rios que em nenhum momento demonstrou interesse em encaminhar as reivindicações de nosso povo junto aos poderes estaduais somente porque o projeto da faculdade foi idealizado por uma facção política contrária à dele³⁴⁵.

No entanto, segundo o padre Luiz Rodrigues, a entrevista publicada omitiu inúmeros trechos e fez distorções que provocaram situações desagradáveis, como a desagregação da comissão e de outros setores ligados ao projeto pró-CESCÓN. Diante dessas deturpações, o padre enviou uma correspondência ao diretor-redator do *Feira Hoje* solicitando a retificação da nota publicada e exigindo esclarecimentos.

O padre relatou que se referiu ao professor Felipe Cedraz como um inspirador da luta pró-faculdade e negou a afirmação sobre a negligência do prefeito, pois, na própria matéria, havia afirmado que a doação do terreno para a construção da faculdade e a disponibilização de um prédio escolar para o funcionamento do centro superior foram garantidos pelo gestor municipal:

O que disse (está na fita!) é que até o momento em que eu lancei a campanha nas ruas, nenhuma autoridade, nenhum político do município (inclusive o prefeito) se interessou pelo projeto, talvez porque trazia a marca do Deputado Misael Ferreira. Olhe que isto (início da campanha) foi em agosto de 1989. Daí pra cá o prefeito tem estado à frente de todas as iniciativas que a comissão pró-CESCÓN tem empreendido. Eu seria injusto e leviano se afirmasse o que o jornal publicou como sendo declaração minha e, pior, do Prof. Felipe Cedraz que sequer participou da conversa³⁴⁶.

No sentido de evitar maiores constrangimentos, o religioso enviou uma correspondência a José Ribeiro pedindo providências cabíveis para o esclarecimento das distorções publicadas, como também enviou outra correspondência para o prefeito Ewerton Rios, esclarecendo o teor da entrevista. Porém tais solicitações não foram atendidas e não conseguiu evitar, segundo o

³⁴⁵ Jornal *Feira Hoje*, Feira de Santana, 21 de março de 1991.

³⁴⁶ Correspondência enviada ao Sr. José Ribeiro no dia 25 de março de 1991.

padre, as “fococas e ciúmeiras de cunho politiquieiro”³⁴⁷, sobretudo nos trabalhos da comissão empenhada com implementação dessa instituição de ensino.

Apesar do cuidado do religioso em esclarecer tais distorções, não conseguiu minimizar os desentendimentos com o grupo ligado ao prefeito, principalmente pelo fato de esse representante católico pontuar a participação dos setores envolvidos e impedir que o prefeito ou outros políticos utilizassem o CESCEN como proeza de algum partido ou uma “obra eleitoreira”.

O envolvimento do Pe. Luiz nas discussões de implementação e na mobilização junto à população para a conquista da instituição superior foi interpretado pelos poderes locais como um mecanismo para buscar popularidade e prestígio com a finalidade de pleitear posteriormente algum cargo público, pois um sacerdote deveria se interessar apenas por assuntos ligados ao sagrado, à fé.

Esse entendimento, por parte das autoridades, possivelmente fora gerado e nutrido pela postura do religioso de discutir as decisões políticas e fomentar espaços para uma formação cidadã dos seus leigos, atitude bastante diferenciada da ação pastoral de outros religiosos da região e daqueles que anteriormente administraram a paróquia. Todavia, em Riachão do Jacuípe, região que também estava sob a jurisdição da Diocese de Feira de Santana, no ano de 1992, chegou a essa comunidade o Pe. Silvino que realizou uma ação pastoral semelhante à empreendida na paróquia de Coité. A ação pastoral efetivada por esse religioso foi objeto de estudo de Marinélia Souza, que analisou o objetivo dele de “implantar entre os jacuipenses novos comportamentos, novas práticas sociais com um discurso carregado de signos libertários que desclassificavam a cultura política e religiosa local”³⁴⁸. Todavia essa ação foi interpretada pelos representantes do poder local como uma jogada política do religioso para alcançar o poder político de Riachão³⁴⁹.

As ações realizadas pelos novos religiosos na sociedade coiteense repercutiram pela cidade e contribuíram para o engajamento de muitos fiéis católicos na nova realidade de ação social desenvolvida pela Igreja Católica, como também, dividiu a opinião da população coiteense a respeito das atitudes assumidas pelos novos clérigos.

Os artigos de cunho sociopolítico escritos pelo Pe. Luiz Rodrigues nos jornais locais, que discutiam as conjunturas sociais, revelavam o desejo dos religiosos em contribuírem para

³⁴⁷ Entrevista concedida por Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira no dia 19 de setembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

³⁴⁸ SILVA, Marinélia, 2005, op. cit., p. 115-116.

³⁴⁹ Ibid;

as mudanças das relações sociais e políticas dessa comunidade marcada pelas relações de clientela, um exemplo disso, é o trecho seguinte a respeito das eleições de 1989:

A democracia é interessante e nos faz pensar... Mais ainda as eleições! Pensar no que não pensaram os eleitores que sufragam esses subprodutos do atraso, do coronelismo, da corrupção e da ditadura tupiniquim. Essas eleições, verdadeiramente, não nos levam a vislumbrar a porta do século XXI, mas, ao contrário, nos fazem retroceder muitos anos!³⁵⁰

O informativo mensal da paróquia, *O Mensageiro*, lançado em 1991, significou um importante espaço para mostrar a necessidade de os católicos participarem das discussões sobre a realidade social de seu município, pois o jornal visava a informar o maior número possível de fiéis e “formar a consciência de todos quantos em meio às trevas torna-se objetos de difícil manipulação por partes de órgãos de comunicação a serviço de interesses de grupos menores.”³⁵¹

Constantemente, os novos religiosos reforçavam a postura de refletir sobre as realidades social e política de Conceição do Coité e de criar espaços para as discussões dos problemas que afligiam a população do município inspirados nas orientações do Concílio Vaticano II, o que pode ser percebido no primeiro número do informativo paroquial:

Por que um boletim paroquial? Eis a pergunta que certamente aflorará dos lábios de alguns. Porque há quase trinta anos o concílio Vaticano II (1963) ao promulgar o decreto *Inter Mirifica*, dizia que ‘a imprensa, o rádio, o cinema e a televisão são instrumentos que retamente empregados, representam subsídios valiosos ao gênero humano’ (...). Neste primeiro de maio, dia do trabalhador, homenageamos os operários de nossa terra, oferecendo-lhes um instrumento de informação de suas atividades e de formação da consciência crítica de todos, sobretudo dos jovens.³⁵²

Em face dessa postura na imprensa local, o pároco parece sentir-se estimulado a aprovar e incentivar, em seus artigos, uma discussão em sintonia com os postulados do decreto *Inter Mirifica*, que reconhece os meios de comunicação como instrumentos para comunicar valores, propor novos diálogos com a comunidade e promover formação para a cidadania. A abordagem dialógica da comunicação para a cidadania nos documentos do Vaticano II significou “um reencontro dos fiéis com a Igreja Católica e a redescoberta da comunicação como um

³⁵⁰ Tribuna Coiteense ano X, nº 62, Conceição do Coité, outubro de 1990.

³⁵¹ Jornal O Mensageiro ano I nº1, Conceição do Coité, maio de 1991

³⁵² Ibid;

instrumento de evangelização e de construção da consciência crítica diante dos problemas da sociedade”³⁵³

As diretrizes assumidas pela Igreja Latino-Americana em suas conferências episcopais também foram um importante elemento para a legitimação da ação desses religiosos, principalmente a opção preferencial pelos pobres declarada em Puebla. A escandalosa realidade de desequilíbrios econômicos e sociais na América Latina exigiu essa opção por parte da Igreja como meio de estabelecer uma convivência humana digna e, através de sua ação social, construir uma sociedade justa e livre.³⁵⁴

Destarte, Flávio Alves discute que a Conferência Episcopal de Puebla, ao ressaltar a opção da Igreja pelos pobres, contribuiu para que na América Latina fortalecesse um movimento de reflexão teológica que buscou nos pobres o ponto central para compreender a mensagem cristã numa prática pastoral de denúncia das profundas injustiças derivadas de mecanismos opressores.³⁵⁵ Salienta que a opção preferencial pelos pobres inspirou toda a caminhada da Igreja latino-americana das últimas décadas, visto que:

Não é por acaso que tanto Medellín quanto Puebla comecem analisando a realidade humana e social latino-americana antes de falar da Igreja e da evangelização. Este modelo eclesiológico aspira a ser não só Igreja para os pobres, mas uma Igreja dos pobres e com os pobres. As CEB's representam o ponto gerador e explicitador desse modelo eclesial mais ligado ao povo.³⁵⁶

Norteados pelas novas orientações, os novos religiosos ampliaram o espaço de reflexão e formação cidadã na região. Em 1995, assinaram um “contrato com a Rádio Regional de Serrinha e com a TV Cultura do Sertão, Canal 8, de Conceição do Coité, para a transmissão da missa dominical, às 08:00 horas”³⁵⁷. Dessa maneira, suas pregações passaram a ser ouvidas e vistas pela população dos municípios próximos a Coité, repercutindo ainda mais suas posturas políticas no cotidiano da sociedade sisaleira.

O traço marcante das pregações desses religiosos, sobretudo do padre Luiz Rodrigues, nas celebrações eucarísticas, era relacionar a mensagem evangélica com os problemas sociais. O discurso religioso, pelo qual legitimava a ação dos católicos no processo de conscientização e transformação da realidade social, tinha como base o anúncio do Reino de Deus que se

³⁵³ PIRES, P.V. G; GOBBI, M. C. **Comunicação para a cidadania nas memórias dos 50 anos do Concílio Vaticano II**. Anais do VII Eclesiocom. Volume 1, Número 1. São Bernardo: UMESP, 2012. Disponível em: <http://www2.metodista.br>. Acesso em: 10/09/2012.

³⁵⁴ CELAM, 2005, op. cit., p. 551.

³⁵⁵ ALVES, Flávio Luis. 2011, op. cit.

³⁵⁶ Ibid, p. 78.

³⁵⁷ Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, p. 89 v.

concretizava na luta pela justiça e pela verdade, elementos corroborantes para a libertação total do homem em sua dimensão terrestre e transcendente.

Nesse sentido, os religiosos estimulavam em seus fiéis a vivência de uma fé preocupada com as mudanças estruturais que a sociedade necessitava, argumentando que o seguimento a Jesus Cristo exigia um compromisso com a justiça social e a verdade, sendo necessário ser revelada em atitudes na comunidade. Tal entendimento pode ser percebido no seguinte trecho de um sermão do pároco durante uma celebração do mês da Bíblia, em setembro de 1996:

“A gente precisa ser ‘transparente’, ser espelho, não é bom a gente tá dizendo coisas e fazermos outras. Isto não é evangelho. A gente não é melhor, o cristão não é melhor, o cristão é diferente. É diferente por quê? Porque é capaz de se insurgir contra as situações do cotidiano, do dia a dia, a mesmice que toda hora está nos levando a fazer o que todos fazem. Nós não podemos e nem devemos fazer o que todos fazem, nós precisamos fazer diferente. E fazer diferente qualitativamente e melhor do que os outros fazem. Como é que é ser cristão? É como Jesus fora. Diante das situações concretas, como era que Jesus agia? Seja por palavras e pelos atos? E nós somos seguidores de Jesus, nós não somos divulgadores, propagandistas de Nosso Senhor. Nós não estamos vendendo um produto, nós não somos da mídia da publicidade. Nós usamos a mídia para comunicar nosso modo de ser diferente, nós estamos agindo diferentemente, nós somos diferentes porque Jesus é diferente, é essa a proposta do evangelho. Não é para dizermos palavras, copiar coisas bonitas, quão bonito seria, quão eficaz seria, quão diverso seria, se nós os cristãos assumíssemos a nossa fé, assumíssemos a nossa Igreja, os nossos compromissos. Se nós puséssemos mesmo diante de nós um único e verdadeiro Senhor: só temos um, Jesus Cristo. Não, nós temos vários senhores, é melhor aquele, a gente gosta disso, a gente vai com aquilo. A gente vai navegando, se apoiando em estruturas podres, carcomidas, em mitos que passam. Jesus não passa, Jesus continua. Se nós nos apegássemos e se nos aferrássemos a essa verdade, nós não continuaríamos sendo parecidos com os outros, nós não somos parecidos, nós somos diferentes. O cristão é diferente, se nós nos firmássemos mesmo nisso, nós seríamos para sempre os seguidores, os anunciadores de Nosso Senhor e não os propagandistas de um projeto, de um discurso vazio. O nosso projeto, o plano de Deus é eficaz para todos os homens em todos os tempos e lugares. Nós queremos ser isto: seguidores de Nosso Senhor. E aí teremos entendido o perdão, o amai-vos uns aos outros, teremos entendido um montão de verdades da nossa fé que tantas vezes proclamamos, mas tão poucas vezes assumimos.”³⁵⁸

O discurso da promoção e libertação total da pessoa humana empreendido por esses clérigos é percebido nos relatos dos leigos que participavam dos conselhos paroquiais, os quais revelam a necessidade de um esclarecimento sobre o sentido da política como uma via para a libertação:

Os poderosos não entenderam a postura do novo pastor que buscava conscientizar os menos esclarecidos do verdadeiro sentido da política. Nas suas pregações, orientavam-nos no sentido de que a conversão política consiste em procurar nos acontecimentos que se verificam no mundo um valor permanente que pode identificar-se com a

³⁵⁸ Videoteca da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. **Alguns pronunciamentos de Pe. Luiz na Igreja.** Conceição do Coité, 1996.

libertação. E que uma conversão política supõe e exige uma reflexão, uma pesquisa que não se realiza só teoricamente, mas na ação.³⁵⁹

Dessa maneira, fica patente que esses religiosos compartilhavam do universo dos documentos da Igreja³⁶⁰ que entendem a justiça social como conteúdo da evangelização associada ao plano da Redenção, sendo dever da Igreja anunciar tal libertação e “dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total”³⁶¹. Daí a necessidade de denunciar as estruturas sociais geradoras de injustiça, pois compactuar com elas seria uma verdadeira incoerência evangélica.

O fundamento teológico apresentado por esses documentos para a compreensão do problema da justiça, como uma dimensão da fé, perpassa pela “convicção de que o ser de Deus é um mistério de comunhão de pessoas e que todo amor entre os homens nos torna participantes do Deus que é amor”³⁶². Assim, a injustiça rompe na comunidade eclesial a imagem autêntica de Deus como Senhor em comunhão, pois “não há nada contraditório como crer na comunhão pela fé e destruir a comunhão através da injustiça. A negação é total. A injustiça dos cristãos é o *ateísmo prático* mais grave da história.”³⁶³

Luiz Wanderley em seu trabalho sobre a Doutrina Social da Igreja e o Vaticano II na perspectiva sociopolítica³⁶⁴, com base nos estudos de Antonich e Sans³⁶⁵, enfatiza que o eixo do ensino social da Igreja é a *pessoa solidária* dotada de uma dupla relação: para si mesmo e para fora de si mesmo, com o mundo, com os outros e com Deus³⁶⁶. Dessa concepção deriva a exigência de uma convivência solidária e uma:

passagem de uma ética individualista para uma ética personalista: o que leva a reconhecer, no outro, a dignidade pessoal que cada um reclama para si; ética que nos abre para o amor aos outros, inclusive aos adversários; exigência de compromisso com a vida de todos, particularmente dos pobres; necessidade de responsabilidade e participação; busca do bem comum; a causa da justiça, da paz e dos pobres não admite neutralidade; há um compromisso pela libertação integral; destaque para os grupos intermediários, entre o indivíduo e a sociedade geral; acento na participação popular

³⁵⁹ Carta dos Conselhos Pastoral e Administrativo endereçada ao bispo de Feira de Santana, D. Itamar Vian, em 23 de março de 1996.

³⁶⁰ Sendo os principais, os documentos das Conferências de Medellín e Puebla, como também, a encíclica *Populorum Progressio*, e a exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*, ambas de Paulo VI.

³⁶¹ ANTONCICH, R.; SANS, J. M. M. **Ensino Social da Igreja**. Série IV: a Igreja, sacramento de libertação. Tomo XI, 3ª ed., Petropolis, RJ: Vozes, 1992, p. 266.

³⁶² *Ibid*, p. 275.

³⁶³ *Ibid*, p. 276.

³⁶⁴ WANDERLEY, Luiz Eduardo. Notas sobre a Doutrina Social da Igreja Católica DSI, e o Vaticano II, na perspectiva sócio-política. In: **Revista Nures**. Nº 3. São Paulo: PUC-SP, 2006.

³⁶⁵ ANTONCICH, Ricardo, e SANS, Jose Miguel M. (1986). **Ensino social da Igreja**. Trad. de Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes.

³⁶⁶ WANDERLEY, Luiz Eduardo, 2006, op. cit.

e nas organizações intermediárias, que lutam pela transformação social e busca de estruturas mais justas.³⁶⁷

A vivência desse *catolicismo de libertação* possibilitou o engajamento de alguns leigos nas ações do padre e na indicação pela instituição, de candidatos, ligados à Igreja, para a disputa eleitoral, como uma ação concreta do laicato no compromisso de “ordenar as realidades temporais para pô-las a serviço da instauração do Reino de Deus”³⁶⁸. Nesse sentido, contribuíram para alterar a concepção de que a religião deveria estar distante das realidades terrestres, como também de que as discussões políticas só poderiam acontecer entre os representantes e os espaços legalmente instituídos para este fim, e não por um sacerdote, e nem na comunidade eclesial.

Portanto, com base nessa proposta evangélica, a presença dos religiosos nos ambientes políticos, vistos pela maioria da população e, principalmente, pelas autoridades como espaços desprivilegiados para o sagrado, era legitimada e apoiada pelos seus seguidores. Os leigos incorporados por esses discursos motivavam as discussões sobre a realidade social de sua cidade em seus espaços eclesiais, de forma especial nas CEB's.

O trabalho desenvolvido nas comunidades eclesiais de base por padre Antonio Elias e a Ir.^a Marina Roseli foi de grande importância, pois contribuiu para o fortalecimento das atitudes concretas de recusa às estruturas de opressão e mobilizaram lideranças na luta pela libertação e pela justiça. As CEB's constituíram-se num importante espaço de debate e reflexão dos problemas sociais, visto que, ao mesmo tempo em que os leigos exprimiam a sua fé, tomavam consciência da situação social, especialmente da comunidade coiteense:

Elas permitiram assim o desenvolvimento de uma consciência crítica nos meios populares que elas atingiram, o que as levou, pouco a pouco, a se mobilizarem para atingirem seus objetivos e defenderem seus direitos³⁶⁹.

A ação evangelizadora desses religiosos ampliou-se graças ao uso de diferentes formas de comunicação social atingindo diversas localidades da sociedade coiteense. Além da presença do padre Luiz aos domingos nas transmissões da missa pela TV Cultura do Sertão, sua participação como um dos apresentadores do programa *Sertão em debate*, nessa mesma rede de comunicação, foi uma importante “janela” para a população observar a posição e as concepções políticas desse religioso.

³⁶⁷ Ibid., p. 4.

³⁶⁸ CELAM, 2005, op. cit., p. 482.

³⁶⁹ LESBAUPIN, Ivo. Comunidades de Base e ação social. In: **Revista Praia vermelha. I semestre**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. p.180.

Esteve algumas vezes presente na Câmara de Vereadores de Conceição do Coité reivindicando melhores salários e formação profissional para os professores municipais, como relata a ex-secretária paroquial: “Eu me lembro que padre Luiz foi à Câmara de Vereadores falar dos salários dos professores e muitas outras coisas, estava envolvido, ele não era apenas um padre de celebrar missa e sacramentos”.³⁷⁰

Outro exemplo dessa ação ocorreu em 1991, quando o religioso solicitou em um documento escrito para o presidente da Câmara de Vereadores, Renaldo Sampaio Silva, uma profunda análise sobre a aprovação da lei na qual aumentava os vencimentos do chefe do executivo e dos próprios legisladores, questionando se tal ação estava levando em consideração a Lei Orgânica do Município e o comprometimento ético de cada um deles com o poder público:

Todos nós (os senhores também) alguns até em programas radiofônicos criticamos o escandaloso aumento dos vencimentos dos deputados estaduais há poucos meses, não é verdade? Nossa memória é tão fraca a ponto de já não nos lembrarmos mais disso? (...) Todos somos cidadãos e contribuintes. O dinheiro da prefeitura não é capital de empresários, é suor e sangue do trabalhador coiteense³⁷¹.

A interferência do Pe. Luiz nas decisões políticas dessa sociedade era vista pelos leigos como um ato de coerência com o seu discurso, pois suas atitudes e intervenções no cenário político condiziam com a postura defendida no altar³⁷². Todavia essa visão de que o padre realizava uma ação segundo os preceitos evangélicos não era unânime entre os fiéis coiteenses. Contudo seu testemunho deixou profundas marcas na sociedade coiteense e despertou algumas lideranças a se mobilizarem contra a forma de governar do grupo hegemônico, como também no engajamento de muitos fiéis nos movimentos sociais que ansiavam por uma sociedade mais justa e fraterna.

A mobilização empreendida pelo grupo de católicos, seguidores da Teologia da Libertação, com certeza incomodava as autoridades políticas locais, pois a postura do padre era encarada como uma afronta à ordem estabelecida e um mecanismo para adquirir prestígio político. A nova maneira de agir provocou uma forte reação do poder municipal, criando, assim, um estado de tensão entre os dois poderes.

Foi por isso que a indignação do padre frente ao voto de repúdio, expedido pelos vereadores pertencentes ao grupo hegemônico, foi entendida por uma parte da população, principalmente a ligada aos *Vermelhos*, como “um horrível e lamentável espetáculo”³⁷³

³⁷⁰ Entrevista concedida por Ivonete Baldoíno no dia 19 de dezembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

³⁷¹ Correspondência enviada à Câmara de Vereadores pelo padre Luiz Rodrigues Oliveira no dia 20/02/1991.

³⁷² Carta dos Conselhos Pastoral e Administrativo, Conceição do Coité, em 1 de setembro de 1997.

³⁷³ Jornal Coiteense, nº 12, Conceição do Coité, 13 de dezembro de 1996, p. 2.

protagonizado pelo pároco, ao amargar mais uma derrota do seu candidato no pleito eleitoral. Entendia também que sua interferência no campo político local não era adequada à função de guia espiritual do povo, germinando divisão e discórdia entre as famílias coiteenses.³⁷⁴

3.1 MOTIVAÇÕES DO CONFLITO

O conflito ocorrido entre os representantes da Igreja Católica local e os membros do grupo dos *Vermelhos* foi motivado, principalmente, pelas ações pastorais realizadas pelo padre Luiz Rodrigues de Oliveira na comunidade coiteense. Para os leigos engajados na instituição religiosa, “a postura do pároco abalou a estrutura do grupo político dominante, que tinha na Igreja Católica de Conceição do Coité uma aliada, um ponto de sustentação e perpetuação de poder, definida nas relações clientelistas.”³⁷⁵

O fato de os *Vermelhos* perderem o pleito eleitoral de 1992 e alguns dos seus importantes membros não possuírem mais espaços de destaque na Igreja foi um acontecimento que levou os leigos interpretarem que as ações do pároco contribuam para ameaçar o poder dos políticos vermelhos. As mudanças articuladas pelo padre Luiz na dinâmica da própria instituição religiosa, no que se refere aos costumes presentes no cenário religioso da região, provocaram estranheza entre seus fiéis, como também nas autoridades políticas.

A ausência dos políticos nas comissões de preparação da Festa de Nossa Senhora da Conceição do Coité, evento que tradicionalmente reunia as principais figuras políticas coiteenses que contribuam com inúmeros donativos à instituição, com certeza, gerou ressentimentos contra o novo pároco. A participação como coordenadores da festa era vista por muitos políticos como um meio para assegurar a manutenção de seus privilégios e reforçar seu papel de mando perante a população.

Muitos novenários que também aconteciam em preparação à grande festa da padroeira tornaram-se um privilegiado espaço para conciliar a mensagem evangélica com a situação social em que se encontrava a população. Ao direcionarem os temas das nove noites à reflexão sobre as condições socioeconômicas e o papel social dos cristãos na resolução dos problemas sociais, incomodavam aqueles que viam como uma verdadeira incoerência a preocupação da Igreja em discutir questões ligadas ao “mundo”.

³⁷⁴ Ibid;

³⁷⁵ Carta dos Conselhos Pastoral e Administrativo endereçada ao bispo de Feira de Santana, D. Itamar Vian, em 23 de março de 1996.

Além disso, o fato de o padre não celebrar missas particulares, como as destinadas ao aniversário de importantes políticos e nas vitórias dos políticos nos pleitos eleitorais, de acordo com o depoimento de uma das primeiras funcionárias da paróquia³⁷⁶, foi um elemento que contribuiu para os embates entre esses atores sociais.

O objetivo de deixar a Igreja longe da influência política e da dependência econômica do grupo político dominante, segundo Ivonete Baldoíno, foi uma das principais causas do conflito ocorrido entre os padres e os “políticos vermelhos”, rompendo, assim, com os “Bons Tempos” em que esses sujeitos dividiam os mesmos altares e quando os costumes entre as duas instituições se fortaleciam.

A participação dos religiosos nas discussões políticas a respeito dos problemas sociais do município, entendendo que o espaço político era um direito de todo cidadão, gerou embates, como relata a depoente: “então eu acho que esse foi o ponto principal que levou esses conflitos políticos, mesmo porque Pe. Luiz não teve somente essa ação política no sentido não partidário, mas no sentido da cidadania.”³⁷⁷

Os leigos viam claramente a ação política nas mobilizações lideradas pelo padre contra a criminalidade, a insegurança nas estradas e pela dignidade dos servidores públicos³⁷⁸, ainda mais para denunciar as irregularidades empreendidas pela administração pública, como o “parecer emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios pela rejeição das contas do executivo referentes aos exercícios de 1989 e 1992, sendo que num desses houve rejeição pela Câmara de Vereadores.”³⁷⁹

A maneira pela qual esses religiosos entendiam a política contrariou muitos que não concordavam com o envolvimento de padres em assuntos que não fossem religiosos, ainda mais quando os religiosos discutiam em seus sermões na missa assuntos sobre a realidade sociopolítica do município. Esse conjunto de atitudes provocou desentendimentos entre os religiosos e os políticos do grupo hegemônico. Aqueles que estavam “temerosos com o discurso do sacerdote”³⁸⁰ iniciaram, segundo as cartas pastorais analisadas, acusações e perseguições aos representantes da Igreja Católica local.

³⁷⁶ Entrevista concedida por Ivonete Baldoíno no dia 19 de dezembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

³⁷⁷ Ibid.

³⁷⁸ Carta dos Conselhos Pastoral e Administrativo endereçada ao bispo de Feira de Santana, D. Itamar Vian, em 23 de março de 1996.

³⁷⁹ Ibid.

³⁸⁰ Ibid.

Segundo o depoente Francisco de Assis³⁸¹, um dos motivos preponderantes das frequentes contestações manifestadas pelo padre contra a administração dos *Vermelhos* foi constatar, durante suas visitas às comunidades rurais do município, a situação de miséria e abandono ao qual a população estava submetida.

Diante disso, começou a indagar sob quais bases a liderança de Hamilton Rios fora constituída e por que era um líder incontestado, uma vez que, na prática, em termos de obras de assistência social, de prestação de serviços e de desenvolvimento, o município estava aquém do desejável. Indignado, o Pe. Luiz Rodrigues se dispôs a enfrentar o grupo político dominante, o que lhe valeu constantes perseguições.

Nas eleições de 1992, para se opor ao candidato do grupo político que ocupava o poder, apoiou publicamente a candidatura de Diovando Carneiro Cunha e de Misael Ferreira de Oliveira, representantes dos *Azuis* no pleito do poder executivo. Sua atitude acirrou ainda mais os desentendimentos com os *Vermelhos*, pois pela primeira vez, um representante da hierarquia clerical local não estava compartilhando dos mesmos interesses do grupo dominante.

Os leigos comentam que muitos fiéis que não concordavam com o envolvimento da Igreja na dimensão política, nesse período, deixaram a instituição ou não frequentaram mais as celebrações presididas pelo padre Luiz³⁸². É possível supor que muitos compreenderam a decisão do padre em apoiar o candidato dos *Azuis* como uma contradição dos seus ensinamentos, visto que ambos os partidos compartilhavam de práticas políticas semelhantes, não sendo possível verificar um diferencial político que induzisse o sacerdote a apoiar publicamente um dos partidos ou verificar em Diovando uma mudança política que atendesse os preceitos difundidos pelo padre.

A própria trajetória política de Diovando Cunha pode ter influenciado na compreensão de alguns fiéis sobre o posicionamento do pároco nas eleições de 1992. Apesar de Diovando iniciar sua vida política junto aos *Azuis*, em 1982, sendo o vereador mais votado do município e se tornar em 1985 o presidente da Câmara, decidiu nas eleições de 1988 participar da chapa dos *Vermelhos* como vice do poder executivo. As razões para o rompimento de Diovando com os *Azuis* podem ser observadas na análise de Samara Silva³⁸³ que argumenta o fato de Diovando

³⁸¹ Entrevista concedida por Francisco de Assis Alves dos Santos, no dia 19 de dezembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

³⁸² Entrevistas concedidas por Francisco Alves, Ivonete Balduino e Nilson Oliveira em 2009, na cidade de Conceição do Coité.

³⁸³ SILVA, Samara Suélen Lima. da. **O Prefeito do coração: a ascensão de Diovando Carneiro no contexto político tradicional de Conceição do Coité entre 1992 e 1996**. 2010, 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

Cunha não ter sido “apegado” ideologicamente a nenhum partido político e o apoio que ele recebeu dos *Vermelhos* para desenvolver seu serviço assistencialista à comunidade coiteense.

Vando residia na Fazenda Lagoa do Veado, e sendo um dos poucos a possuir carro na região, sempre era cogitado para prestar algum serviço dando início a uma prática de auxílio às pessoas que buscavam por sua ajuda. Era comum encontrar a sala da sua casa ocupada por conhecidos e desconhecidos, que passavam a noite em colchonetes, para durante a madrugada ser transportados para algum hospital fora do município. Como a prefeitura não ofertava esse serviço para a comunidade, visto que não possuía ambulância, ele se dispusera a transportar aqueles que precisassem de acompanhamento médico em Salvador ou Feira de Santana, assim como também socorrer os moradores daquela localidade em casos de emergência³⁸⁴.

Samara Silva³⁸⁵ destaca que tais práticas de assistência à população coiteense, carente de serviços básicos, já faziam parte da própria história de vida de Diovando Carneiro, descaracterizando essa ação como um meio destinado a conseguir prestígio político. Em todo o período que assumiu cargo político, Diovando continuou prestando esse serviço que o ajudou a formar uma profunda relação de proximidade com os mais pobres, pois pertencia ao mesmo lugar de origem deles, “do mesmo lar e, portanto, uma grande família, onde uns ajudam aos outros”³⁸⁶. A popularidade alcançada por prestar assistência às pessoas pobres contribuiu para consolidar a sua imagem de caridoso e de um homem sem interesses politiquieiros, a ponto de ser apelidado de “Irmã Dulce de Coité”³⁸⁷:

A relação que tinha com Irmã Dulce para dar assistência aos carentes, o apego à religiosidade, transmitia a ideia de que suas obras não tinham interesse político, mas era um compromisso cristão com o outro, tido como irmão, reconhecendo nele um ser desinteressado e, portanto, diferente dos demais³⁸⁸.

Segundo Silva, o serviço prestado por Diovando foi decisivo para ele enveredar nos caminhos da política e responsável pelo interesse de os partidos o terem como aliado político. Próximo às eleições de 1992, os dois grupos políticos coiteenses desejavam a figura desse homem em suas chapas eleitorais, sendo os *Azuis* o grupo escolhido por Diovando devido às seguintes circunstâncias:

O “herói popular” parecia representar uma ameaça para as lideranças tradicionais locais, que não queriam deixar o poder nas mãos de um “carregador de defunto”, “tabaréu”. Além disso, era preciso manter a tradição familiar e Vando não fazia parte

³⁸⁴ Ibid., p. 25.

³⁸⁵ SILVA, Samara, 2010, op. cit;

³⁸⁶ Ibid., p. 25.

³⁸⁷ Recebeu esse apelido devido à relação de proximidade que manteve com Irmã Dulce ao encaminhar muitos coiteenses doentes a suas obras assistenciais.

³⁸⁸ Ibid., p. 27.

da estirpe. Na oposição, o líder dos azuis, Misael Ferreira, já havia disputado três eleições mal sucedidas, para prefeito em 1972 e 1982 e uma para Deputado em 1990, e não se achava em condições de encabeçar outra campanha tão próxima. Alguns amigos de Diovando o incentivavam a se lançar para prefeito, mas o grupo de Hamilton Rios descartara esta possibilidade. Deste modo, os representantes dos “azuis” percebem no então vice-prefeito uma chance de conquistar o poder, em decorrência da popularidade que o mesmo havia adquirido. (...)E foi isso que as lideranças representantes do PMDB e PL fizeram, motivados por interesses de ambos os lados, montaram uma aliança entre Diovando Carneiro e Misael Ferreira para disputar o cargo de prefeito em Coité³⁸⁹.

Os *Vermelhos*, diante dessa forte articulação promovida pelos *Azuis*, que reuniu o carisma de Diovando e o respaldo político de Misael, escalaram para o pleito eleitoral de 1992 o seu líder, Hamilton Rios de Araújo, e Jorge Tirço, ambos grandes empresários e possuidores de um expressivo poder econômico.

Em 1992, Diovando e Misael lançaram, filiados ao Partido Liberal (PL), a chapa *Governo do Coração*, sendo esse o slogan da campanha, esta realizada sem muitos alardes em comparação aos seus adversários que, além de possuírem uma força tradicional e econômica, possuíam um principal meio de comunicação no período, a Rádio Sisal. Assim, utilizaram todos os meios para garantir a manutenção da máquina administrativa em suas mãos. Todavia os grandes vitoriosos foram os *Azuis*, uma conquista que significou o “triunfo contra a máquina da prefeitura, montada a favor do líder tradicional que tinha ao seu lado o dinheiro e o apoio das lideranças estaduais”³⁹⁰ e a certeza de que “a personalidade e a cordialidade de Diovando Carneiro foram decisivos”³⁹¹.

Outros fatores também podem explicar essa conquista da “azulada”, como, por exemplo: o desgaste político do ex-prefeito Hamilton Rios que, em seu último mandato (1982-1988), abandonou o cargo do executivo para se dedicar ao planejamento de estratégias políticas e garantir sua influência no pleito eleitoral estadual de 1990. Atitude tomada em decorrência da vitória de Waldir Pires na candidatura ao governo estadual em 1986, apoiado pelos *Azuis* e principal adversário de Antônio Carlos Magalhaes. Essa postura de Hamilton suscitou nessa comunidade discussões sobre seu compromisso na administração do município, sendo publicado em alguns artigos do Jornal *O Coiteense*:

Ao invés de habilidade fugiu da sua responsabilidade, proclamando: “daqui a um mês, Emério, você assumirá a Prefeitura e eu irei fazer a campanha do meu candidato para dar uma surra na azulada”; CABERIA – ao intransigente Prefeito, demonstrar os exemplos do seu famoso catedrático ACM, a capacidade administrativa e de liderança que se diz possuidor. (grifos do autor)³⁹²

³⁸⁹ Ibid., p. 29.

³⁹⁰ Ibid., p.36.

³⁹¹ Ibid.

³⁹² Jornal O Coiteense, nº 167, ano XXI, Conceição do Coité, 23 de maio de 1987, p. 2.

De certa forma, este comportamento de Hamilton contribuiu para que seus adversários associassem a sua imagem à característica de um político que utilizava da esfera pública para defender seus próprios interesses e que, diante das derrotas, “normalmente perdia as estribeiras, (...) um político acuado e temeroso, tenso e irritado, ofensivo e deselegante”³⁹³, em detrimento à imagem carismática, humilde e prestativa de Diovando Carneiro da Cunha, favorecendo, assim, a campanha da oposição que utilizava o relacionamento do seu candidato com a população carente do município como sua principal estratégia política.

Além disso, o apoio do padre Luiz Rodrigues, como relata o depoente Francisco de Assis, foi um fator relevante para fortalecer ainda mais campanha dos *Azuís*:

Na eleição de 92, fruto disso, ele certamente encorajou as lideranças da oposição que se articularam em torno de um dissidente de Hamilton Rios, no caso Diovando Carneiro, e o padre Luiz se não apoiou formalmente, se não o levou ao palanque o Diovando Carneiro, mas de tanto falar e de tanto criticar Hamilton Rios acabou beneficiando, e muito, a candidatura de Diovando Carneiro que veio a derrotar pra surpresa de muitos Hamilton Rios nas urnas em 92. Enfim, sem padre Luiz eu acredito que seria muito difícil ou talvez impossível que Diovando teria vencido aquelas eleições. Padre Luiz era a pessoa que unia as oposições em torno da campanha anti-Hamilton Rios, o próprio Hamilton Rios e o grupo dele não esperava que alguém pudesse reagir a ele, ao mando e desmando dele no município, e padre Luiz teve essa coragem. É bom a gente lembrar que padre Luiz era um sujeito muito popular primeiro porque era um intelectual, segundo porque tem um discurso muito bom, terceiro porque ele se embrenhou na sociedade coiteense. (...) Ele se envolvia nos problemas da comunidade, nos problemas do município, nos problemas sociais diversos, fazia passeatas contra a violência no município era uma liderança incontestada, e a sua liderança ainda não tinha sido combatida, o padre Luiz não tinha sofrido ainda uma campanha de difamação forte pelo grupo chamado *Vermelhos*, cujo líder principal é o Hamilton Rios, ao perder as eleições em 92 eles despertaram pro tamanho do padre Luiz e o desgaste que ele houvera provocado no grupo, foi aí que fizeram uma campanha difamatória contra o padre na tentativa de desmoralizá-lo, de persegui-lo³⁹⁴.

Padre Luiz, em entrevista mencionada anteriormente, não considerou o seu apoio como tendo peso decisivo para a vitória de Diovando, mas a própria assistência empreendida pelo candidato aos mais necessitados. Como também foi decisiva a tentativa utilizada pelos seus adversários de distorcerem a sua imagem humilde, ao tratá-lo como indigente, chamando-o de *carniça*, termo estendido também às pessoas que pediam auxílio a ele. Essa atitude despertou a consciência de muitos coiteenses a respeito da estrutura de poder excludente instituída por Hamilton Rios.

³⁹³ Ibid., p. 1.

³⁹⁴ Entrevista concedida por Francisco de Assis Alves dos Santos no dia 19 de dezembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

O padre afirma que seu apoio à candidatura de Diovando partiu da reflexão dos princípios assumidos pela Igreja sobre a opção preferencial pelos pobres, que considerava os analfabetos e doentes os mais miseráveis, os principais sujeitos excluídos da estrutura política coiteense e os primeiros subordinados a essa mesma estrutura. Nessa perspectiva, Diovando representava a mudança contra o tradicional poder hegemônico. Sua atitude de amparo aos doentes atestava o seu interesse em modificar a precária situação social vivenciada pela população. Sobre o apoio a Diovando, diz padre Luiz Rodrigues:

Quando nós optamos objetiva e publicamente apoiar o senhor Diovando Carneiro o fizemos sem pestanejar, sem titubear. Não só votei nele, como publicamente apoiei, e o faria novamente naquelas circunstâncias (...) então, naquele momento era hora da gente dizer assim: você tem dois caminhos, opta! E só tinha dois caminhos. Votar, apoiar ou não apoiar objetivamente, apoiando com o silêncio, aquela estrutura de poder dominadora e escravocrata, e, ainda, humilhadora, pelo fato de chamar o Diovando de *carniça* e carregador de *carniça*, era um pecado que eu nunca iria levar para Deus. E tenho certeza, que se erros tenho, se pecados tenho, o meu grande pecado não foi votar em Diovando Carneiro, o meu pecado teria sido silenciar, o meu silêncio diante de uma situação daquela seria um pecado grave e eu acho imperdoável da parte de Deus. Votei, apoiei abertamente quem queria votar nele, não pedi voto e não fui em nenhum canto fazer comício.³⁹⁵

O líder da Igreja, ao assumir publicamente a posição contrária ao poder de Hamilton Rios, apoiando a candidatura de Diovando Carneiro Cunha para prefeito de Conceição do Coité, sofreu perseguições e difamações dos *Vermelhos* por se sentirem ameaçados pela autoridade religiosa, como também muitos fiéis deixaram de frequentar a instituição católica em decorrência das divergências partidárias. Assim, “pagou um alto preço por essa ação.”³⁹⁶

3.2 O PREÇO DA INDEPENDÊNCIA³⁹⁷

As mudanças articuladas por padre Luiz Rodrigues de Oliveira na Igreja local, especialmente o esforço em conseguir a independência política e econômica da paróquia frente ao poder municipal, como também sua postura de denúncia das iniquidades, tornou-o alvo de perseguição e ameaças do grupo político dominante.

A partir do seu envolvimento na política partidária, ao decidir apoiar o candidato da oposição nas eleições de 1992, sua função ministerial passou a ser questionada e contestada por

³⁹⁵ Entrevista concedida por Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira, no dia de julho de 2012, na cidade de Feira de Santana.

³⁹⁶ Entrevista concedida por Francisco de Assis Alves dos Santos no dia 19 de dezembro de 2009 na cidade de Conceição do Coité.

³⁹⁷ Título da carta do Conselho Paroquial distribuída entre a população, janeiro de 1997.

muitos coiteenses que não compreendiam o comprometimento político do sacerdote, sendo considerado comunista e agitador político por ter rompido os laços estabelecidos entre “políticos vermelhos” e o clero dos “bons tempos”:

Eu acho que lugar de padre não é aí. O lugar de padre é na igreja. É chamando os fiéis para se aproximarem de Deus e não ficar se envolvendo em política, transmitindo a sua fala cheia de latim, cheia de não sei o que lá que o povo não entende. Lugar de latir, não é no latim. Tá entendendo? A igreja é lugar de trazer o povo para perto de Deus e pedir a Deus que resolva os problemas nossos e aqui na região e não fazer daí um antro de comunistas aí dentro desta igreja. Porque era um padre que honrava a batina que vestia. Este não está honrando. Este veio pra qui fazer política³⁹⁸.

No trecho acima, fica claro o entendimento que o grupo dominante esperava de um padre. Este deveria se preocupar apenas com questões religiosas, ligadas à fé; conduzir os fiéis para Deus e não no questionamento dos problemas sociais da comunidade, não deveria fazer política! Fica evidente, também, a concepção que esse grupo possuía a respeito da participação política. Os debates do campo político deveriam interessar apenas àqueles que representavam politicamente a sociedade, somente esses tinham legitimidade para criticar e discutir problemas sociais de Conceição do Coité.

Além disso, as críticas às possíveis irregularidades na administração pública muitas vezes eram consideradas como pessoais, ou seja, qualquer denúncia ou crítica que o padre ou outro cidadão dirigisse ao gestor público era interpretada como uma agressão pessoal ao prefeito. Nesse sentido, realizar alguma ação de crítica ao chefe do executivo e ao seu grupo político significava aspirar a algum cargo político, sendo compreendido como inimigo deles.

A decisão do padre em apoiar publicamente a candidatura dos políticos azuis repercutiu pela sociedade coiteense a ponto de essa sua postura ser constantemente debatida nos jornais locais, através de artigos escritos por membros dos *vermelhos* e alguns leigos da instituição. Assim, o embate entre esses grupos se dava no esforço de legitimar, a partir das orientações da própria Igreja, seus posicionamentos sobre as atitudes do padre no campo político e religioso da comunidade. Os leigos insistiam em afirmar que as ações do sacerdote correspondiam às orientações evangélicas e da própria instituição religiosa que começou “a mostrar na sociedade e, principalmente, aos governantes, ‘as chagas sociais’ e, o mais importante – mostrando soluções – justiça social é o clamor da Igreja na valorização do ser humano”³⁹⁹. Diante disso, argumentavam que a missão do clero não era mais restrita ao cumprimento dos ritos sacramentais, seria mais abrangente, como: “sair dos seminários, das sacristias e continuar

³⁹⁸ Processo nº 045/92 encontrado no Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité.

³⁹⁹ Jornal Coiteense nº 13, Conceição do Coité, 03 de janeiro de 1997, p.

celebrando no mundo, nos lares, denunciando as injustiças sociais, indo ao encontro do povo, orientando-o para o modo de posicionar-se diante da triste realidade atual”⁴⁰⁰.

Já os *vermelhos* afirmavam que as ações do padre negavam os ensinamentos do cristianismo, como compaixão, perdão, solidariedade e amor entre os irmãos, pois sua atitude provocava discórdia e divisão entre os coiteenses. Além disso, o padre realizava interpretações oportunistas das orientações da Igreja e desobedecia às normas estabelecidas pelos seus superiores em favor dos seus amigos políticos. Pensamento expresso no seguinte comentário:

Adiante D. Lucas foi bastante claro ao determinar que pastores, bispos, padres e diáconos não deveriam fazer política partidária. D. Lucas falou em nome da Igreja na qualidade de presidente da CNBB. E como se portaram os padres, diáconos e ministros? Por exemplo aqui em Conceição do Coité? Foram coerentes com as normas da Igreja, colocadas por D. Lucas? Não. A conduta foi ostensivamente contrária, chegando ao cúmulo de colocarem no altar os candidatos [...] de sua predileção durante a missa, numa atitude promocional bastante curiosa”⁴⁰¹.

Dessa forma, padre Luiz foi visto por muitos políticos como um padre que se valia da sua autoridade, advinda do poder eclesiástico, para ganhar popularidade e prestígio em vista de uma possível candidatura no pleito eleitoral. A vitória dos *Azuis* indicou para muitos políticos a ameaça que esse sacerdote representava aos seus interesses, pois conseguiu mobilizar muitos fiéis a favor da candidatura de Diovando Carneiro.

A possível ameaça foi notada logo após as eleições de 1992, quando o ex-prefeito Hamilton Rios dirigiu pronunciamentos desrespeitosos ao padre, chamando-o de vigarista⁴⁰², durante a inauguração do Centro Cultural da cidade. Prática frequentemente utilizada pelo líder político contra seus adversários, como apresenta o seguinte relato de anos anteriores:

Como se não bastasse no dia 16, usando a Rádio Sisal, que é líder em audiência em todo sertão baiano, levantar ofensas improváveis ao Sr. Roberto Lopes – agora o Prefeito Hamilton Rios, voltando a usar o microfone da Rádio Sisal, numa festa de inauguração de inúmeras obras (dia 20) do seu Prefeito substituto, Emério Resedá – resolveu arrasar de uma só vez, com a candidata do PMDB a Prefeita do Município, Dr^a Tânia Cirino; e até mesmo com o Sr. Delegado de Polícia, Eurico Sampaio, pessoa de tradição e respeito por todos os coiteenses, a quem o Prefeito chamou de “Delegado de merda”. Absurdamente, pela Rádio Sisal.⁴⁰³

A Rádio Sisal, principal veículo de comunicação da região sisaleira, propriedade de Hamilton Rios, servia de espaço privilegiado para o grupo situacionista divulgar seus feitos e

⁴⁰⁰ Ibid.;

⁴⁰¹ Jornal Coiteense nº 14, Conceição do Coité, 24 de janeiro de 1997.

⁴⁰² Nota pública expedida pelo Diretório Acadêmico do CESCÓN, Conceição do Coité, em outubro de 1992.

⁴⁰³ Jornal O Coiteense, nº 191, ano XXI, Conceição do Coité, 31 de dezembro de 1987.

atacar seus adversários, sendo uma extensão do palanque dos políticos *vermelhos*, contribuindo para acirrar o choque entre *Vermelhos* e *Azuis*. Constantemente, as atitudes tomadas pelo padre Luiz eram contestadas pelo líder político hegemônico e alguns dos seus seguidores na referida rádio difusora.

Um momento tenso dessas querelas do líder dos *Vermelhos* na rádio de sua propriedade foi quando, segundo os relatos dos leigos, denominou o padre de “ministro de satanás”, pois o pároco contrariou alguns dos interesses políticos do seu grupo ao contestar o Projeto de Lei apresentado pelo edil Cláudio Resedá, que pretendia retomar os festejos da micareta no Sábado de Aleluia, como acontecia antigamente no município, mas que foi modificado a pedido do padre Antônio José Reis no ano de 1988.

O pronunciamento do líder político foi motivado também pela mobilização empreendida pelo padre contra a realização da festa da micareta durante a estiagem na região, pois, para o pároco, era uma total incoerência investir em uma festa enquanto muitos padeciam por falta de água.

A reação do líder político causou grande descontentamento em muitos fiéis, que articularam a circulação de uma carta aberta pelas ruas da cidade repudiando os ditos pronunciamentos e defendendo a postura do sacerdote. Além de afirmarem que o interesse ao retorno da micareta no Sábado de Aleluia era o de prejudicar as celebrações da Semana Santa. Os leigos participantes de alguns movimentos da instituição entendiam que as hostilidades sofridas pelo padre eram ataques à própria Igreja Católica, e conseqüentemente a eles:

Este Sr. querendo atingir o ministro de Cristo, o Padre Luiz que tanto tem se dedicado à Igreja e ao município de C. Coité, feriu todos os cristãos-católicos; com suas palavras insolentes chamou todos os católicos de seguidores de Satanás, com suas palavras insanas, chamou todos nós ministros de Satanás (...) Sr. Hamilton, você pode ter o poder econômico, o poder de manipulação, o poder de persuasão, mas não tem o poder de mudar a HISTÓRIA DA IGREJA e de UM MINISTRO DE DEUS QUE TEM AS MÃOS LIMPAS, que não se dobrou e não se dobrará aos seus caprichos (grifos do autor)⁴⁰⁴.

Hamilton Rios enviou uma carta-resposta à Paróquia de Conceição do Coité lamentando o acontecido e afirmando que em nenhum momento teve a intenção de ofender ou utilizar para interesse pessoal a Igreja. Contudo nada disse sobre o posicionamento político do padre, argumentando que o verdadeiro papel da Igreja era o de lutar pela paz e pela harmonia entre os homens:

⁴⁰⁴ Mensagem ao povo coiteense e da região elaborada pelo Conselho Pastoral de C. do Coité no dia 24/03/1994.

Podemos discordar em relação a muitos pontos de vista. Mas devemos ter sempre em mente que a violência, as guerras, as intrigas e as inimizades nos afastam do nosso Pai. Cristo ensinou que devemos amar uns aos outros. Mas nós, que somos imperfeitos falhamos muitas vezes, e muitas vezes atiramos pedras quando o certo seria perdoar e procurar compreender as razões alheias.⁴⁰⁵

Apesar desses pronunciamentos em resposta à paróquia, os conflitos entre o padre e o líder político não cessaram. Ao contrário, acentuaram-se. Os anos posteriores foram marcados pela forte presença da Igreja nas discussões políticas em que “o alvo principal da ira dos coronéis, por ter ousado enfrentá-los, foi o pároco de Conceição do Coité, padre Luiz Rodrigues de Oliveira”.⁴⁰⁶

O conteúdo das duas cartas a respeito dos pronunciamentos de Hamilton Rios mostra as diferentes interpretações dos coiteenses sobre o ministério sacerdotal do Pe. Luiz Rodrigues, seus discursos e seus posicionamentos a respeito da relação entre religião e política.

Muitos leigos, principalmente os que participavam dos conselhos paroquiais, compreendiam que as atitudes do religioso pretendiam chamar a comunidade paroquial “a um permanente processo reflexivo, na tentativa de colocá-la diante dos padrões rigorosos do anúncio do Evangelho”⁴⁰⁷ e “contra todo tipo de violência que fere e tira a dignidade humana”⁴⁰⁸, por isso, muitas pessoas se contrariaram, pois o padre *mexeu* em estruturas ultrapassadas de poder no município⁴⁰⁹.

Todavia, para aqueles que estavam no poder, o sacerdote desejava prejudicar o grupo político hegemônico e *manchar* a imagem do seu líder, Hamilton Rios, pois estava “prioritariamente a serviço de um grupo político”⁴¹⁰, sendo ele “um dos agentes da divisão e da discórdia, nada tinha feito para levar amor aos corações”⁴¹¹, a não ser diminuir a grandeza da fé católica e utilizar da batina para fazer política.⁴¹²

Assim, diante do posicionamento do sacerdote, alguns “coiteenses vermelhos” foram ao encontro do bispo responsável pelo clero que assistia as paróquias da Diocese de Feira de Santana, D. Silvério Albuquerque, para solicitar o afastamento do pároco de Conceição do Coité, alegando que ele não estava cumprindo com os preceitos religiosos naquela comunidade, mas fazendo política.

⁴⁰⁵ Carta de Hamilton Rios para a Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité no dia 03/04/1994.

⁴⁰⁶ SANTOS, 2000, op. cit., p. 52.

⁴⁰⁷ Carta dos Conselhos Pastoral e Administrativo, Conceição do Coité, em 1 de setembro de 1997, p.1.

⁴⁰⁸ Ibid..

⁴⁰⁹ Ibid.

⁴¹⁰ Jornal Coiteense, nº 12, Conceição do Coité, 13 de dezembro de 1996, p. 2.

⁴¹¹ Ibidem.

⁴¹² Processo nº 045/92 encontrado no Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité.

Ao mesmo tempo, muitos leigos articularam, com o apoio do Diretório Acadêmico do CESCUN, um abaixo-assinado solicitando a permanência do padre na paróquia e encaminharam o pedido ao Cardeal Primaz de Salvador, D. Lucas Moreira Neves, com mais de mil assinaturas. Como também foram ao encontro de D. Silvério e de outros padres esclarecendo as ações do religioso e as retaliações que ele havia sofrido:

Nós pegamos todos os panfletos, a gravação das falas do chefe político da época xingando Padre Luiz num determinando local. Pegamos tudo, fizemos uma carta ao bispo e nós fomos a D. Silvério, ele já tinha conhecimento, mas assim, foi uma coisa paroquial, comunicamos isso à Diocese. Fizemos uma peregrinação em toda a Diocese, já que eles tinham o meio de comunicação [Rádio Sisal] e muitas vezes isso vazava por esse meio, nós também usamos de uma coisa simples, que foi a nossa voz. Nós éramos em média umas trinta pessoas, mas que vinte acompanhava⁴¹³.

D. Silvério não se pronunciou a respeito dos desentendimentos, mas a presença do bispo que o substituiu, D. Itamar Vian, em agosto de 1995, no município de Conceição do Coité, demonstrou o apoio à postura do sacerdote e confirmou a sua permanência na comunidade paroquial de Coité.

Marinéia Silva⁴¹⁴ destaca que D. Itamar participava ativamente de movimentos sociais na antiga diocese que administrava, sendo essa a possível causa de sua transferência para Feira de Santana onde “intensificou o movimento de setores que preconizavam o distanciamento de uma liturgia conservadora e se aproximava de uma evangelização libertadora”⁴¹⁵. Possivelmente, devido à sua experiência, não advertiu as ações do pároco de Coité, como também as do pároco de Riachão do Jacuípe, Pe. José Silvino dos Santos, que nesse mesmo período denunciava iniquidades e irregularidades da administração municipal na sociedade jacuipense.

Os pronunciamentos e as ações empreendidas pelos *Vermelhos* contra o padre não o intimidaram a continuar participando das discussões políticas no município e nem a se posicionar nos pleitos eleitorais. Constantemente, o sacerdote refletia em seus sermões as acusações judiciais que os políticos vermelhos recebiam em relação às suas gestões no município e que foram noticiadas na imprensa baiana. A exemplo da ação de ressarcimento ao erário público de cerca de R\$ 3 milhões, devido à falta de recolhimento das contas à previdência

⁴¹³ Entrevista concedida por Ivonete Balduino no dia 19 de dezembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

⁴¹⁴ SILVA, Marinélia. 2005, op. cit.;

⁴¹⁵ SILVA, Marinélia, 2005, op. cit., p. 08.

social, pela prefeitura, nas gestões de três prefeitos: Walter Ramos Queiroz (1978-1982), Hamilton Rios de Araújo (1983-1988) e Ewerton Rios de Araújo Filho (1989-1992)⁴¹⁶.

Padre Luiz entendia que essa sua ação correspondia a um dever ministerial e que o realizaria até as últimas consequências, pois compreendia que não deveria se omitir diante das irregularidades empreendidas pelo grupo político dominante que, segundo o padre, tinha se organizado numa espécie de “consórcio para privatizar a cidade”⁴¹⁷. O pároco colocava-se ao lado daqueles que resistiam diante dos desmandos dos vermelhos em busca de libertar a cidade das “falcatruas e malandragens” desse grupo, com o intuito de estabelecer entre os coiteenses outras relações no campo político⁴¹⁸.

No processo eleitoral de 1996, o religioso e alguns leigos participaram ativamente do primeiro debate político entre candidatos a prefeito de Conceição do Coité, realizado em 25 de agosto. Esse debate foi organizado e transmitido pelos dois importantes veículos de comunicação do município, a TV Cultura do Sertão e a Rádio Sisal. Padre Luiz juntamente com algumas lideranças pastorais realizaram perguntas aos candidatos em relação aos problemas sociais presentes no município.

O debate contou com a presença dos dois candidatos que pleiteavam o cargo do executivo, o ex- prefeito Ewerton Rios de Araújo Filho (PPB/PFL/PAN) e o vice-prefeito da situação Misael Ferreira (PL/PSDB/PMDB). A presença do sacerdote representou para muitos um envolvimento profundo da instituição religiosa no campo político do município, pois foi um acontecimento até então inédito nas disputas eleitorais coiteenses e que teve uma grande repercussão entre a população:

O clima chegou a ficar tenso entre as duas torcidas em frente à TV, que foi necessário chamar uma viatura da POLÍCIA MILITAR para acalmar as duas torcidas (...). O debate foi um grande sucesso está de parabéns os organizadores TV CULTURA DO SERTÃO e RÁDIO SISAL pelo exercício da democracia. O debate não houve vencedor, mas somente o povo é que ganhou, pois só assim o eleitor poderá tirar algumas dúvidas⁴¹⁹. (grifos do autor)

Durante o debate, os candidatos, além de apresentarem seus *grandes feitos* em Conceição do Coité, trocaram diversas acusações. De um lado, o candidato Misael Ferreira acusava o ex-prefeito Ewerton Rios de praticar nepotismo e danos aos cofres públicos⁴²⁰, do outro lado, Ewerton insistia que Misael Ferreira “nunca fez nada por Conceição do Coité,

⁴¹⁶ Jornal A Tarde, Ano X, nº 1.025, Caderno Municípios, Bahia, 22 de dezembro de 1995.

⁴¹⁷ Videoteca da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. **Sobre os processos**. Conceição do Coité, 1996.

⁴¹⁸ Ibid.

⁴¹⁹ Jornal Coiteense, nº 3, Conceição do Coité, 30 de agosto de 1996, p.1.

⁴²⁰ Ibid., p. 3.

ficando apenas no ‘quase’ e (...) participava da atual administração de Diovando Carneiro, que parou o progresso de Coité por quatro anos.”⁴²¹

A maior parte do debate esteve centrada nas fortes críticas ao Governo de Diovando Carneiro, acusado de improbidade administrativa, sendo esse o principal tema da campanha eleitoral, como apresenta Silva⁴²²:

No pleito de 1996 Misael e Gilberto (coligação PSDB, PL E PDT) disputaram uma vaga na prefeitura contra Vertinho e Resedá (coligação PFL, PPB e PAN), e em seus discursos assim como os “vermelhos”, também criticava as ações de Vando sempre se isentando da responsabilidade pelas falhas administrativas. Misael Ferreira que abandonou os cargos no início do governo, não considerava que a gestão vigente representasse os “azuis”, pois ele não tivera o poder em suas mãos e a gestão de Diovando não havia deixado sinais de mudanças.⁴²³

A gestão de Diovando Carneiro fora marcada desde o seu início por diversos problemas, como as divergências com o vice-prefeito e secretário da agricultura, Misael Ferreira, que abandonou o governo seis meses após seu início e posteriormente outros secretários; a falta de controle das verbas arrecadadas e, sobretudo, “a confiança exacerbada em alguns ‘amigos’, provocou complicações de ordens ainda mais sérias. Documentos e folhas de cheque em branco assinados pelo prefeito teriam sumido dificultando ainda mais a sua situação perante o Tribunal de Contas”⁴²⁴

As duras críticas à gestão do *Governo do Coração* eram constantemente noticiadas pelo jornal *Tribuna Coiteense*, que atribuía os inúmeros problemas do município à incompetência administrativa do gestor público e de sua equipe, todavia muitas obras conquistadas com recursos unicamente da prefeitura, como o Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC), não eram mencionadas pelo periódico.

A postura política desse jornal era frequentemente debatida pela população, principalmente por aqueles ligados ao governo de Diovando, que o considerava um meio para promover os interesses políticos da oposição. O *Tribuna Coiteense*, como qualquer outro jornal, não estava isento da interferência das ideologias no ato de noticiar, e trazia consigo os conflitos existentes no ambiente em que fora produzido⁴²⁵:

As ideologias em confronto são encontradas nos jornais analisados, principalmente por haver a colaboração de pessoas com posicionamentos políticos variados na

⁴²¹ Ibid.

⁴²² SILVA, Samara, 2010, op. cit;

⁴²³ Ibid., p. 51.

⁴²⁴ Ibid.

⁴²⁵ SILVA, Samara, 2010, op. cit;

elaboração de alguns artigos, a começar pelos próprios fundadores Vanilson Lopes que era membro do Partido dos Trabalhadores e Mário Silva, redator e chargista, simpatizante do grupo liderado pela Família Rios, que apesar disso, também chamava atenção para algumas falhas da administração dominante. O Padre Luiz Rodrigues também era um dos colaboradores e por diversas vezes expressou seu ponto de vista principalmente relacionado à política⁴²⁶.

Segundo Samara Silva,⁴²⁷ a postura de cordialidade assumida por Diovando e a sua indefinição partidária ideológica, ora tendendo para os *Vermelhos*, ora tendendo para os *Azuis*, favoreceu a que muitos aproveitassem estrategicamente das brechas deixadas por ele, para ter seus interesses e barganhas mantidos, como também contribuiu para o fracasso de sua gestão. Assim, “fizeram com que ele perdesse o controle diante dos variados interesses e da pressão adversária que o julgava como incapaz, analfabeto, um mero ‘carregador de defunto’ que por ousadia caíra nas estradas do terreno público”⁴²⁸.

Diovando tentara fazer um governo “diferente”, sem perseguições a adversários políticos, guiado por suas concepções de caridade, serviu a todos menos a si mesmo. Não era Diovando que estava despreparado para trabalhar pelo povo, mas o município de Conceição do Coité não tinha estrutura para aceitar as possíveis mudanças principalmente nas ações, libertas de métodos persuasivos de domínio que Vando objetivava fazer. Transformações profundas que para acontecer teriam que “ferir” o nome de um homem que vestiu a capa de caridoso e cordial e conseguiu manter no imaginário local a imagem de mera vítima de suas emoções, o prefeito do coração⁴²⁹.

Nesse sentido, padre Luiz comenta que o grupo em ascensão tentava construir uma nova estrutura de governo, mas a postura cordial de Diovando impossibilitava concretizar os projetos traçados durante a campanha, principalmente pelo fato de Diovando não possuir tirocínio administrativo e por estar envolvido pelo sentimentalismo de gratidão aos donos do poder:

Nós tentamos construir um governo. A casa paroquial era continuamente visitada pelas lideranças que apoiaram Diovando na campanha e pessoas, inclusive da família dele me procurando, quase implorando: padre só o senhor pode fazer alguma coisa para reverter o curso. (...) Nada naquele governo funcionava, era todo bloqueado, ele não tinha tirocínio administrativo, não tinha senso crítico, se deixou envolver pelo sentimentalismo. O que ele sabia fazer era aquilo, carregar doente, era uma pessoa desprovida mesmo de quaisquer requisitos administrativos, para comando, etc. (...) O fracasso foi isso, ele não ouvia ninguém, não tinha senso crítico não sabia avaliar. Ele a vida inteira foi capacho daqueles homens, ele não conseguiu erguer-se e dizer eu sou o sujeito, cidadão, o protagonista dessa história mas, ele continuava a última pessoa do escalão do poder, ele submisso aos donos como devesse a alma dele aquelas pessoas que ele trabalhou a vida inteira. Quando de fato quem merecia todo respeito e dedicação, não era ele, nem ao grupo que o apoiou, eram aqueles pobres que ele deu a vida, e no entanto, ele não soube fazer esse discernimento e infelizmente, para nossa

⁴²⁶ Ibid. p. 41.

⁴²⁷ SILVA, Samara. op. cit.;

⁴²⁸ Ibidem, p. 51.

⁴²⁹ Ibidem, p. 54.

tristeza, ele acabou daquele jeito ele nunca roubou nada ele não devia nada a ninguém, ele era uma pessoa sem tirocínio administrativo e discernimento⁴³⁰.

Nessa conjuntura, a oposição, em seus discursos durante a campanha eleitoral de 1996, tentava associar a imagem desgastada do *Governo do Coração* ao “silêncio” do padre Luiz Rodrigues diante das irregularidades administrativas. A crise do governo Vando também propiciou acentuar críticas ao padre Luiz. O religioso, em entrevista anteriormente citada, relata que apesar de ter apoiado a candidatura dos *Azuis* em 1992 e contribuído para a montagem da equipe de governo, manteve a mesma postura crítica diante das irregularidades, principalmente denunciando a prática do nepotismo:

O que é evidente fala por si mesmo, o fracasso do governo de Diovando estava aí patenteado pelo que ele não fez, quem foram os causadores do fracasso do governo, eles, que inclusive continuaram no poder. Diovando Carneiro deixou os principais cargos do governo dele com eles mesmos, não tinha o que dizer, era o óbvio, o que nos interessava dizer era: por que não se muda essa estrutura? Não estamos querendo mudar pessoas apenas, e pessoa por pessoa Diovando não foi a mudança, mas continuei falando da mesma situação que estava, das irregularidades, das denúncias que pairavam todo momento, toda hora, sobretudo, do nepotismo naquela cidade, todos os parentes e aderentes de primeiro, segundo, terceiro e último grau daquelas famílias estavam com o emprego ou no Estado, ou na prefeitura, ou nas empresas mistas, mas continuei com o mesmo discurso, agora contra o nepotismo, meu problema principal era o nepotismo⁴³¹.

Analisando registros audiovisuais de algumas celebrações desse período, é possível perceber a postura crítica do sacerdote em relação aos problemas oriundos da gestão de Diovando, especialmente na educação. Em uma celebração da missa, o padre incentivou os fiéis a assinarem um abaixo-assinado proposto pelos professores do município que reivindicavam melhorias na qualidade de ensino e na remuneração destes profissionais. Todavia atestou que tais problemas não eram exclusivamente da gestão de Diovando, mas oriundas de um processo, eram consequências das más administrações anteriores⁴³².

De acordo com os registros do Livro de Tombo da paróquia, o “clima” na cidade durante as eleições de 1996 estava muito tenso, ainda mais pelo posicionamento político da Igreja conscientizando a população local a respeito do voto e incentivando a participação nos debates políticos para a mudança sociopolítica da comunidade.

⁴³⁰ Entrevista concedida por padre Luiz Rodrigues de Oliveira, 64 anos de idade, no dia 17 de julho de 2012, na cidade de Feira de Santana.

⁴³¹ Entrevista concedida por padre Luiz Rodrigues de Oliveira, 64 anos de idade, no dia 17 de julho de 2012, na cidade de Feira de Santana.

⁴³² Videoteca da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. **A revolta do povo**. Conceição do Coité, 1996.

Nesse período, a presença do padre Antonio Elias Cedraz foi fundamental para mobilizar, principalmente as comunidades rurais, para uma conscientização acerca da valorização do voto e as consequências que a indiferença política gerava na comunidade. Nesse processo, ele utilizou cartilhas editadas pela Diocese de Feira de Santana que orientavam os fiéis como escolherem candidatos comprometidos com a luta do povo. A utilização dessas cartilhas pela paróquia, além de contribuir para conscientizar os eleitores, serviu de base legitimadora para as ações políticas dos padres, pois seguiam as orientações da Igreja Diocesana⁴³³.

Além das cartilhas, foram estudadas nos encontros de formação das lideranças de pastorais e comunidades documentos da Igreja que discutiam a relação da fé com a política e o papel dos cristãos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ação bastante semelhante com a empreendida por padre Silvino no mesmo período, em Riachão do Jacuípe, que, a partir dos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja e da CNBB “compuseram um discurso dentro dos princípios da cidadania e dos ensinamentos cristãos que lhes forneciam autoridade para discernir o certo do errado, para conhecer o que era melhor para a comunidade”.⁴³⁴

No pleito de 1996, Everton e Resedá (PFL/PPB), representantes dos *Vermelhos*, disputaram o poder executivo local contra os *Azuis*, representados por Misael e Gilberto (PSDB, PL, PDT). Os grandes vencedores foram os *Vermelhos*, com uma frente de 4.404 votos, confirmando mais uma vez a força política desse grupo e o quanto o fracasso administrativo do *Governo do Coração* desarticulou o grupo dos *Azuis*, impossibilitando a oposição novamente de chegar ao poder público municipal:

A vitória retumbante em 1996 não foi bastante para o PPB-PFL coiteense. Seus líderes e aliados, em vez de se darem por satisfeitos e irem comemorar com seus eleitores, estranhamente, passaram a hostilizar e perseguir seus adversários. Nas ruas, faziam provocações e exibiam faixas ofensivas contra quem não votaria neles; na imprensa, davam declarações arrogantes e insultantes⁴³⁵.

Devido ao seu posicionamento político de oposição ao grupo de Hamilton Rios, o padre Luiz Rodrigues de Oliveira foi alvo constante de ameaças, xingamentos e agressões após o resultado do pleito eleitoral. No dia 4 de outubro de 1996, à noite, a casa paroquial foi depredada e algumas pessoas tentaram invadi-la para “linchá-lo”.

⁴³³ Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. p. 90.

⁴³⁴ SILVA, Marinélia. op. cit., p. 151.

⁴³⁵ SANTOS. op. cit, p. 48.

Nas ruas, em meio à tamanha confusão, havia um grande boneco vestido de padre e um grande *badogue*. Alguns membros dos *Vermelhos* proferiam palavras de baixo calão, procurando atingir a moral do pároco e fazendo intensivas ameaças. No outro dia, a igreja matriz foi invadida por um desconhecido trajado de vermelho que, em atitude desrespeitosa, provocou mal-estar às senhoras que lá estavam e feriu a perna de um fiel com uma bandeira⁴³⁶. Alguns leigos, com receio de alguém agredir o padre Luiz, aglomeraram-se em torno dele e o acompanharam com cânticos religiosos até a casa paroquial⁴³⁷.

No dia 6 de outubro do mesmo ano, outros indivíduos tentaram tumultuar a celebração da missa e colocaram um cachorro vestido de padre na igreja matriz, além disso, no final da celebração, a igreja foi invadida por cidadãos que até portando paus desejavam tirar satisfações com o padre⁴³⁸.

Possivelmente, essas ações de violência direcionadas ao sacerdote despertaram indignação a muitos, principalmente em seus fiéis que compreendiam tais hostilidades como consequências da “missão profética” do padre que, ao realizar as denúncias em favor da justiça, sofreu perseguição. Essa dimensão profética associada as ações do sacerdote podem ser percebidas nos seguintes relatos:

Já naquele tempo, profetas e homens santos, eram expulsos dos domínios dos “poderosos”, sob à alegação de subversão, equivalentes nos dias de hoje a “comunistas” ou coisa que o valha por anunciar um projeto criado pelo Altíssimo para as criaturas e denunciar as injustiças que feriam e ferem profundamente a dignidade de homens amparados pelas leis da salvação [...] Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira manifesta-se sempre que os mais humildes são alvos de manipulação e degradação de suas dignidades. Estes procedimentos são questionados, pois, abalam a “ordem instituída”, antes inquestionável. Abraçando a bandeira da liberdade, conduzida por nosso sacerdote, não cruzaremos os braços e conclamamos a todos que valorizam a democracia e a liberdade responsável para junto conosco ... gritar denunciar, repudiando atitudes animais, patrocinadas por homens que perderam o contato com a verdade.⁴³⁹

Todavia, para aqueles que não simpatizavam com as ações do pároco, as hostilidades direcionadas ao sacerdote eram condizentes com sua postura, pois ele mexeu com estruturas que não correspondiam ao seu ministério, dessa maneira, eram legítimas as ações empreendidas contra ele, pois entendiam que tais conflitos faziam parte do jogo político.

Nesse clima de hostilidade e derrota da oposição, o suicídio do prefeito Diovando Carneiro, quatro dias após as eleições, acentuou ainda mais os desentendimentos entre *Azuis* e

⁴³⁶ Videoteca da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. **A revolta do povo**. Conceição do Coité, 1996.

⁴³⁷ *Ibid.*

⁴³⁸ Mensageiro ano III nº 5, Conceição do Coité, Julho de 1997.

⁴³⁹ Carta Pastoral do Movimento da Renovação Carismática Católica, Conceição do Coité, 29 de agosto de 1997.

Vermelhos, que discutiam sobre quem teria influenciado o gestor municipal realizar essa trágica atitude. E, conseqüentemente, atingiram a figura do padre, pois o insucesso do governo Vando revelava o fracasso político do sacerdote que havia se empenhado em derrotar os *Vermelhos* ao apoiar os *Azuis*:

Se este senhor não tem cumprido adequadamente a função de guia espiritual de um povo, porque sua lealdade é para com seus amigos políticos, quais então suas conquistas eleitorais? Fosse ele um bom político, de prestígio, teria feito de Misael deputado e, depois, prefeito de Coité; teria tornado Joilson um vereador [...] Onde consta o prestígio e sua força na comunidade? A resposta é: a comunidade sabe separar o joio do trigo e não aceita votar na incompetência e no radicalismo, mesmo que o padre peça. Sorte dele não termos eleições amplas e livres para padre.⁴⁴⁰

3.2.1 A HISTÓRIA DE UM PROCESSO

Em 12 de outubro de 1996, o *Jornal Coiteense*, ao publicar a notícia *Excesso de comemorações provoca violência*, revelava as tensões existentes entre o padre Luiz Rodrigues de Oliveira e o grupo político hegemônico. O *Coiteense* comentava as queixas relatadas do padre às agressões sofridas durante as comemorações da vitória dos *Vermelhos* no pleito eleitoral daquele ano.

Segundo o periódico, o padre, durante a missa dominical de 6 de outubro de 1996, “enxovalhou de forma espantosa o grupo que venceu as eleições”⁴⁴¹, devido à sua insatisfação quanto às atitudes tomadas por parte de alguns partidários dos *Vermelhos*. A reação do padre Luiz diante das agressões sofridas desencadeou outros atos de violência e foi motivo para um processo judicial.

Antes de o conflito ter chegado ao âmbito judicial, foi alvo de discussão nas sessões do poder legislativo municipal. Descontentes com os pronunciamentos do padre Luiz sobre o resultado das eleições de 1996, sete vereadores partidários dos *Vermelhos* requereram, em 19 de outubro, à Câmara um voto de repúdio contra ele. Segundo os legisladores, o padre Luiz agrediu moralmente todo o povo coiteense, ao proferir em seu sermão as seguintes palavras:

Talvez os vingateiros homicidas estejam dentro da própria Igreja. Existe um grupo organizado de assassinos em potencial, que se coligaram e se organizaram para nos destruir. Este grupo tem várias facetas, ele manifesta de várias maneiras e em várias ocasiões e eu sou o alvo principal. O pior é que a gente pode até dizer: as cachorras

⁴⁴⁰ Jornal Coiteense nº XII, 13 de dezembro de 1996, p.2.

⁴⁴¹ Jornal Coiteense, nº7, Ano I, Conceição do Coité, 12 de outubro de 1996, p. 3.

também. E são senhoras. Por trás dessa cachorrada tem senhoras. Tem senhores e senhoras ilustres que desceram ao nível de cachorros e cachorras⁴⁴².

A sessão da Câmara Municipal de 4 de novembro de 1996, com a ausência de 8 vereadores, aprovou o voto de repúdio e, ao mesmo tempo, exigiu que o voto ao repudiado fosse divulgado aos órgãos superiores da Igreja Católica e pelos meios de comunicação local e nacional⁴⁴³. É possível supor que os edis entendiam que com a repercussão deste fato os representantes superiores da Igreja Católica, principalmente o bispo diocesano de Feira de Santana, tomariam providências que resultariam no afastamento do padre Luiz das atividades sacerdotais, evitando que a imagem da instituição fosse prejudicada pelas atitudes do padre, consideradas pelos legisladores prejudiciais à moral religiosa e à conduta social.

Todavia os leigos membros dos conselhos pastoral e administrativo entendiam que era a conduta dos edis que não correspondia com os cargos que representavam, pois, segundo os leigos, “historicamente eles [vereadores que aprovaram o repúdio] sempre se omitiram no que há de mais sagrado no dever de um membro do legislativo, que é zelar pelos bens públicos, fiscalizar e denunciar eventuais irregularidades cometidas pelo Executivo”⁴⁴⁴. Neste sentido, para os leigos, os vereadores não possuíam moral para deliberar peremptoriamente se a conduta do sacerdote era ética ou não. Em reação à ação dos edis contra o padre Luiz os fiéis ligados aos grupos da paróquia publicaram no jornal *O Mensageiro* a carta direcionada à Câmara Municipal, questionando a omissão dos vereadores diante das irregularidades na administração do município. Eis um trecho:

Eles nada fizeram, por exemplo, para evitar que o hospital Almir Passos, construído com recursos exclusivos do município, de repente, como num passe de mágica, se transformasse num bem particular de uma incipiente fundação. Não se ouviu deles um único discurso denunciando o fato de que a verba destinada à construção de um ginásio de esportes fora inteiramente consumida no alicerce da obra [...]. Esses briosos edis permitiram que um gestor desrespeitasse as leis, não efetuando os depósitos do FGTS e INSS dos funcionários públicos municipais. Não impediram que o prefeito pagasse aos servidores salários inferiores ao mínimo, numa afronta direta à Constituição Federal. E mais: ao apreciar as contas de um gestor que por duas vezes e em diferentes exercícios obtivera do TCM parecer prévio pela rejeição de suas contas recheadas de irregularidades, chegaram à risível conclusão de que tudo não passara de um mero “erro técnico” do prefeito, não detectado pelo tribunal. Essa passividade reincidente contrasta inexplicavelmente com a fúria inquisidora com que aquele grupo de sete vereadores se lançou contra nosso pastor”⁴⁴⁵.

A aprovação do voto também causou descontentamento aos vereadores ausentes, principalmente a Eliana Cirino, presidente da Câmara Municipal. Tal descontentamento foi

⁴⁴² Processo nº 068/96 no fórum Durval Pinto da comarca de Conceição do Coité / Ba

⁴⁴³ Ibid.

⁴⁴⁴ Carta do Conselho Paroquial, Conceição do Coité, em janeiro de 1997.

⁴⁴⁵ Jornal *O Mensageiro*, Conceição do Coité, agosto de 1997.

percebido na recusa da vereadora em publicar e divulgar o voto de repúdio pelos meios de comunicação. Os edis que propuseram o repúdio, ao perceberem a recusa de Eliana em efetivar as medidas exigidas, impetraram um mandado de segurança contra a presidente da Câmara reivindicando que a ela executasse as decisões tomadas em sessão.

Liderados pelo vereador Aduino Mota, os edis correligionários dos *Vermelhos* acusavam Eliana de não seguir as atribuições de seu cargo por conveniências pessoais, sob pena de eivarem de ilegitimidade os seus atos⁴⁴⁶. Os embates entre os vereadores a respeito dessa questão foram travados em algumas plenárias da Câmara, a ponto de a justiça decretar a prisão preventiva de Eliana Cirino, mas não resultou na efetivação da divulgação do voto de repúdio, pois findaram-se os mandados legislativos dos vereadores envolvidos, dessa forma, perdeu-se a legitimidade da ação.

A reação do Presbítero Luiz Rodrigues de Oliveira diante do voto de repúdio foi externada aos coiteenses no encerramento da festa da padroeira de 1996, na Praça da Igreja Matriz, ao proferir um discurso chamando os edis envolvidos de palhaços e criticando as irregularidades realizadas pela Câmara Municipal, eis um trecho do discurso:

A Câmara de Vereadores de Coité aprovou um voto de repúdio a minha pessoa, vocês acreditam nisso? Dá pra acreditar? Que até a Eliana está sendo processada por isso? Porque Eliana ainda não publicou. Tem que publicar Eliana com ou sem justiça, agora não gaste dinheiro do povo pra promover palhaço não. Publique com o dinheiro de Aduino Mota que é este o palhaço que está querendo aparecer. Não é com o dinheiro do povo, não. Não é com o dinheiro da Câmara, não é com o dinheiro do município, não. O autor do projeto de repúdio é Aduino Mota e os vereadores que o assinaram com ele, Aldomir Mota Mascarenhas, Edevaldo, Cíndima, Claudio Resedá, Cassemiro e Apolônio ... eles queriam aparecer, apareceram agora! Palmas pra eles! Hoje tem espetáculo! Tem circo, sim, senhor, na praça! E eles vão aparecer na Revista Veja, palhaços! A minha indignação é essa, Eliana vai publicar, porque a lei exige e ela vai publicar isso. Vocês comprem depois os jornais e a revista Veja para ler eu, Padre Luiz repudiado em Coité, eu fui repudiado. Vocês já me repudiaram. Vamos aprovar o voto de repúdio na praça para o padre Luiz. Eu queria ver o voto de repúdio aqui nessa praça. Eu não quero o voto de repúdio de Aduino Mota, não, porque ele não tem hombridade moral para fazê-lo. Porque ele aprovou coisas piores, quem aprova contas da ACCA e da Prefeitura recusadas pelo Tribunal de Contas do Município não tem autoridade moral para repudiar ninguém⁴⁴⁷.

Durante o discurso do sacerdote houve uma rápida queda de energia elétrica na praça, causando um tumulto, alguns vereadores que estavam presentes nas festividades aproveitaram-se dessa situação e tentaram invadir o coreto onde se encontrava o padre, mas foram contidos por alguns fiéis⁴⁴⁸. Destarte, a atitude desses vereadores evidencia o quanto o padre

⁴⁴⁶ Ibid.

⁴⁴⁷ Videoteca da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. **Festa da Padroeira**. Conceição do Coité, 1996.

⁴⁴⁸ Ibid.

representava uma ameaça aos interesses políticos dos vermelhos que, furiosos com as ações do sacerdote, não se intimidaram frente à multidão de fiéis em tentar, de alguma forma, atacá-lo.

O discurso inflamado do pároco desagradou profundamente “alguns vereadores e elementos da sociedade” que, ofendidos pelas palavras do sacerdote, moveram uma queixa-crime contra o Pe. Luiz por difamação e injúria. Esse processo, movido em novembro de 1996, foi o marco para os acirrados embates entre o padre e os *Vermelhos* no âmbito judicial, pois seguiram-se outras queixas, finando em setembro de 1997; como também, foi durante esse período que o conflito entre esses sujeitos tornou-se conhecido por outros setores da Igreja, chegando a repercutir em outras regiões do país. Segundo a depoente Ivonete Baldoíno, com o processo judicial, o conflito entre padre Luiz e os políticos do grupo dominante acentuou-se ainda mais. Eis seu relato:

O processo foi a gota d'água de tudo, mas ainda porque o processo não veio por uma pessoa de fora, ele veio por uma pessoa que estava próximo da gente que, era uma pessoa de muita vivência de fé (...) Padre Luiz nunca disse pra gente, a nenhum paroquiano, que a Igreja tinha partido político, tinha gente de todos os partidos políticos. Houve uma divisão, isso não resta dúvida, que aqueles que eram ligados mais ao poder público municipal da época, eles ficavam tristes, mas a gente sentia que em algum momento eles tendiam um pouco pra lá o lado de lá. Mas, a maioria, da gente que era ligada a eles ou não, ficaram ao lado do Padre Luiz, porque se via o sofrimento do sacerdote, se via o que eles estavam fazendo com a Igreja. (...) Diziam que o padre era politiqueiro, mas isso não era verdade, pois a gente sabia da honestidade, do caráter do Padre Luiz além das paredes do templo (...) uma atuação de cidadão politizado. Então, houve uma divisão. Algumas pessoas que mesmo sendo do lado do poder público municipal da época acompanhavam o padre, muitas vezes, não iam até o fórum, por questões de emprego, mas estavam na Igreja⁴⁴⁹.

O trecho acima evidencia que um dos querelantes que propuseram a queixa-crime, o vereador Aduino Mota, era um leigo engajado nas atividades da Igreja e coordenava juntamente com outros leigos o Movimento de Cursilho de Crisandade. Para muitos fiéis que apoiavam a ação política do padre, a atitude de Aduino representava uma posição distante das diretrizes assumidas pela Igreja durante o Vaticano II e, sobretudo, um descompromisso com os preceitos evangélicos. Aduino Mota, em entrevista concedida, comentou que não concordava com o envolvimento da Igreja na política partidária e que a motivação para tais embates era devido às diferentes posições político-ideológicas entre ele e o padre. Sobre a queixa-crime, ele afirma:

O processo pra mim foi algo muito desgastante, porque eu era militante da Igreja, estava à frente de pastoral, de movimento e subitamente me deparei numa situação em que eu possuía um cargo político. Na época da retirada do título de cidadão de Padre Luiz, isso nós contivemos, mas a questão do processo por conta das colocações do padre com relação aos vereadores essa não consegui porque feriu, o pessoal se sentiu

⁴⁴⁹ Entrevista concedida por Ivonete Baldoíno no dia 19 de dezembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

ferido e na hora da elaboração do documento para o fórum e por conta da ordem alfabética saiu primeiro o meu nome (...) mas acontece que a especulação deu por conta de mim, que eu tinha sido o autor disso mas não foi verdade, porque a relação que foi tirada saiu primeiro o meu nome, que vinculou foi o meu, então ficou claro pra muita gente que foi eu que encabeçou, mas infelizmente não. (...) Porque padre Luiz levantava a bandeira do anti-carlismo e ele tinha lá suas razões e eu não vou tirar jamais, nem tão pouco condená-lo por isso, mas como na época eu também participava de um grupo que era carlista, mesmo contra certas decisões, tive que assinar⁴⁵⁰.

Analisando as cartas pastorais do período, elaboradas por alguns leigos da instituição, foi possível perceber que eles responsabilizavam o edil Aduino Mota como o mentor dos processos e um dos motivadores da perseguição empreendida ao sacerdote. O discurso presente nas cartas argumentava a partir de textos bíblicos que a perseguição sofrida pelo padre era contra a própria Igreja, sendo a perseguição um traço de sua natureza e vocação, pois fazia parte de sua missão denunciar as injustiças que ferem a dignidade humana. Ao mesmo tempo, não qualificavam a atitude de Aduino de submissas ao grupo político, mas que fazia parte de sua ética na política e que agia dominado pela ambição e de forma calculista contra a Igreja Católica de Conceição do Coité: “ficou dessa forma, explícito o abismo que há entre sua legalidade confessa e sua arbitrariedade praticada”.⁴⁵¹

Os leigos que apoiavam o sacerdote acusavam os vereadores de terem distorcido e descontextualizado os pronunciamentos do padre, pois, no sermão dominical, fez uma reflexão embasada no texto bíblico do Evangelho de Marcos 12, 1-12; Matheus 21, 33-46 e Lucas 20, 9-19, que se referem à *Parábola dos vinhateiros*:

Eis os fatos: no dia 06 de outubro/96, comentando o Evangelho do dia o padre disse “... vou girar a profecia para dentro da Igreja ...” “... talvez os vinhateiros homicidas estejam dentro da própria Igreja...” em outro momento falou-se de assassinos em potencial. Vejam a que ponto chegam o fanatismo e a cegueira: trunca-se uma reflexão embasada num texto bíblico (cf. Mc. 12, 1-12; Mt. 21, 33-46 e Lc. 20, 9-19) e a transforma numa peça de processo criminal. O fato torna-se ainda mais grave em se tratando de um texto sagrado, Palavra de Deus! Nem no texto citado nem na homilia do padre existe a expressão “vingateiros homicidas”, conforme consta da petição da queixa-crime (fl. nº 02), mas vinhateiros homicidas. Descontextualizaram a homilia suprimindo a expressão “... talvez os vinhateiros homicidas estejam dentro da própria Igreja”⁴⁵².

O jornal da paróquia, *O Mensageiro*, mostra a preocupação dos leigos em esclarecer à população sobre o que havia motivado os vereadores a moverem a queixa contra o pároco. Demonstra também que a postura política dele fundamentava-se nos Evangelhos e na Doutrina

⁴⁵⁰ Entrevista concedida por Aduino Mota no dia 18 de dezembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité

⁴⁵¹ Jornal O Mensageiro, Conceição do Coité, novembro de 1997, p. 2.

⁴⁵² Jornal O Mensageiro, ano III, nº4, junho de 1997,p.1.

Social da Igreja. Os leigos afirmavam que os católicos deveriam entender que as perseguições sofridas pelo padre também eram direcionadas à própria Igreja e que o religioso estava pagando o “preço” por ter denunciado as irregularidades da gestão pública, diferente de muitos que se tornaram subservientes ao poder político local.

Em contrapartida, o jornal local *Coiteense*, em artigos, comentava que a hostilidade contra o padre era fruto das provocações proferidas de domingo a domingo em seus sermões, com palavras inadequadas para um “homem de Deus”. O editorial, no dia 13 de dezembro de 1996, intitulado “*Da derrota e da ira de Luiz*”, mencionava que o pároco contrariava a verdadeira missão de um sacerdote, promover a paz e os ensinamentos de Cristo: a compaixão, o perdão, a solidariedade e o amor entre os irmãos. Ao invés disso, preocupava-se em semear a discórdia por estar a serviço do grupo político que perdera as eleições e não sabia reconhecer a derrota:

Realmente o tempo é o senhor da razão e já se vão aqueles tempos em que este senhor era tratado como herói, representante da coerência, da moralidade e do bom senso. No passado, eram poucos aqueles que desconfiavam dessa máscara de bom homem e bom pastor. Agora, a verdade é mais que evidente. Mas perguntamos, quem provocou a queda da máscara? Respondo com a frase de um amigo: ‘O mal por si próprio se destrói’⁴⁵³.

O posicionamento antagônico dos jornais a respeito da postura do padre reflete o quanto a ação política do sacerdote dividia opiniões entre os coiteenses. Um grupo de leigos enviou cartas para instituições religiosas e para alguns políticos do Partido dos Trabalhadores que conheciam o sacerdote, relatando as hostilidades dirigidas ao pároco por não compartilhar da mesma posição política do poder local.

Essa ação dos leigos contribuiu para que o conflito repercutisse em outros setores da Igreja e em outras regiões do país. O conflito entre o padre e os políticos vermelhos tornou-se ainda mais conhecido quando foi conteúdo de um artigo da *Revista Ave Maria* de circulação nacional, em fevereiro de 1997. Muitos políticos e padres de outros estados solidarizaram-se com a postura do padre enviando-lhe cartas, que destacavam a sua coragem em contestar o projeto político do grupo hegemônico local.

Analisando as cartas, é perceptível um discurso que reforçava a imagem do padre como um “profeta da verdade” que, impelido pela mensagem cristã de justiça e igualdade, denunciava as irregularidades do poder local, sendo alvo de perseguição e ameaças por ter enfrentado o poder tradicional em Conceição do Coité. Discurso também adotado nas manifestações de apoio

⁴⁵³ Jornal Coiteense nº XII, 13 de dezembro de 1996, p.2.

por parte do clero da diocese da qual padre Luiz fazia parte que, em consideração ao religioso, publicou no jornal *A Tarde* uma moção de solidariedade, afirmando: “estamos conscientes de que a causa principal dessas perseguições é a fidelidade evangélica, o compromisso profético inerentes à sua missão sacerdotal.”⁴⁵⁴

Durante as audiências judiciais, os leigos acompanhavam o sacerdote levando faixas, cartazes e rezavam em frente ao fórum em apoio ao pároco. Em muitos momentos, sofreram provocações violentas de pessoas ligadas ao grupo dos vereadores signatários da queixa-crime. O confronto entre esses grupos era extremamente violento, visto que, além dos xingamentos e discussões, alguns partidários do grupo político utilizavam enormes bandeiras vermelhas para machucarem os seguidores do padre⁴⁵⁵, “era uma verdadeira guerra”, como afirma a depoente Sr^a Ivonete Baldoíno⁴⁵⁶ que, em seu relato, apresenta um pouco da dinâmica dos leigos durante tais audiências:

Nossas idas ao fórum, todos os dias encontrávamos na igreja, antes da audiência íamos juntos, isso está gravado na minha memória, era fé misturado com um sentimento de revolta, essas caminhadas, que a gente dizia, de caminhada penitencial da igreja para o fórum, do fórum para a igreja, pra ali agradecer, a igreja cheia de gente aquele povo todo sentido⁴⁵⁷.

Nas primeiras audiências do processo judicial, sucedidas no mês de janeiro de 1997, em que foram ouvidas cinco testemunhas de acusação que, além de relatarem a confusão ocorrida no coreto durante a festa da padroeira, afirmaram que a postura do sacerdote era intrinsecamente politiceira e que durante as celebrações na Igreja constantemente ofendia o grupo político dominante, “ele fala o que deve e o que não deve na Igreja”⁴⁵⁸. Este fato, segundo as testemunhas, afastou muitos fiéis da Igreja.

Desse modo, uma parte dos fiéis entendia que a Igreja não era lugar para falar sobre política. Não caberia a um religioso questionar o contexto político do município e suas ações não correspondiam às orientações da Igreja. Para eles “o padre dividiu a opinião do povo, sendo que uns apoiam e outros não; as pessoas que se posicionam a favor do padre foram vítimas de lavagem cerebral”⁴⁵⁹ e acreditavam que as atitudes dos que apoiavam o Pe. Luiz geravam conflitos e divisões na sociedade coiteense.

⁴⁵⁴ Jornal *A Tarde* 09.12.1997.

⁴⁵⁵ Entrevista concedida por Ivonete Baldoíno no dia 19 de dezembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

⁴⁵⁶ *Ibid.*

⁴⁵⁷ *Ibid.*

⁴⁵⁸ Processo nº 068/96 no fórum Durval Pinto da comarca de Conceição do Coité / Ba

⁴⁵⁹ *Ibid.*

A audiência referente à queixa-crime, de 3 de fevereiro de 1997, foi decisiva para o desfecho desse processo judicial. A defesa requereu a nulidade da queixa-crime por falta de legitimidade, pois o processo foi movido numa ação privada, mas se tratava de uma ação pública, visto que os querelantes eram funcionários públicos, e os pronunciamentos do padre se referiam aos cargos públicos exercidos por eles. Desse modo, a queixa seria ilegítima para exercício da ação penal. Diante da discussão sobre a legitimidade da ação penal, a juíza, entendendo válido o procedimento apresentado pela defesa, encerrou a audiência e encaminhou o processo para ser analisado pela promotoria.

Após a promotoria propor a nulidade do processo, a Juíza de Direito, em 11 de março 1997, decretou a nulidade do processo e a extinção da queixa-crime. Todavia os mesmos vereadores entraram com nova queixa via Ministério Público, no dia 20 de março de 1997, cuja audiência seria no dia 17 de junho de 1998, mas, antes de sua realização, os vereadores encaminharam uma petição ao Juiz de Direito da Comarca solicitando a extinção do feito.

Apesar do processo judicial, Pe. Luiz continuou a denunciar as irregularidades da administração municipal e a mobilizar a população na defesa dos seus direitos. Constantemente publicava no jornal paroquial *O Mensageiro* artigos de cunho político que refletiam sobre o cenário político nacional e local, além de incentivarem o exercício da cidadania e da participação da população nos debates políticos e na defesa da democracia. Tais publicações acentuavam-se nos anos eleitorais de 1998 e 2000 em que discutiam as relações de poder no regime democrático; a importância do voto e de candidatos que favorecessem os trabalhadores e as lutas populares, e as práticas politiqueras dos grupos políticos locais que prejudicavam o exercício da cidadania.

Entre os anos de 1997 e 1998, Pe. Luiz e Pe. Antonio Elias apoiaram publicamente a ocupação das terras da fazenda do ex-prefeito Theócrita Calixto pelo Movimento Sem-Terra, celebrando missas no local e promovendo, junto aos seus fiéis, passeatas contra as ameaças e violência que os assentados estavam sofrendo. Motivavam a participação dos fiéis a partir de alguns documentos da Doutrina Social da Igreja que discutiam a questão social no campo como a *Mater et Magistra*⁴⁶⁰, assim, impelidos por essa doutrina, legitimava o envolvimento da Igreja local nesse movimento. Essa atitude dos religiosos comunga bastante com a ação de setores da Igreja Católica, principalmente ligados à Teologia da Libertação que, durante as décadas de 1970 e 1980, contribuíram decididamente na organização e na luta dos trabalhadores do campo,

⁴⁶⁰ Segundo José Oscar Beozzo (2001) a *Mater et Magistra* deu vigoroso impulso à linha de compromisso social da Igreja do Brasil e, de modo particular, ao seu crescente engajamento nas questões relativas à reforma agrária, à sindicalização rural e à educação de base no campo.

em distintas regiões do país.⁴⁶¹ A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) com o apoio da CNBB foi o marco importante para a ação de agentes religiosos que se aliaram aos camponeses na formulação e insistente defesa de suas reivindicações.⁴⁶²

Analisando os documentos audiovisuais do período, foi possível perceber a presença de muitos fiéis nas caminhadas em defesa dos assentados e durante as missas celebradas no território do assentamento, denominado pelo movimento de Nova Palmares. Nos discursos, tanto de alguns fiéis quanto dos padres Luiz Rodrigues e Antônio Elias, as famílias presentes em Nova Palmares, que sofriam ameaças e violências de alguns latifundiários, pareciam a personificação do “povo de Deus” em busca da “terra prometida”. Entendimento que era reforçado na medida em que os conflitos entre assentados e “donos das terras” acirravam devido à morte de alguns posseiros do movimento. Nesse sentido, o discurso religioso incentivava a resistência dos lavradores frente à ação dos fazendeiros, aspectos que podem ser percebidos no seguinte discurso do sacerdote:

As terras nas mãos de tão poucos, isto é estrutura feudal, do senhor que é dono da terra e dono do homem que trabalha na terra, isto é o feudalismo da idade média que continua no século XX adentrando o século XXI. Nós precisamos dizer de novo com o povo da esperança, o povo de Deus, povo da teimosia, não é possível que Deus não escute os clamores do seu povo; não é possível um Deus insensível à dor de tantas mães que veem os seus filhos sem ter o necessário para comer; não é possível e não é aceitável um Deus que não tenha coração, que não olhe para os pobres ... não é possível que Deus aceite o sacrifício do hipócrita e não aceite a lágrima, o esforço, a caminhada, o suor, a fome dos seus fiéis, dos seus penitentes. Eu acredito ainda neste Deus e se eu estiver enganado, que ele não seja o meu Deus. Nós somos o povo de Deus e ele diz: Eu sou o vosso seu Deus e vós sois o meu povo. E ele acompanhou a caminhada desse povo ao longo do deserto, ajudou na saída da escravidão egípcia, libertou do faraó Ramsés, levou esse povo a terra prometida e agora está aqui, com certeza, na Fazenda Berimbau ou em Nova Palmares, Deus está aqui para dizer a cada um de nós que a romaria da terra não é a romaria dos hipócritas que vão chorar como maus que choram lágrimas de crocodilo em cima da miséria dos pobres explorados. Deus está aqui dizendo: levantem-se, andem, caminhem, busquem, lutem, insistam. A terra prometida há de ser a terra querida de todos nós e a terra alcançada. A vitória pertence aos fortes, aos persistentes, aos lutadores. Juntemo-nos as mãos, unamos preces e corações e digamos sim à vida, porque Deus que ouviu os clamores do seu povo não nos deixará sem resposta e dirá sim à nossa proposta, aos nossos pedidos, aos nossos votos e com certeza nos atenderá.⁴⁶³

⁴⁶¹ ESTERCI, Neide. Campesinato e Igreja na fronteira: o sentido da lei e a força da aliança. In: _____ **FERNANDES; MEDEIROS; PAULO (orgs.) Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 224-263.

⁴⁶² Ibid;

⁴⁶³ Videoteca da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. **Nova Palmares e TIP.** Conceição do Coité, 1998.

Foto 11 – Celebração da Missa com o Movimento Sem-Terra em Nova Palmares⁴⁶⁴



Além desse envolvimento em Nova Palmares, padre Luiz e alguns leigos estiveram, nesse período, na Câmara Municipal reivindicando a anulação do projeto do executivo que obrigava os consumidores de energia elétrica a pagarem uma Taxa de Iluminação Pública (TIP), e promoveu, juntamente com os fiéis, uma profunda campanha contra isto nos meios de comunicação local e nas ruas da cidade. Para os agentes religiosos, o projeto era inconstitucional, e as razões para a implementação dessa taxa eram incoerentes e não correspondiam ao melhoramento da vida da população, sobretudo os mais pobres. As sessões de discussão sobre a TIP foram regidas por intensos debates entre os agentes religiosos e os vereadores que eram a favor da aprovação do projeto, como também por protestos de coiteenses que acirravam a rivalidade entre *Azuis* e *Vermelhos*, pois entendiam que os debates sobre essa questão não passavam de picuinhas políticas⁴⁶⁵.

As ações de contestação encadeadas pelo padre Luiz Rodrigues de Oliveira frente às irregularidades da administração municipal possibilitaram que grupos políticos e movimentos sociais contrários ao poder político hegemônico, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité (STRCC) e o Partido dos Trabalhadores (PT), unissem-se à mobilização empreendida pelo sacerdote por melhores condições de vida.

O religioso havia se tornado o porta-voz de todos aqueles contrários à forma de governar do grupo político liderado por Hamilton Rios de Araújo. Através dos seus sermões, eram incentivados a enfrentar a estrutura de poder tradicional de Conceição do Coité. Sua aproximação com o Partido dos Trabalhadores contribuiu para o fortalecimento do partido em

⁴⁶⁴ Ibid.

⁴⁶⁵ Ibid.

Coité e incentivou algumas lideranças vinculadas à instituição religiosa a se engajarem nesse movimento social, como relata Francisco de Assis:

O padre Luiz estimulou lideranças do Partido dos Trabalhadores, o padre Luiz deu oportunidade, visibilidade a algumas lideranças do partido e eu posso me incluir nisso, houve um programa de debate da TV Cultura e ele nos convidou a mim e a Joilson (...) dois notórios petistas embora o PT fosse pequenininho ainda e pouco influente no município, com o padre Luiz, o PT começou a ter visibilidade, as lideranças do PT se sentiram à vontade pra se organizar, se articular, se apresentar, levar suas propostas para a sociedade, ele contribuiu muito para a ascensão de algumas lideranças do PT de Conceição do Coité entre os quais eu me incluo. (...) o exemplo que ele dava de participação na vida social do município e o incentivo que ele promovia para as lideranças do partido dos trabalhadores fizeram com que ele possa ser com justiça, considerado uma pessoa que contribuiu para as causas das oposições e do partido dos trabalhadores em especial (...) a amizade dele com Waldir Pires o tornou mais petista, ele nunca foi petista embora ele tenha sido quando chegou aqui ou já era “waldirista” e a vinda de Waldir para o PT facilitou essa aproximação dele com o PT de Conceição do Coité⁴⁶⁶.

Em contrapartida, os políticos do grupo hegemônico reagiram frente à mobilização empreendida pelo sacerdote divulgando a ação de outros padres que exerceram seu ministério no município, argumentando que as ações de padre Luiz, comparadas aos outros sacerdotes, não condiziam com o desejo de melhoria de vida e defesa dos mais necessitados. Nesse sentido, promoveram nos meios de comunicação local as ações de outros padres, como, por exemplo, do padre Raimundo Nonato Rocha que, segundo o *Jornal Coiteense*, desempenhava no Rio de Janeiro ações pastorais com moradores de ruas sem pretensões políticas, apenas com desejo de levar a mensagem cristã a todos, um trabalho que se destacou a ponto de ser reconhecido pela mídia nacional. Em ocasião da visita do padre Rocha ao município, em janeiro de 1998, promoveram uma calorosa recepção e homenagens aos serviços prestados pelo padre no município, destacando que seu ministério era marcado sem interesses políticos e que conseguiu reunir muitas pessoas que há tempos não participavam dos atos católicos na cidade⁴⁶⁷.

Apesar dessas contestações frente ao ministério do padre e as inúmeras tentativas de conseguirem convencer os setores superiores do clero diocesano de Feira de Santana de transferirem padre Luiz para exercer sua pastoral em outra cidade, o pároco permaneceu na administração da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité até o ano 2000. Sendo que a sua transferência fora justificada por necessidades pastorais da própria Diocese. Sua despedida foi marcada por homenagens e agradecimentos, principalmente por ter mobilizado a comunidade eclesial para a construção em mutirão do Centro Comunitário, marco do seu

⁴⁶⁶ Entrevista concedida por Francisco de Assis Alves dos Santos no dia 19 de dezembro de 2009.

⁴⁶⁷ *Jornal Coiteense*, nº 29, Conceição do Coité, 30 de janeiro de 1998.

empenho administrativo, inaugurado no dia 8 de dezembro de 2000. Sua ação pastoral foi fundamental para *libertar* a Igreja local da dependência econômica do poder público municipal e incentivar os católicos a participarem das decisões sociopolíticas de Conceição do Coité.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os religiosos que chegaram à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité a partir de 1989, Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira, Pe. Antonio Elias Souza Cedraz e a Ir^a. Marina Roseli Santos, através de suas ações pastorais, desencadearam significativas mudanças na Igreja local e no contexto sociopolítico de Conceição do Coité, caracterizado pela hegemonia de grupos tradicionais de poder econômico e político.

Uma das principais ações realizadas pelos religiosos foi o esforço em desvincular a Igreja local da influência do poder político e econômico do grupo dominante, que a colocava numa posição de subserviência, pois dependia materialmente da administração municipal para a sua sustentação. Nesse sentido, dispensaram os funcionários públicos disponibilizados pela prefeitura e não aceitaram mais os donativos e as gratificações oriundas do poder público municipal e fortaleceram o dízimo paroquial, comprometendo os fiéis a se responsabilizarem pelo sustento da paróquia e de seus padres.

Os padres Luiz e Antonio Elias e a religiosa Marina favoreceram o protagonismo leigo na paróquia, ao fomentar importantes espaços eclesiais que legitimaram a atuação e a liderança de inúmeros fiéis na coordenação de diversos movimentos pastorais. A criação dos Conselhos Pastoral e Administrativo e a dinamização das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) promoveram ações coletivas e a participação dos leigos nas decisões da instituição religiosa local. Desse modo, incentivaram o exercício das práticas democráticas ao descentralizarem o poder de decisão das mãos do pároco e colaboraram para uma relação de proximidade entre leigos e padres.

Além disso, mobilizaram os fiéis católicos a participarem das discussões sociopolíticas da sociedade coiteense como mecanismo para garantir seus direitos e reivindicar melhores condições de vida da comunidade. O incentivo para que os fiéis, principalmente os situados na zona rural do município, apoiassem e se engajassem em movimentos sociais de Conceição do Coité, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais e o Coletivo de Mulheres, foi o caminho apontado pelos religiosos para que os leigos pudessem exercer a cidadania e contribuir para a transformação das relações sociais na busca de uma sociedade mais justa.

As mudanças implementadas na instituição religiosa local foram legitimadas pelas propostas adotadas pela Igreja Católica no Concílio Vaticano II e nas conferências do Conselho Episcopal Latino-Americano, especialmente em Medellín (1968) e Puebla (1979), que

propunham uma prática pastoral preocupada com a vida, com a dinâmica das relações sociais e políticas, com os acontecimentos concretos do viver humano. Essas propostas nortearam a ação pastoral do Pe. Luiz, Pe. Antonio Elias e a Ir.^a Marina na sociedade coiteense, visto que eles já possuíam uma significativa trajetória formativa e pastoral em consonância com o pensamento social cristão, presente na Doutrina Social da Igreja, e com a Teologia da Libertação, que reconhecia a libertação integral do homem e sua interferência na transformação das estruturas injustas e excludentes.

Assim, a ação pastoral vinculada a questões sociais levou a Igreja local a reformular em Conceição do Coité a relação fé e política, calcada num catolicismo comprometido com a prática política de conscientização e organização popular contra as estruturas econômicas e políticas que contribuía para a permanência do clientelismo e das injustiças sociais. Ainda mais, minimizar uma cultura de que apenas os políticos têm o direito de discutir e participar da vida política, incentivando os fiéis a promoverem discussões políticas nas reuniões religiosas, para a busca de melhores condições de vida.

Nesse sentido, os religiosos mencionados assumiram uma postura de contestação frente ao poder político dominante, que perpetuava uma desigual e injusta estrutura social e econômica em Conceição do Coité, geradora de precárias condições de vida da população, principalmente a situada na zona rural do município. Não concordavam com a prática clientelista exercida pelo grupo político dominante chamado de *Vermelhos*. Para isso interferiram, sobretudo o Pe. Luiz Rodrigues, diretamente no campo político, participando das decisões públicas e denunciando as irregularidades da administração municipal em seus sermões nas celebrações religiosas, nas festas da padroeira, em artigos publicados nos jornais locais e nos programas radiofônicos e televisivos de Conceição do Coité.

Além disso, se aproximaram de movimentos sociais, sindicais e político-partidários de organização popular e que também discordavam da estrutura política dos *Vermelhos*, estimulando os leigos da paróquia a se engajarem em ações coletivas em favor da justiça e cidadania.

Os *Vermelhos* configuraram-se sob a liderança de Hamilton Rios de Araújo, grande empresário do sisal, que estabelece há mais de 38 anos a hegemonia no campo político coiteense. Um poder tradicional baseado nas relações assistencialistas, na perseguição de seus adversários e, sobretudo, na prática clientelista. A Igreja local por não atender mais aos interesses exclusivos do poder político municipal, foi alvo de hostilidades e perseguição, a ponto de o pároco sofrer ameaças de morte, por se aproximar de pessoas e entidades opositoras aos *Vermelhos*, principalmente nos pleitos eleitorais.

O grupo político dominante, diante da postura do padre, reagiu com fortes embates, difamando o sacerdote pela Rádio Sisal e durante suas campanhas políticas, tentou afastar o pároco da Igreja local e moveu uma queixa-crime contra as ações do Presbítero Luiz Rodrigues Oliveira.

O conflito ocorrido entre os representantes católicos, sobretudo o padre Luiz Rodrigues de Oliveira e o poder local foi fundamental para tornar a Igreja local independente do poder econômico e político da administração municipal e consolidar a vivência de um catolicismo preocupado com a dinâmica das relações sociopolíticas de Conceição do Coité.

A atuação dos três religiosos na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité é um exemplo de como alguns setores da Igreja Católica do semiárido baiano agiram diante das inovações do Concílio Ecumênico Vaticano II e de como as ações da chamada *Igreja Popular* ainda persistem diante de contextos econômicos e políticos arcaicos.

LISTAS DE FONTES

a) FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS:

- Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]
- Registro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité da década de 1970. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]
- Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Conceição do Coité. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]
 - Ata de 15 de outubro de 1996.
 - Ata de 23 de outubro de 1996.
 - Ata de 11 de novembro de 1996.
 - Ata de 18 de novembro de 1996.
- Carta de abaixo-assinado de 05 de maio de 1995. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]
- Registro das hostilidades vivenciadas pelo Pe. Luiz Rodrigues provocadas pelos *Vermelhos*, escrita pelo padre, não possui a datação do dia do registro. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

b) FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS:

Jornais:

A ESTRADA do Sisal. A Tarde, Salvador, 04/12/1976. [Arquivo NUPE/CAMPUS/XIV/UNEB]

A FORÇA da Região Sisaleira. *Panorama da Bahia*, Feira de Santana, 15/08/1985. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

A SERVIÇO de Coité. *Jornal de Coité*, Conc. do Coité, 03/1999. [Arquivo Pessoal].

A VONTADE do povo. *Jornal Coiteense*, Conc. do Coité, 12/10/1996. [Arquivo do Jornal O Sertão].

ACM é aclamado em Conceição do Coité. *Correio da Bahia*, Salvador, 14/03/1988. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

APOIO Restrito ao governo Estadual. *Revista Estado e Municípios*, Salvador, 01 a 04/12/1983. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

BORGES, Eduardo Felloni. Aposentadoria Ameaçada. *Panorama*, Feira de Santana, 16 a 31/10/1984. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

BRAVA gente brasileira. *O Mensageiro*, Conc. do Coité, 09/1999. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

CESCON é uma realidade. *Tribuna Coiteense*, Conc. do Coité, 28/09/1990. [Arquivo do Jornal O Sertão].

COITÉ já tem prefeito, Vertinho. *Jornal Coiteense*, Conc. do Coité, 03/01/1997. [Arquivo do Jornal O Sertão].

CONCEIÇÃO do Coité faz 45 anos de emancipação. *Jornal da Bahia*, Salvador, 07/07/78. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

COUTO, Nelson. Costumes do Sertão. *A Tarde*, Salvador, 16/11/1962. [Arquivo NUPE/CAMPUS/XIV/UNEB]

CRISE DO SISAL provoca desemprego e êxodo. *A Tarde*, Salvador, 06/05/1977. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

DA REGIÃO DO SISAL: celebrante. *A Tarde*, Salvador, 10/02/77. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

DRA. ÉLIA: não tenho medo do padre. *Tribuna Coiteense*, Conc. do Coité, 28/04/1989. [Arquivo do Jornal O Sertão].

É FESTA em Conc. do Coité. *O Mensageiro*, Conc. do Coité, 11/1997. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

É MUITA FESTA. *O Mensageiro*, Conc. do Coité, 06/1998. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

ESTRADA DO SISAL, *A Tarde*, Salvador, 115/10/1978

ESTRADA do Sisal. *A Tarde*, Salvador, 28/03/1977. [Arquivo NUPE/CAMPUS/XIV/UNEB]

EXCESSOS de comemoração provocam violência. *Jornal Coiteense*, Conc. do Coité, 12/10/1996. [Arquivo do Jornal O Sertão].

FESTA da Padroeira encerra com momentos desagradáveis. *Jornal Coiteense*, Conc. do Coité, 13/12/1996. [Arquivo do Jornal O Sertão].

FESTAS populares. *Tribuna Coiteense*, Conc. do Coité, 11/1990. [Arquivo do Jornal O Sertão].

FORA do programa. *A Tarde*, Salvador, 09/02/1977. [Arquivo NUPE/CAMPUS/XIV/UNEB]

HAMILTON ARAÚJO, a renovação de Conceição do Coité. *Feira Hoje*, Feira de Santana, 02/02/1072. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

HISTÓRIA de um processo. *O Mensageiro*, Conc. do Coité, 07/1997. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

IGNOMÍNIA. *O Mensageiro*, Conc. do Coité, 10/1997. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

LARANGEIRA, Antonio José. Plântão de Notícias. *A Tarde*, Salvador, 13/08/1978. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

MOÇÃO de solidariedade. *A Tarde*, Salvador, 09/12/1997. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

MUITO trabalho na festa dos 51 anos. *Panorama*, Feira de Santana, 01 a 14/08/1984. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

MUTILADOS fazem passeata. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06/10/1984. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

O DEBATE foi um sucesso. *Jornal Coiteense*, Conc. do Coité, 30/08/1996. [Arquivo do Jornal O Sertão].

OBRAS e festa marcam a emancipação. *Panorama*, Feira de Santana, 05 a 20/08/1985. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

OLIVEIRA, Luiz Rodrigues. Eleições 90: retrocesso histórico. *Tribuna Coiteense*, Conc. do Coité, 10/1990. [Arquivo do Jornal O Sertão].

OLIVEIRA, Luiz Rodrigues. Sussurros da Consciência. *Tribuna Coiteense*, Conc. do Coité, 09/1990. [Arquivo do Jornal O Sertão].

PADRE ELIAS será transferido. *Jornal Coiteense*, Conc. do Coité, 13/02/1999. [Arquivo do Jornal O Sertão].

PADRE REIS visita Coité. *Jornal Coiteense*, Conc. do Coité, 21/12/1998. [Arquivo do Jornal O Sertão].

PADRE Rocha em Coité. *Jornal Coiteense*, Conc. do Coité, 30/01/1998. [Arquivo do Jornal O Sertão].

PADRE x vereador. *Jornal Coiteense*, Conc. do Coité, 22/11/1996. [Arquivo do Jornal O Sertão].

PASSOS, Naércio. Bons Tempos, *Jornal Coiteense*, Conc. do Coité, 24/01/1997. [Arquivo do Jornal O Sertão].

PENNA, Márcia Mello. Sisal: a fibra do sertão baiano. *Revista Geográfica Universal*, janeiro de 1987. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

PESQUISA eleitoral. *Tribuna Coiteense*, Conc. do Coité, 26/07/1996. [Arquivo do Jornal O Sertão].

PREFEITO financia sua própria fábrica. *A Tarde*, Salvador, 18/08/2003. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

REALIZAÇÕES do prefeito Theógenes dão nova feição a terra do sisal: Conceição do Coité. *Situação*, Feira de Santana, 03/05/1969. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

ROBERTO inaugura amanhã rodovia Serrinha-Coité. *A Tarde*, Salvador, 14/10/1978. [Arquivo NUPE/CAMPUS/XIV/UNEB]

SÉRGIO é o novo cidadão. *Panorama*, Feira de Santana, 07/07/1984. [Centro de Memória Documental de Conceição do Coité /CAMPUS/XIV/UNEB]

UMA CIDADE que cresce com o dinamismo de seu povo. *A Tarde*, Salvador, 27/09/1962. [Arquivo NUPE/CAMPUS/XIV/UNEB]

Cartas Paroquiais:

O preço da independência. Carta do Conselho Paroquial em 23/03/1996. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Apoio ao Pe. Luiz. Movimento de Renovação Carismática Católica, Conc. do Coité, 29/08/1997. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Apoio ao Pe. Luiz. Pastoral Familiar, Conc. do Coité, 07/1997. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Apoio ao Pe. Luiz. Movimento de Cursilho de Cristandade, Conc do Coité, 17/07/1997. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

A Igreja Católica de Coité. Carta de apoio do Zonal 4 Diocese de Feira de Santana, Valente, 15/12/1996. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Padre é vítima de perseguição em Conc. do Coité. Conselho Pastoral, em 1996. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Nota pública. Diretório Acadêmico do CESCEN, em novembro de 1992. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Correspondências:

De Ronaldo J. Brito para Pe.Luiz Rodrigues. Diocese de Lorena 07/12/1997. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Do Pe. Jessé Tôrres Cunhas para o Conselho Paroquial de Conc. do Coité. Feira de Santana, julho de 1997. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Do Deputado Jaques Wagner para Pe. Antonio Elias. Brasília, 15/09/1997. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Do Conselho Pastoral e Econômico da Paróquia de Coité para D. Itamar Vian, bispo de Feira de Santana, Conc. do Coité, 23/03/1996. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Do Conselho Pastoral e Econômico da Paróquia de Coité para o Vereador Aduino Mota, Conc. do Coité, 01/09/1997. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

De Waldir Pires para o Pe. Antonio Elias, Salvador, 12/09/1997. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Processos Judiciais:

Queixa Crime – Processo nº045/92 de 01 de outubro de 1992. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Queixa Crime - Processo nº597/96 de 29 de novembro de 1996. [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Queixa Crime - Processo nº 068/96 de 05 de fevereiro de 1997, [Arquivo da Paróquia N.S. da C. do Coité]

Memorialistas:

BARRETO, Orlando Matos. **Conceição do Coité da colonização à emancipação: 1730 – 1890.** Conceição do Coité, Ba: Nossa Editora Gráfica, 2007. [Acervo BPJCA] Será que precisa colocar o acervo em Referências?

LOPES, Roberto. **Vitórias de Amor e paixão por Coité.** Conceição do Coité: Nossa Gráfica, 2006; OLIVEIRA. Vanilson Lopes. **Conceição do Coité: A Capital do Sisal.** Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 1996)

OLIVEIRA. Vanilson Lopes. **Conceição do Coité: A Capital do Sisal.** Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 1996.

_____. **Conceição do Coité: Os Sertões dos Tocós.** Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2002

_____. **Sisal, suor e poder.** Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2003. p. 75.

Trabalhos acadêmicos, teses e dissertações:

ALMEIDA, Bianca Carneiro de. **Partido dos Trabalhadores: rupturas e permanências de um projeto político em Conceição do Coité (1986-2008)**. 2010. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

CARNEIRO, Antonia Gislaine Costa. **À Sombra de velhas práticas: o exercício da docência numa sociedade de clientelas**. 2010. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

MIRANDA, Cristian Barreto de. **Padroado no Sertão: negociação e conflito entre Igreja e poder político em Conceição do Coité entre 1986 e 1996**. 2010. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

RESENDE, Livia Paola. **As novas concepções do clero feirense diante das novas inovações do Vaticano II (1964-1980)**. Feira de Santana, 2008. Monografia de Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana. p.15.

RICCI, Elcio Aparecido. **Região Sisaleira da Bahia: a reorganização do espaço geográfico da sisalândia a partir da criação da APAEB**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, São Paulo, 2007).

RIOS, Iara Nancy A. **Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003. p. 22).

SANTIAGO, Felipe. de L. A. **A História do coronelismo em Conceição do Coité: uma análise das permanências e rupturas políticas do poder local entre 1930-1990**. 2010. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

SANTOS, Francisco de Assis Alves. **Na mira dos coronéis: cartas a um professor coiteense**. Dissertação de Pós-Graduação Latu Sensu, Especialização em Estudos Literários, UNEB – Campus XIV, 2000.

SILVA, Marinélia Souza. **Padre não deve se meter em política? Conflitos de política e religião em Riachão do Jacuípe/BA nas últimas décadas do século XX**. 2005. Dissertação

(Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

SILVA, Samara S L. da. **O Prefeito do coração: a ascensão de Diovando Carneiro no contexto político tradicional de Conceição do Coité entre 1992 e 1996**. 2010, 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

SILVA, Zuleide Paiva. **Conceição do Coité em “Quadrado”: retratos da violência contra as mulheres (1980-1998)**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

Mapas:

Mapa da Arquidiocese de Feira de Santana. In_____ **Plano de Pastoral da Arquidiocese de Feira de Santana**. Paulo Afonso-Ba, Editora Fonte Viva, 2002.

Mapa da Diocese de Serrinha. In_____ **Anuário da Diocese de Serrinha 2011**. Conceição do Coité – Ba, Clip Serviços Gráficos, 2011.

c) FONTES ORAIS

- Padre Luiz Rodrigues Oliveira (ex-pároco)
- Padre Antonio Elias Cedraz (vigário auxiliar)
- Irmã Marina Roseli Santos (freira)
- Ivonete Baldoino (ex-funcionária da paróquia)
- Francisco de Assis Alves dos Santos (vereador)
- Maurita Mota (ex- conselheira pastoral)
- Aauto Mota (ex- vereador)

d) VÍDEOS

- Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. **A Revolta do povo. Conceição do Coité**, 1996.

- _____. **Alguns pronunciamentos de Pe. Luiz na Igreja.** Conceição do Coité, 1996.
- _____. **Celebração Eucarística: sobre os processos.** Conceição do Coité, 1994.
- _____. **Debate com Prefeituráveis.** Conceição do Coité, 1994.
- _____. **Grito dos Excluídos.** Conceição do Coité, 1996.
- _____. **Festa da Padroeira de 1994.** Conceição do Coité, 1994.
- _____. **Festa da Padroeira de 1996.** Conceição do Coité, 1996.
- _____. **Missa de posse do Pe. Luiz Rodrigues.** Conceição do Coité, 1989.
- _____. **Missa Dominicais.** Conceição do Coité, 1993-1999.
- _____. **Nova Palmares e TIP.** Conceição do Coité, 1998.
- _____. **Sobre os processos.** Conceição do Coité, 1996.
- _____. **Título de cidadão coiteense: padre Luiz Rodrigues.** Conceição do Coité, 1994.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, N. **Ética cristã e desafios atuais**. V.1. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. 2ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Prefácio de Margareth Rago. - 4ª ed. Ver. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALVES, Flávio Luis. **A Eclesiologia Latino-Americana como acolhimento do Vaticano II: um caminho para uma nova recepção da herança conciliar**. Rio de Janeiro, 2011. 173p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- ALVES, Maria Odete; SANTIAGO, Eduardo Girão. **Tecnologia e relações sociais de produção no setor sisaleiro nordestino**. XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, ocorrido em Ribeirão Preto (SP), dias 24 a 27 de julho e 2005. p. 15. Disponível em <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em 15/04/2011.
- ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do Povo**. Rio de Janeiro (RJ): Editora Sabiá, 1968.
- ALVES, Solange Dias de Santana. **A Igreja Católica na Bahia: fé e política**. Dissertação de Mestrado UFBA.
- ALMEIDA, B. C. de. **Partido dos Trabalhadores: rupturas e permanências de um projeto político em Conceição do Coité (1986-2008)**. 2010. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.
- AMARAL, Roniere Ribeiro. **Milagre Político: catolicismo da libertação**. UnB, Tese de Doutorado, 2006.
- ANDRADE, Durval Ângelo. **Segurança Pública e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: O Lutador, 2007.
- ANTONCICH, R.; SANS, J. M. M. **Ensino Social da Igreja**. Série IV: a Igreja, sacramento de libertação. Tomo XI, 3ª ed., Petropolis, RJ: Vozes, 1992.

ARAÚJO, Célio Roberto. **O voto, o terço e as armas: a atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964**. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. São Paulo: Rev. Estudos Avançados 18 (52), 2004.

BARRETO, Orlando Matos. **Conceição do Coité da colonização à emancipação: 1730 – 1890**. Conceição do Coité/Ba: Nossa Editora Gráfica, 2007.

BATISTA, Carolina de Almeida. **O ambíguo da *Rerum Novarum***. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/batista-carolina.pdf>. Acesso em 09/10/2009

BENTO, Fábio Régio. **A Igreja Católica e a social-democracia**. São Paulo: Ave Maria, 1999.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. **Diário de Puebla**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1979.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II 1959-1965**. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: EDUCAM, 2005.

_____. 50 anos da Mater et Magistra. In: **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. 360º ed. Ano X. São Leopoldo, RS. 9 de maio de 2011, p. 10. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/texto_ihu_mater_et_magistra_50.pdf. Acesso em 20/08/2012.

BRUNEAU, Thomas C. e WE HEWITT. Catholicism and Political Action in Brazil: Limitations and Prospects. In: ____ CLEARY, Edward L. e STEWART-GAMBINO, Hannah, (editores) **Conflict and competition - the Latin American Church in a changing environment**, Boulder & London, Lynne Rienner Publishers, 1992.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos. Planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis, Vozes/CNPq, 1984.

CARNEIRO, Antonia Gislaíne Costa. **À Sombra de velhas práticas: o exercício da docência numa sociedade de clientelas**. 2010. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

CARVALHO, Alessandra. Características da transição no Brasil. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, p. 376.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. **O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional**. São Paulo, HUCITEC/SUDENE, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados-Revista de Ciências sociais**. Rio de Janeiro: IUPERJ, V.40 N. 2, 1997.

CELAM. **Documentos do CELAM: conclusões das Conferências do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla e Santo Domingo**. São Paulo: Paulus, 2005.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). **Informações básicas dos municípios baianos: Região Nordeste**. Salvador, BA: CEI, 1994.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). **Alternativas para o desenvolvimento da Região Sisaleira**. Salvador: CAR, 1994.

COUTROT, Aline. Religião e política. In:___ RÉMOND, René (org.); ROCHA, Dora (trad.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

COSTA, Iraneidson Santos. **Que papo é esse? Igreja Católica, movimentos populares e política no Brasil (1974-1985)**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita**. 2 ed. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 1989.

ESTERCI, Neide. Campesinato e Igreja na fronteira: o sentido da lei e a força da aliança. In:_____ **FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO (orgs.) Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 224-263.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira De Santana, 1850-1888**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007).

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FERREIRA, Rafael Leite. O retorno ao conservadorismo: a posse de Dom José Cardoso Sobrinho e o desmonte eclesiástico na Igreja Católica em Pernambuco. In:_____ **Revista Angelus Novus**, nº 3, maio de 2012. Disponível em: <http://www.usp.br/ran/ojs/index.php/angelusnovus/index>. Acesso em 15/09/2012.

GONÇALVES, Alfredo. **Doutrina Social da Igreja: história e desafios**. CEFEP, 2007. Disponível em www.cefep.org.br (acessado em 01/09/2008).

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

Iara Nancy A. **Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

JACOBINA, André Teixeira. **Clivagens partidárias: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

JOÃO XXII. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo atual. Roma, em 7 de dezembro de 1965.

_____. *Humane Salutis*, carta apostólica de convocação ao Concílio Ecumênico Vaticano II, 25 de dezembro/1961.

KLAIBER, Jeffrey. Iglesia, poder y legitimidad popular. In:___ **Iglesia, dictadura y democracia na América Latina**. Lima: PUC-Perú.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. ed.4. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira 1997.

LEÃO XIII. Carta Encíclica. *Rerum Novarum*. Roma, em 1891. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em: 13 de julho de 2012.

LEE GOFF, Jacques. A história como ciência: o ofício do historiador. In:___ **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996..

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LESBAUPIN, Ivo. Comunidades de Base e ação social. In:___ **Revista Praia vermelha. I semestre**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

LIMA, Márcio Carneiro de. **A Atuação política da Associação do Desenvolvimento Comunitário de Aroeira (ADECAR) entre 1987 e 2008: o desenvolvimento comunitário nos trilhos do clientelismo e do partidarismo**. 2010. 91f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

LOIZOS, Peter. Vídeo, Filme e Fotografias como documentos de pesquisa. In: _____ **BAUER, Martin W; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

LOPES, Roberto. **Vitórias de Amor e paixão por Coité.** Conceição do Coité: Nossa Gráfica, 2006; OLIVEIRA. Vanilson Lopes. **Conceição do Coité: A Capital do Sisal.** Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 1996)

LOWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação.** São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.39).

_____. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: _____ RÉMOND, René (org.); ROCHA, Dora (trad.). **Por uma história política.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARCHI, Euclides. A Igreja do Brasil e o plano de emergência – 1952/1962. In: _____ **Revista de Ciências Humanas,** Florianópolis: EDUFSC, nº 30. Outubro de 2001.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos da presença da Igreja católica no Brasil.** 1º vol. São Paulo: Paulinas, 2001.

MEYER, Jean. Novas presenças católicas na política. In: _____ **CELAM (Conselho Episcopal Latino- Americano). Católicos e políticos: uma identidade em tensão.** São Paulo: Paulinas: Paulus, 2006.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História regional e local. In: _____ **História Regional e Local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade.** Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; Salvador: Arcádia, 2002.

OLIVEIRA, Nelson. Sob o manto da concórdia: Bahia como contrafação do moderno. In: _____ **A outra face da Moeda.** Salvador, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000.

OLIVEIRA. Vanilson Lopes. **Conceição do Coité: A Capital do Sisal.** Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 1996.

_____. **Conceição do Coité: Os Sertões dos Tocos**. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2002

_____. **Sisal, suor e poder**. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2003.

PASSE; MÜLLER; MORAIS. O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros. In: _____ **Pensamento Plural**. Ano 5, nº10. Pelotas: UFPE, janeiro/junho 2012.

PASSOS, João D.; SOARES, Afonso M. L (orgs). **Doutrina Social e Universidade: o cristianismo desafiado a construir cidadania**. São Paulo: Paulinas; São Paulo: Educ, 2007.

PASTOR, Antonio Sérgio. Um caminheiro do sertão. In: _____ RIZZO, N. de A (org). **Perfis do Semiárido: livro reportagem**. Salvador: EDUNEB, 2010.

PAULO VI, Papa, **Populorum Progressio**. Carta Encíclica 1967. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em: 11 de julho de 2012.

PILAGALLO, Oscar. **A história do Brasil no século 20: (1960-1980)**. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2009.

PIO XI. Carta Encíclica. **Quadragesimo anno**. Roma, em 1931. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em: 13 de julho de 2012.

PIRES, P.V. G; GOBBI, M. C. **Comunicação para a cidadania nas memórias dos 50 anos do Concílio Vaticano II**. Anais do VII Ecclesiocom. Volume 1, Número 1. São Bernardo: UESP, 2012. Disponível em: <http://www2.metodista.br>. Acesso em: 10/09/2012.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGAGO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. 2. ed. vol. 4. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

QUADRAT, Samantha Viz. Os militares, a comunidade de informações e a abertura. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990,

RESENDE, Livia Paola. **As novas concepções do clero feirense diante das novas inovações do Vaticano II (1964-1980)**. Feira de Santana, 2008. Monografia de Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana.

RICCI, Elcio Aparecido. **Região Sisaleira da Bahia: a reorganização do espaço geográfico da sisalândia a partir da criação da APAEB**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, São Paulo, 2007).

SANTIAGO, Felipe. de L. A. **A História do coronelismo em Conceição do Coité: uma análise das permanências e rupturas políticas do poder local entre 1930-1990**. 2010. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

SANTOS, Francisco de Assis Alves. **Na mira dos coronéis: cartas a um professor coiteense**. Dissertação de Pós-Graduação *Latu Sensu*, Especialização em Estudos Literários, UNEB – Campus XIV, 2000.

SANTOS, Israel Silva dos. **Igreja Católica na Bahia na Reestruturação do Arcebispado Primaz (1890-1930)**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

SANTOS, Vilbégina Monteiro. **A construção de uma comunidade imaginada do sisal**. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 27 a 29 de maio de 2009. Disponível em www.cult.ufba.br. Acesso em 10/04/2011.

SILVA, Cândido da Costa e. **Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia**. Salvador: EDUFBA., 2000.

_____. **Roteiros da Vida e da Morte (um estudo do catolicismo no sertão da Bahia)**. São Paulo, Editora Ática, 1982.

SILVA, Margarete Pereira. **Não tenho paciência histórica: a igreja popular em Juazeiro (Bahia) 1962-1982**. 173 p. Dissertação (Mestrado em História) UFBA. Salvador, 2002.

_____. O bispo de Juazeiro e a ditadura militar. In:____ ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) **Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009. v. 1. p. 257.

SILVA, Samara Suélen Lima. da. **O Prefeito do coração: a ascensão de Diovando Carneiro no contexto político tradicional de Conceição do Coité entre 1992 e 1996**. 2010, 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

SILVA, Severino Vicente da. Vaticano II – o concílio dos desejos. In.: MONTENEGRO, Antônio T. et al. (orgs.) **História: cultura e sentimento: outras Histórias do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008. p. 73 – 94.

SILVA, Marinélia Souza. **Padre não deve se meter em política? Conflitos de política e religião em Riachão do Jacuípe/BA nas últimas décadas do século XX**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

TAVARES, Luís Henrique Dias, **História da Bahia**. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo; Salvador: Editora da Unesp - Edufba, 2008.

THOMPSON, E. P. Patrícios e Plebeus. In:_____ **Costumes em Comum**. São Paulo, Cia das Letras, 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Notas sobre a Doutrina Social da Igreja Católica DSI, e o Vaticano II, na perspectiva sócio-política. In:___**Revista Nures**. Nº 3. São Paulo: PUC-SP, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Os jesuítas e o Apostolado Social durante a Ditadura Militar: A atuação do CEAS**. 2ªed. revisada e ampliada. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2010. v. 1.

ZANLOCHI, Terezinha. **Mulheres Leigas na Igreja de Cristo**. Bauru, SP, EDUSC, 2001.

ZUGNO, Vanildo Luiz. **Igreja, política e ação evangelizadora**. CNBB- RS, 2007. Disponível em www.forumdaigrejacatolica.org.br (acessado em 17/07/2011).